



**UNIVERSIDADE ABERTA**

**Departamento de Ciências Sociais e Gestão**

**RELIGIÃO E SOCIEDADE NO  
CONCELHO DE CASTELO BRANCO AO  
TEMPO DOS ROMANOS, SEGUNDO AS  
FONTES EPIGRÁFICAS**

**Manuel de Jesus Marques Leitão**

**Dissertação de Mestrado em Estudos do Património**

**2015**

(Página deixada propositadamente em branco)



**UNIVERSIDADE ABERTA**

**Departamento de Ciências Sociais e Gestão**

**RELIGIÃO E SOCIEDADE NO  
CONCELHO DE CASTELO BRANCO AO  
TEMPO DOS ROMANOS, SEGUNDO AS  
FONTES EPIGRÁFICAS**

**Manuel de Jesus Marques Leitão**

**Dissertação de Mestrado em Estudos do Património orientada pelo  
Professor Doutor João Luís Cardoso**

**2015**

(Página deixada propositadamente em branco)

“O sabor que nos fica é de continuidade pacífica. Vieram colonos. Trouxeram deuses, trouxeram nomes, trouxeram arte, poesia vinha também na bagagem. Aqui estavam deuses, habitantes de santuários e penedias; as gentes usavam nomes antigos, estranhos mas foneticamente identificáveis. E o casamento deu-se. As famílias cresceram. As *villae* também. Os deuses foram honrados. Os mausoléus fizeram-se. Ritual de morte, ritual de vida. Indígenas e colonos lavraram perenemente na pedra o sinal duma coexistência exemplar.”

(Encarnação, 1989: 319)

(Página deixada propositadamente em branco)

## Resumo

Elemento fundamental para o conhecimento do passado, a epigrafia romana apresenta-se como um manancial de informação no campo da religião (inscrições votivas), das relações sociais (inscrições funerárias) e dos aspetos económicos, através do estudo das marcas de oleiro (*instrumentum domesticum*).

Tendo em conta as características do conjunto observado, foi nosso propósito, com a elaboração desta dissertação, para além do catálogo da epigrafia romana do concelho de Castelo Branco, no qual se reúne todo o material disperso, fazer uma abordagem à religião e sociedade desta região, ao tempo dos romanos.

Visitámos igrejas, quintas, museus e casas particulares no intuito de observar todas as inscrições conhecidas, pois só assim foi possível corrigir leituras, verificar medidas e observar o estado de conservação de cada uma das peças. As já desaparecidas, e das quais o paradeiro se desconhece, foram analisadas tendo como referência as publicações que sobre elas existem.

Tomando como base o conjunto das 44 inscrições, as mesmas foram estudadas tendo em conta o aspeto epigráfico, com a descrição de cada monumento, a sua tipologia e as suas características mais específicas, e por outro lado, o seu aspeto histórico. É no enquadramento histórico que recai maior importância do estudo aqui apresentado, tendo em conta as conclusões obtidas sobre a religião e os dinamismos sociais.

No aspeto religioso registam-se maioritariamente dedicatórias a divindades indígenas, algumas das quais cultuadas apenas na região de Castelo Branco. Das divindades do panteão latino, o maior número de vestígios corresponde a Júpiter, principal divindade romana.

A sociedade da região ao tempo dos romanos, dada a conhecer pelas inscrições, é maioritariamente de cariz indígena, dir-se-ia mesmo, autóctone.

No que respeita à epigrafia sobre *instrumentum domesticum*, dada a sua fraca representatividade, não nos permite conclusões de fundo. Apenas podemos adiantar, com algumas reservas, que deveria ter existido na região de Castelo Branco a produção de cerâmica, certamente para consumo local.

**Palavras-chave:** Epigrafia, religião romana, sociedade lusitano-romana, romanização, Concelho de Castelo Branco

(Página deixada propositadamente em branco)

## Abstract

Building block for the knowledge of the past, Roman epigraphy presents itself as a source of information in the field of religion (votive inscriptions), social relations (funerary inscriptions) and economic aspects, by studying the pottery marks (*instrumentum domesticum*).

Taking into account the characteristics of the set observed, it was our purpose with the elaboration of this dissertation, in addition to catalog the Roman Epigraphy of the County of Castelo Branco, in which all the dispersed material is gathered, also make an approach to religion and society of this region to the Roman times.

We visited churches, farms, museums and private homes in order to observe all known inscriptions, because only then was possible to correct the readings, check measurements and observe the state of conservation of each piece. The ones that have already disappeared and of which the whereabouts is unknown were analyzed by taking into account the existing publications on them.

Based on the set of 44 (forty-four) entries, they were studied with regard to the epigraphic aspect, the description of each monument, its type and its specific characteristics, and moreover, its historical aspect. It's in the historical background that relapses the importance of the study here presented, taking into account the conclusions reached on religion and social dynamics.

In the religious aspect it is registered mostly dedications to indigenous deities, some of which worshiped only in the Castelo Branco region. Of the Latin pantheon of divinities, most traces correspond to Jupiter, the main Roman deity.

The society of the region to Roman times, made known by the inscriptions, is mostly indigenous, or we could say, autochthonous.

Regarding the epigraphy on *instrumentum domesticum*, given its poor representation, it does not allow any background conclusions. We can only say that, with some reservations, the ceramic production might have existed in the Castelo Branco region, certainly for local consumption.

**Keywords:** Epigraphy, Roman religion, Lusitanian-Roman society, Romanization, County of Castelo Branco

(Página deixada propositadamente em branco)

## Agradecimentos

*"Se avistei longe, foi porque me apoiei nos ombros de gigantes"*

(Isaac Newton)

Um trabalho desta natureza só foi possível de concretizar com a colaboração de várias pessoas e instituições que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização de um sonho antigo.

Para começar, agradeço ao meu orientador, Professor Doutor João Luís Cardoso, que durante dois anos esteve sempre disponível, não só na orientação desta dissertação, como também pelo apoio nos momentos mais difíceis do Mestrado. Aqui fica pois um *ad perpetuam rei memoriam*, como agradecimento especial.

Ao Professor Doutor José d'Encarnação, amigo de longa data, não só pela sua amizade e empenho mas, sobretudo, por ter despertado em mim o gosto de abraçar o mundo da epigrafia romana.

À Eunice Dionísio, da Biblioteca do Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, que durante um ano foi o meu esteio na obtenção de quase todas as fontes bibliográficas.

À amiga Raquel Vilaça, do Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, pela troca de ideias sobre o povoamento pré-romano da Beira Interior.

Ao amigo Joaquim Batista, companheiro de muitas jornadas pelos campos do distrito de Castelo Branco e coautor na descoberta de importantes testemunhos arqueológicos.

Ao Dr. José Maria Ventura Martins, Técnico Superior da Biblioteca Municipal de Castelo Branco, pelo incansável apoio na procura das necessárias referências bibliográficas.

Ao João Filipe da Silva Tapadas, pela imprescindível ajuda e colaboração prestada durante a minha permanência na Biblioteca Municipal de Castelo Branco.

À Dr<sup>a</sup> Aida Rechená, Diretora do Museu Francisco Tavares Proença Júnior por, durante um ano, ter prestado, sempre que solicitado, o apoio indispensável ao desenvolvimento desta Dissertação.

À Dr<sup>a</sup> Teresa Martins, pela ajuda no que respeita aos textos em inglês e pela tradução do resumo.

Ao Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, Dr. Luís Manuel dos Santos Correia, por ter colocado à nossa disposição os meios necessário para uma visita pelo concelho de Castelo Branco.

Ao António Sabino, pela ajuda na obtenção de algumas das fotografias que ilustram esta dissertação.

Para último, mas não menos importante, quero deixar um agradecimento muito especial à minha mulher, Maria Augusta, pois sem ela esta dissertação não teria chegado ao fim. Obrigado por teres feito do meu sonho, o nosso sonho.

E a todos os que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho, aqui fica o mais sentido agradecimento e um reconhecido **BEM-HAJAM**.

<b>Índice</b>	
Resumo .....	vii
Abstract.....	ix
Agradecimentos .....	xi
SIGLAS E ABREVIATURAS .....	xvii
INTRODUÇÃO .....	1
1. Justificação e limites do tema .....	1
2. Interesse e objetivos do trabalho .....	2
3. Organização do trabalho .....	3
CAPÍTULO I .....	5
O TERRITÓRIO EM ESTUDO .....	5
1.1. Delimitação administrativa e geográfica.....	7
1.2. Contexto geomorfológico e meio natural.....	9
1.3. Uma questão de espaço e de tempo.....	13
CAPITULO II.....	19
ANTECEDENTES DOS ESTUDOS EPIGRÁFICOS.....	19
CAPÍTULO III.....	29
OS MONUMENTOS EPIGRÁFICOS .....	29
3.1. Metodologia da apresentação do catálogo .....	29
3.2. Inscrições Votivas .....	32
3.2.1. Divindades Indígenas.....	32
3.2.1.1. Arentiae et Arentio .....	32
3.2.1. 2. Asidia.....	34
3.2.1. 3. Bandue .....	38
3.2.1. 4. Cairensibus .....	42
3.2.1.5. Marati Boro.....	44
3.2.1. 6. Oipaingiae.....	46
3.2.1.7. Reve .....	47
3.2.1.8. Trebaruna.....	49
3.2.2. Divindades Romanas .....	51
3.2.2.1. Juno.....	51
3.2.2.2. Júpiter .....	53

3.2.2.3. Tutela .....	63
3.2.2.4. Victoria .....	65
3.2.3. Teónimos Desconhecidos .....	67
3.3. Inscrições funerárias .....	75
3.4. Instrumentum domesticum.....	98
3.5. Diversas.....	104
3.6. Tipologia dos monumentos epigráficos .....	105
3.6.1. Aras .....	105
3.6.2. Placas funerárias .....	106
3.7. Os materiais em que foram construídos .....	107
3.8. Os monumentos e seu contexto .....	107
CAPÍTULO IV.....	107
RELIGIÃO E SOCIEDADE.....	107
5.1. Religião .....	110
5.1.1. Divindades Indígenas.....	110
5.1.1.1. Conceito de divindade indígena.....	110
5.1.1.2. Breve comentário às divindades indígenas .....	111
5.1.1.3. Os rituais .....	122
5.1.2. Divindades romanas.....	124
5.2. Sociedade.....	130
CONCLUSÃO .....	135
BIBLIOGRAFIA .....	137
ANEXO I .....	169
INDÍCES EPIGRÁFICOS .....	169
ANEXO II.....	171
DISTRIBUIÇÃO DAS EPIGRAFES NO CONCELHO .....	171

## ÍNDICE DAS FIGURAS

Figura 1 - Beira Interior Sul - Inserção Regional .....	7
Figura 2 - Mapa Administrativo do Concelho de Castelo Branco.....	8
Figura 3 - Carta Altimétrica do Concelho de Castelo Branco .....	9
Figura 4 - Caracterização Geológica do Concelho de Castelo Branco.....	10
Figura 5 - Rede Hidrográfica do Concelho de Castelo Branco .....	11
Figura 6 - Limites da Lusitânia, segundo Alarcão .....	15
Figura 7 - Limites da Lusitânia segundo Ramírez Sádaba .....	16
Figura 8 - Limites de províncias e conventos jurídicos .....	18
Figura 9 - Ara a Arentia e Arentio .....	32
Figura 10 - Ara a Asidia .....	34
Figura 11 - Ara a Asidia Polturicea .....	36
Figura 12 - Ara a Bandu Picio .....	38
Figura 13 - Ara a Bandi Vorteaecio .....	40
Figura 14 - Ara a Bandi Vorteaecio.....	41
Figura 15 - Ara a Diis Cairensibus .....	43
Figura 16 - Ara a Marati Boro .....	44
Figura 17 - Ara a Oipaingiae .....	46
Figura 18 - Ara a Reve Langanidaeco .....	48
Figura 19 - Ara a Trebarona .....	49
Figura 20 - Dedicatória a Juno.....	51
Figura 21 - Ara a Júpiter Ótimo Máximo .....	53
Figura 22 Ara a Júpiter Ótimo Máximo.....	55
Figura 23 - Ara a Júpiter .....	57
Figura 24 - Parte de uma ara a Júpiter Ótimo Máximo .....	59
Figura 25 - Possível Ara a Júpiter Ótimo Máximo .....	61
Figura 26 - Ara a Júpiter .....	62
Figura 27 - Ara a Tutela.....	64
Figura 28 - Árula a Victória.....	66
Figura 29 - Base de uma ara .....	67
Figura 30 - Fragmento de placa votiva .....	69

Figura 31 - Parte superior de uma ara .....	71
Figura 32 - Fragmento superior de ara.....	73
Figura 33 - Parte inferior de uma ara .....	74
Figura 34 - Epitáfio de Arco e Tangina .....	76
Figura 35 - Epitáfio de Boutius.....	77
Figura 36 - Epitáfio de Camira .....	80
Figura 37 - Epitáfio de Caudicus e Casinae .....	82
Figura 38 - Epitáfio de Cilia e Sunua.....	84
Figura 39 - Epitáfio mandado fazer por Cutece .....	86
Figura 40 - Epitáfio de Lancius.....	87
Figura 41 - Epitáfio de Licinio.....	89
Figura 42 - Epitáfio de Rufino e Camala .....	91
Figura 43 - Epitáfio de Turacia .....	94
Figura 44 - Epitáfio a Arantoni? .....	96
Figura 45 - Peso de tear com a marca PRO .....	99
Figura 46 - Marca A sobre tégula .....	100
Figura 47 - Fragmento de tégula com a marca D.....	101
Figura 48 - Fragmento de tégula com a marca Tongi .....	103
Figura 49 - Marco de propriedade (?) .....	104
Figura 50 - Estela do Bronze Final - Monte de S. Martinho.....	117
Figura 51 - Distribuição das epígrafes .....	171

## ÍNDICE DAS TABELAS

Tabela 1 - Relação das divindades.....	136
--	-----

## **SIGLAS E ABREVIATURAS**

FPC – Fernando Patrício Curado

J. d'E – José d'Encarnação

MFTPJ – Museu Francisco Tavares Proença Júnior

NUT - Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos

(Página deixada propositadamente em branco)

# INTRODUÇÃO

## 1. Justificação e limites do tema

Desde a antiguidade que o homem teve o desejo de escrever, sobre materiais rijos, mensagens que pudessem ser transmitidas para a posteridade. Desta atividade resultou ter chegado até nós um grande número de documentos arqueológicos,<sup>1</sup> tornando-se o seu estudo numa ciência independente (Díaz, 2001), acabando mesmo por se constituir como disciplina autónoma na maior parte das universidades europeias (Encarnação, 2011a). Foi graças ao ingresso desta disciplina nos currículos universitários, que a epigrafia romana se converteu numa ampla base de investigação, permitindo, assim, uma extraordinária evolução dos estudos sobre o período romano, não só na região de Castelo Branco, como em todo o território português.

O nosso interesse pela epigrafia remonta aos longínquos anos 70, do século passado, quando identificamos, pela primeira vez, duas inscrições romanas no Monte de São Martinho,<sup>2</sup> freguesia de Castelo Branco.

A descoberta destas epígrafes, a par de contactos efectuados com arqueólogos, alguns deles professores universitários, foram o mote para profícuos anos de prospeções arqueológicas no concelho de Castelo Branco, visando a identificação de novos testemunhos da época romana.

Desta forma, o que hoje aqui apresentamos é, em parte, o resultado de todos esses anos de investigação no campo da epigrafia romana na região de Castelo Branco.

Assim, procurou-se com a escolha do tema desta dissertação uma identificação clara do objeto em estudo (as fontes epigráficas), enquadrado dentro de uma região administrativa bem definida (o concelho de Castelo Branco).

Abarcar um território mais amplo, se tivermos em conta, por exemplo, as divisões administrativas da época romana (Províncias ou *Conventus*), poderia constituir-se de um

---

<sup>1</sup>Falamos evidentemente da epigrafia que é, como se sabe, a ciência das inscrições. A palavra epigrafia tem origem no termo grego επιγραφή que traduzido, corresponde à escrita sobre materiais rijos, duradouros.

<sup>2</sup>Tratam-se das aras consagradas a *Bandi Vorteaecio* (n.º. 6) e a *Iuno Linteicae* (n.º. 20).

enorme risco, pela falta de tempo e meios para abarcar uma área mais vasta, pelo que optamos por um caminho que, à partida, sabíamos ser possível percorrer.

## **2. Interesse e objetivos do trabalho**

Desde cedo se reconheceu o valor e a importância dos testemunhos epigráficos para a história da região de Castelo Branco, constituindo um importante campo de interesse histórico, social e cultural, remetendo-nos para a vida pública e privada do mundo romano. São acontecimentos e vivências que os arqueólogos, historiadores e epigrafistas da antiguidade clássica, não podem ignorar (Encarnação, 2009a).

Assim, esta dissertação tem como principal objetivo a elaboração do catálogo da epigrafia romana do concelho de Castelo Branco (votiva, funerária e *instrumenta*), tendo como base uma análise exaustiva das fontes sobre dois aspetos essenciais, o epigráfico e o histórico. No aspeto epigráfico far-se-á a descrição de cada peça, para depois ser abordado, no seu enquadramento histórico, os mais variados aspetos, que vão desde a aculturação onomástica e religiosa, passando pelos cultos praticados e o dinamismo social.

Por outro lado, a abordagem de uma obra conjunta, sobre a epigrafia romana do concelho de Castelo Branco, torna-se relevante por diversos motivos, os quais sintetizamos nos itens seguintes:

- Demonstrar a necessidade e interesse de uma reflexão conjunta entre epigrafia votiva e funerária;
- O estabelecimento de uma possível relação geográfica entre as diversas inscrições, que só uma obra de conjunto torna possível;
- O terem passados 30 anos desde a publicação do catálogo epigráfico do Museu Tavares Proença Júnior, possibilitou a descoberta de inúmeros materiais, o que certamente facilitará a análise de novas questões no âmbito do que até então tinha vindo a ser tratado, no que respeita à epigrafia da região de Castelo Branco;
- Por outro lado, o divulgar, o dar a conhecer estes materiais, é pois, uma forma de os preservar da destruição.

### **3. Organização do trabalho**

Para além da introdução, bibliografia, índices e anexos, o trabalho está formalmente dividido em quatro capítulos, o que nos permite uma sequência lógica das ideias expostas ao longo da dissertação.

Assim, na introdução será apresentado o plano geral da dissertação, com enfoque para a justificação e limites do tema, o interesse e os objetivos do trabalho, concluindo com a forma em que o mesmo se encontra organizado.

No primeiro capítulo, é apresentada a caracterização da região de que nos ocupamos, tendo em conta a delimitação geográfica e administrativa, assim como o contexto geomorfológico e os recursos naturais. A inclusão deste capítulo é feita com base na importância que as características do território têm como fator essencial para a fixação do homem, desde as primeiras civilizações (Mafra & Silva, 2004).

No capítulo seguinte, é traçada a história da investigação epigráfica na região de Castelo Branco, abordando-se os percursos evolutivos da ciência epigráfica no território em estudo.

Ao terceiro capítulo ficou reservada a apresentação do material epigráfico, ou seja, a elaboração do catálogo da epigrafia romana do concelho de Castelo Branco. Para a exposição das inscrições seguimos as indicações de Encarnação (1979: 11-17), por entendermos se enquadrarem dentro do que perspetivamos para este estudo.<sup>3</sup>

O capítulo quarto está dividido em duas partes. A primeira corresponde às considerações sobre a religião, para na segunda parte se falar da sociedade que vivia na região de Castelo Branco, ao tempo dos romanos.

Finalmente, nas conclusões, são apresentadas algumas reflexões suscitadas durante a realização desta dissertação e resultantes da análise interpretativa de cada inscrição. São ainda avançadas perspetivas de futuros trabalhos, se tivermos em conta que muito há ainda por desbravar no campo da epigrafia romana do concelho de Castelo Branco

---

<sup>3</sup>Para apresentação de cada inscrição adotamos o seguinte esquema: número de catálogo, tipo de suporte e material, local do achado, bibliografia, leitura, tradução, variantes de leitura e comentário à inscrição, com maior destaque para o comentário histórico.

(Página deixada propositadamente em branco)

**CAPÍTULO I**  
**O TERRITÓRIO EM ESTUDO**

(Página deixada propositadamente em branco)

### 1.1. Delimitação administrativa e geográfica

Podemos considerar a divisão administrativa como a mais antiga terminologia para definir, na opinião do Grupo de Trabalho do Atlas do Ambiente, “um acervo de circunscrições que o tempo e os homens moldaram, fundiram e recriaram sob variadas determinantes e múltiplos fins” (1988: 10), pelo que se torna útil descrever o contexto administrativo em que se insere o território sobre o qual incide o nosso estudo.

Assim, do ponto de vista administrativo, o concelho de Castelo Branco, localizado no distrito com o mesmo nome, insere-se na NUT II Centro e NUT III Beira Interior Sul (Figura 1) com uma área de 1.436 Km<sup>2</sup>, confrontando a norte com o concelho do Fundão, a sul com o concelho de Vila Velha de Ródão e com a fronteira político-administrativa luso-espanhola. A este com o concelho de Idanha-a-Nova e a oeste com os concelhos de Sertão e Proença-a-Nova.

**Figura 1 - Beira Interior Sul - Inserção Regional**

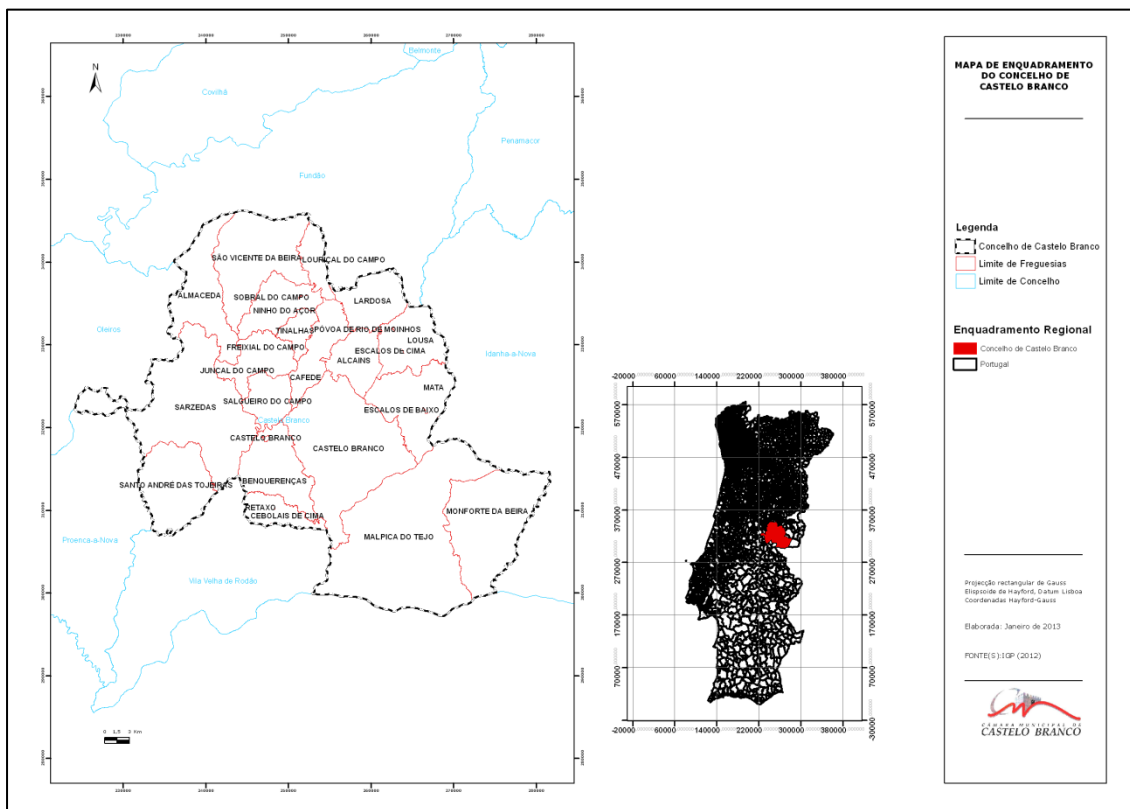


(Fonte: Simões et al., 2008: 10)

Até à reforma administrativa de 2012, o concelho de Castelo Branco estava constituído por 25 freguesias. Com a entrada em vigor da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, que veio definir um novo regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica, o concelho

viu reduzido para 19 o número de freguesias,<sup>4</sup> descrevendo assim uma nova estrutura administrativa e territorial (Figura 2).

Figura 2 - Mapa Administrativo do Concelho de Castelo Branco



(Fonte: Câmara Municipal de Castelo Branco)

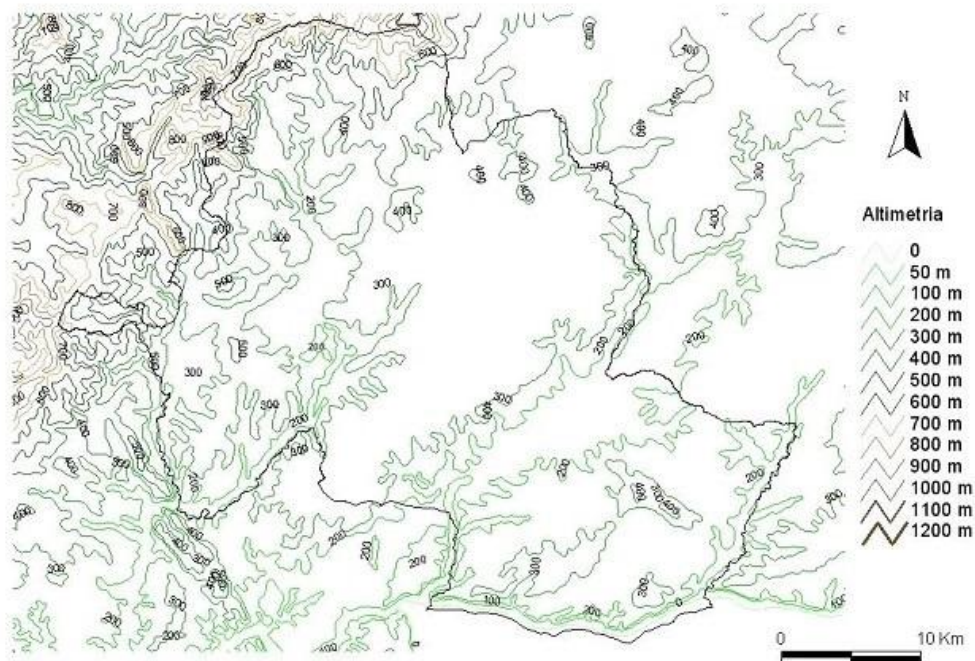
Desde o ponto de vista geográfico, o concelho de Castelo Branco é formado por duas unidades bem distintas: uma zona montanhosa, delimitada pela Serra da Gardunha a norte e pelas serras de Moradal a oeste e uma zona de superfície suavemente ondulada, limitada a sul pelo rio Tejo e a este pela falha do Ponsul (Ribeiro, 1943), com relevos residuais<sup>5</sup> a erguerem-se na paisagem, quebrando assim a monotonia de um aspeto quase plano.

<sup>4</sup>Com a entrada em vigor da Lei 22/2012, ficaram assim constituídas as 19 freguesias: Alcains, Alameda, Benquerenças, Castelo Branco, União de Freguesias de Cebolais de Cima e Retaxo, União de Freguesias de Escalos de Baixo e Mata, União de Freguesias de Escalos de Cima e Louisa, União de Freguesias de Freixial do Campo e Junçal, Lardosa, Louriçal do Campo, Malpica do Tejo, Monforte da Beira, União de Freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo, União de Freguesias de Póvoa de Rio de Moinhos e Cafede, Salgueiro do Campo, Santo André das Tojeiras, São Vicente da Beira, Sarzedas e Tinalhas.

<sup>5</sup>Referimo-nos às cristas quartzíticas de Castelo Branco, S. Martinho e Monforte da Beira.

Como podemos observar (Figura 3), o concelho é caracterizado por uma topografia pouco acentuada, com exceção da zona norte, mais montanhosa, onde o relevo movimentado e as vertentes declivosas apresentam uma maior expressão.

Figura 3 - Carta Altimétrica do Concelho de Castelo Branco



(Fonte: Alves *et al.*, 2004: 4)

## 1.2. Contexto geomorfológico e meio natural

Grande parte do concelho de Castelo Branco é marcado por uma vasta formação geomorfológica de relevo planáltico designada por plataforma ou superfície aplanada de Castelo Branco, tendo como limite para Sul a falha do Ponsul<sup>6</sup> e a Norte a Serra da Gardunha. Estas características desenvolvem-se ao longo de cerca de 25 Km, apresentando uma altitude média entre os 400 a 450m (Cupeto *et al.*, 2005).

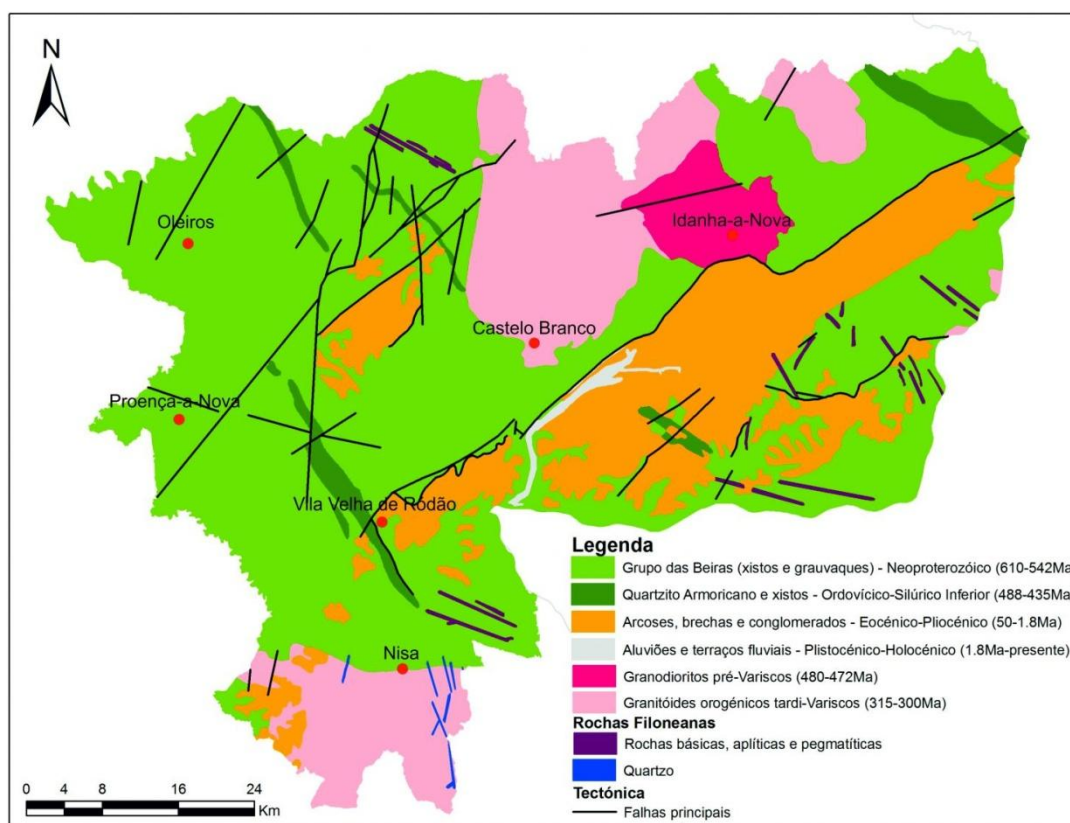
Em termos geológicos, o concelho é constituído na sua maioria por xistos e grauvaques, bem como por uma mancha de granitoides orogénicos com início na cidade de Castelo Branco e estendendo-se para norte até ao limite do concelho (Serra da Gardunha). A sul e

---

<sup>6</sup>A falha do Ponsul corresponde a uma estrutura tectónica que se supõe ter mais de 300 milhões de anos, resultante da colisão das placas tectónicas. Esta falha faz a separação de duas unidades geomorfológicas distintas: a superfície do Alto Alentejo e a superfície de Castelo Branco. (Carvalho, 2005).

este, podemos observar uma zona constituída por depósitos detríticos terciários (Arcoses da Beira Baixa) e uma ligeira faixa de aluviões e terraços fluviais Plistocénicos, acompanhando parte da falha do Ponsul (Ribeiro *et al.*, 1967).

Figura 4 - Caracterização Geológica do Concelho de Castelo Branco



(Fonte: [www.naturtejo.com](http://www.naturtejo.com))

Para poente, encontra-se a Bacia de Sarzedas que corresponde a uma depressão alongada, formada sobretudo por argilas e arcoses da Beira Baixa (Cunha & Reis, 1985). Abundam ainda, nessa região, rochas paleozoicas constituídas principalmente por quartzitos e xistos argilosos ordovícicos (Figura 4).

Do ponto de vista hidrográfico, o concelho de Castelo Branco é coberto por uma densa rede de linhas de água (Figura 5) que fazem parte da bacia hidrográfica do rio Tejo, incluindo ainda, no seu território, diversas sub-bacias, duas das quais de maior importância: a do Ponsul e a do Ocreza.



Santo André das Tojeiras). Estas manchas têm vindo a ser substituídas progressivamente pelo eucalipto, como forma de arborização, especialmente em zonas ardidas. A sul e este do concelho, principalmente nas freguesias de Malpica do Tejo e Monforte da Beira, encontram-se montados de sobreiros e azinheiras. Para norte surge ainda em diversas zonas, o carvalho negral (Godinho-Ferreira *et al.*, 2005).

Relativamente ao coberto arbustivo, são ainda visíveis espécies como a urze, carqueja, giesta, carrasco, esteva e o medronheiro (Godinho-Ferreira *et al.*, 2005).

Mediante o panorama florestal atual e que apresentamos nas linhas anteriores, uma questão importa também colocar. Qual seria o coberto vegetal na região de Castelo Branco, anterior à vinda dos romanos?

Para o desenvolvimento desta problemática servimo-nos dos trabalhos realizados por Raquel Vilaça (1995) nos povoados do Bronze Final da Beira Interior, uma vez que são poucos os estudos realizados sobre os materiais paleoecológicos e palinológicos identificados em escavações, tratando-se, assim, de uma área bastante deficitária na Beira Interior.

À luz dos vestígios identificados por esta autora, o coberto arbóreo na Beira Interior, durante a proto-história, deveria ser constituído por carvalhos, pinheiros, sobreiros e azinheiras. No que toca às herbáceas e arbustivas, identificou a mesma arqueóloga a presença de fetos, cevada, esteva, urze, lentisco bastardo, medronheiro, carrasqueiro, giesta e codeço (Vilaça, 1995).

Assim, podemos deduzir que o coberto vegetal, na região de Castelo Branco, durante a proto-história, não seria muito diferente do atual, sem a intervenção do homem.

No que respeita aos vestígios mineralógicos, o concelho de Castelo Branco apresenta uma grande variedade de recursos, muitos deles motivados pelas transformações tectónicas sofridas ao longo de milhões de anos (Mendes & Cardoso, 2008), refletindo-se num rico património geomineiro, cuja exploração está confirmada desde a antiguidade, sobretudo nas freguesias de Monforte da Beira (Leitão, 2010) e Sarzedas (Oliveira, 2002). Para Carlos Batata, a exploração de minério na região deverá remontar ao final da Pré-História Recente (Batata *et al.*, 2011). Mas, é na época romana que a exploração dos recursos minerais apresenta maior evidencia, sobretudo na exploração aurífera a céu aberto. De

realçar ainda a importância que a exploração do ouro terá tido na região da Beira Interior, durante a romanização, ao ponto de ter sido feita uma dedicatória a Júpiter Ótimo Máximo por um Tibério Cláudio Rufo, ao ter encontrado cento e vinte libras de ouro, provavelmente na região da *Civitas Igaeditanorum*, local de onde provém a epígrafe (Encarnação *et al.*, 2011).

### 1.3. Uma questão de espaço e de tempo

Sabemos que em relação ao tempo histórico a que se refere a nossa dissertação, as delimitações administrativas atuais não são, por si só, significativas para a caracterização da ocupação do espaço na antiguidade (Caninas, 2012), pelo que importa olhar também para a região de Castelo Branco ao tempo dos romanos, de forma a compreendermos como se processou a ocupação de toda esta área, no período que medeia os finais do séc. II a. C. e o século primeiro da nossa Era.

Quando os romanos chegaram à Península Ibérica, por volta de 218 a. C., a região da Beira Interior e da qual o concelho de Castelo Branco faz parte, estaria ocupada por um conjunto de povos, que na opinião deste investigador, seriam designados por *Lusitani* e que corresponderiam aos nomes “que estão mencionados na inscrição da Ponte de Alcântara, CIL II 760, ou, se não todos, pelo menos muitos deles” (Alarcão, 1988: 16).<sup>7</sup>

Porém, este autor alteraria esta interpretação, chamando a atenção para o facto de nem todos os povos mencionados na inscrição da Ponte de Alcântara constituírem o grupo dos *Lusitani*. Esta observação baseia-se na “ausência de divindades lusitanas entre os *Interamnienses*, *Aravi*, *Meidubrigenses*, *Arabrigenses*, *Coilarni*, *Paesuri* e *Banienses*” (Alarcão, 2001: 343).

É certo que estaremos na presença de povos indo-reuropeus, como facilmente se pode testemunhar pelos traços deixados na região através da onomástica e da toponímia (Martins & Jorge, 1992), o que nos confere uma certa sensação de afinidade entre todos eles.

Perante isto, acreditamos que os diversos povos que habitavam a região de Castelo Branco teriam a mesma origem, o mesmo fundo linguístico e a mesma cultura material que a

---

<sup>7</sup>Os povos registados nesta inscrição seriam os *Igaeditani*, os *Lancienses Oppidani*, os *Talores*, os *Interamnienses*, os *Colarni*, os *Lancienses Transcudani*, os *Aravi*, os *Meidubrigenses*, os *Arabrigenses*, os *Banienses* e os *Paesures*.

restante população da Beira Interior e parte da Extremadura espanhola, facto que os tornava numa unidade de características mais ou menos homogéneas, fortalecendo assim, como afirma José Manuel Garcia, “a formação das populações antes do domínio romano” (Garcia, 1991: 108).

Para que se possam compreender as transformações da sociedade após a conquista romana, importa saber também quais os limites da área ocupada pelo conjunto destes povos que habitariam a região da atual Beira Interior.

As primeiras referências que encontramos sobre a Lusitânia pré-romana foram-nos transmitidas através de geógrafos e historiadores gregos e latinos.<sup>8</sup> Contudo, a maioria desses autores não são consensuais no que respeita às fronteiras do território ocupado pelos Lusitanos, variando de autor para autor, sobretudo nos relatos dos escritores gregos. Estas discordâncias devem-se, talvez, às diferentes cronologias das fontes literárias da antiguidade e às diversas edições conhecidas, traduzidas ao longo dos séculos e muitas vezes transmitidas por terceiros, se tivermos em atenção, por exemplo, que Apiano e Estrabão nunca visitaram a Península Ibérica (Cabrero Piquero, 2009).

Políbio (Hist., X 7, 4) menciona pela primeira vez os Lusitanos, por volta de 210 a. C., quando relata que as tropas cartaginesas se encontravam, conforme refere Salinas de Frías (1993: 11), “en las proximidades de la desembocadura del Tajo, Lusitania abajo”, situando assim estes povos nas terras a norte do rio Tejo.

Para Estrabão (Geogr. III, III, 3), a Lusitânia estendia-se do Tejo até ao mar Cantábrico, integrando também as duas Gallaecias, e nela habitava “a mais poderosa das nações ibéricas e a que entre todas mais tempo deteve as armas romanas”. Segundo ainda este autor, a Lusitânia confrontava por Este com os Carpetanos, Vetões, Vacceos e Calaicos, “povos mais importantes, pois os restantes não são dignos de registo, pela sua dimensão e escuridão”, como afirma na sua Geografia.

Após a conquista da Península Ibérica, Augusto reorganiza a Hispânia criando a província da Lusitânia, por volta do ano 27 a. C., cujos limites são alargados em relação à Lusitânia

---

<sup>8</sup>Foram diversos os autores greco-latinos que escreveram sobre a Lusitânia. Entre eles destacamos, Justino, Sílio e Itálico, que se debruçaram sobre a religião dos Lusitanos. Estrabão, Mela, Plínio, Políbio e Avieno, que nos falaram da história e geografia da Lusitânia.

pré-romana e que nos é apresentada pelo testemunho de Plínio-o-velho, segundo a tradução de Rackam:

“O rio Douro, um dos maiores de Hispânia, que tem a sua origem na região dos Paledões, passa junto a Numância, atravessa depois o país dos Arevacos, e separa os Vetões das Astúrias e os Galaicos da Lusitânia, marcando aqui também os limites entre os Túrdulos e os Brácaros... A Lusitânia começa a partir do Douro”

(Rackam, 1961: 206).<sup>9</sup>

Como não cabe, no âmbito desta dissertação, discutirem-se as diversas teorias sobre os limites da Lusitânia, procuramos abordar apenas duas opiniões que consideramos serem, talvez, as mais elucidativas dos contornos desta vasta região, que os romanos conquistaram aos diversos *populi* que aqui habitavam.

Em 1988, Jorge Alarcão alertava que a definição dos limites da Lusitânia tem suscitado diversos problemas, sobretudo a Sudeste, os quais devem ter coincido, na opinião deste autor, “com os actuais limites de Portugal” (Alarcão. 1988: 33). Este investigador dedica uma boa parte do capítulo II da sua obra à criação e limites da província da Lusitânia (Alarcão, 1988: 31-35), estabelecendo assim os limites para esta província com base nos autores greco-latinos e em vestígios arqueológicos, sobretudo em fontes epigráficas e que sintetiza em mapa (Figura 6).

**Figura 6 - Limites da Lusitânia, segundo Alarcão**



(Fonte: Alarcão, 1988: 40)

---

<sup>9</sup>“*Durius aminis e maximis Hispaniae, ortus in Pelendonibus et iuxta Numantiam lapsus, dein per Arevacos Vaccaeosque, disternatis ab Asturia Vettonibus, a Lusitania Gallaecis, ibi quoque Turdulos a Bracaris arcens... A Durio Lusitania incipit*”. N. H. IV, 112-113.

Mais recentemente, Ramírez Sádaba (2003) define os limites da Lusitânia (Figura 7), seguindo na generalidade o traçado proposto por Alarcão, em 1988.

**Figura 7 - Limites da Lusitânia segundo Ramírez Sádaba**



(Fonte: Ramírez Sádaba, 2003)

Ramírez Sádaba escreve que para a fronteira norte-noroeste “el limite más occidental lo constituye la desembocadura del rio Douro (Plínio ..., 4.113 y Ptol. 2.5.1) cuyo cauce marca la divisoria hasta la confluencia del Tormes” (Ramírez Sádaba, 2008: 43).

A linha divisória seguiria depois por:

“el cauce de este último, del que se separa ligeramente, siguiendo a continuación la línea de división entre las actuales provincias españolas de Zamora e Salamanca. De esta forma quedam dentro de Lusitania las ciudades de Bletisa e Salamantica (Ptol. 2.5.7 y Frontino, Ed. Toub. P. 7) y la comarca de Armuña, que pude ser territorio salamanticense”

(Ramírez Sádaba, 2003: 43)

Continuaria depois a fronteira “hacia el sureste por el curso del rio Almar, englobando las tierras ocupadas por los vetones en torno de Ávila e San Martín de Valdeiglesias y excluyendo las tierras llanas cerealísticas de Peñaranda de Bracamonte y Arévalo, que pertenecían a la Citerior” (Ramírez Sádaba, 2003: 43).

Como se pode observar, este autor inclui os Vetões dentro da província da Lusitânia, conforme ele próprio afirma “hemos considerado dentro de Lusitania las tierras vetonas porque este pueblo siempre aparece en las fuentes vinculado a los lusitanos”.

O limite oriental da Lusitânia é definido através da “línea fronteriza que une *Caesarobriga* con *Laconimurge* / *Laci<ni>murga* podría ser el curso del Tajo, en dirección NE-SO hasta la confluência de su afluente el Uso” (Ramírez Sádaba, 2003: 44).

Depois daqui, a linha de fronteira “cruzaria por una suave collada del Guadiana, el Puerto de San Vicente que comunica con el valle del Guadalupejo el cula desamboca en el Guadiana junto a Valdecaballeros” (Ramírez Sádaba, 2003: 44).

Para os limites mais a sul, é fixada a fronteira da Lusitânia pelo

“Guadiana durante algunos kilómetros. [...] No hay documentos para determinar donde se separaba la frontera del cauce del Guadiana, enlazando Olivenza con Vila Verde de Ficalho. Pudo servir como límite la línea trazada por los cauces de los rios Ardila - Ribeira de Tutalga – Ribeira de S. Pedro, que incluye Moura dentro de la Lusitania, pero a falta de datos más explícitos, puede aceptarse la línea oblicua marcada en el citado mapa del Congreso *Les villes de Lusitanie*. Desde *Fines* (Vila Verde de Ficalho), la frontera seguiría el curso del Chanza hasta su confluencia con el Guadiana, cuyo curso inferior volvería a el limite entre Lusitania y Bética, tal como señalan Mela (2.87) y Plinio (N. H., 4.115)”

(Ramírez Sádaba, 2003: 44).

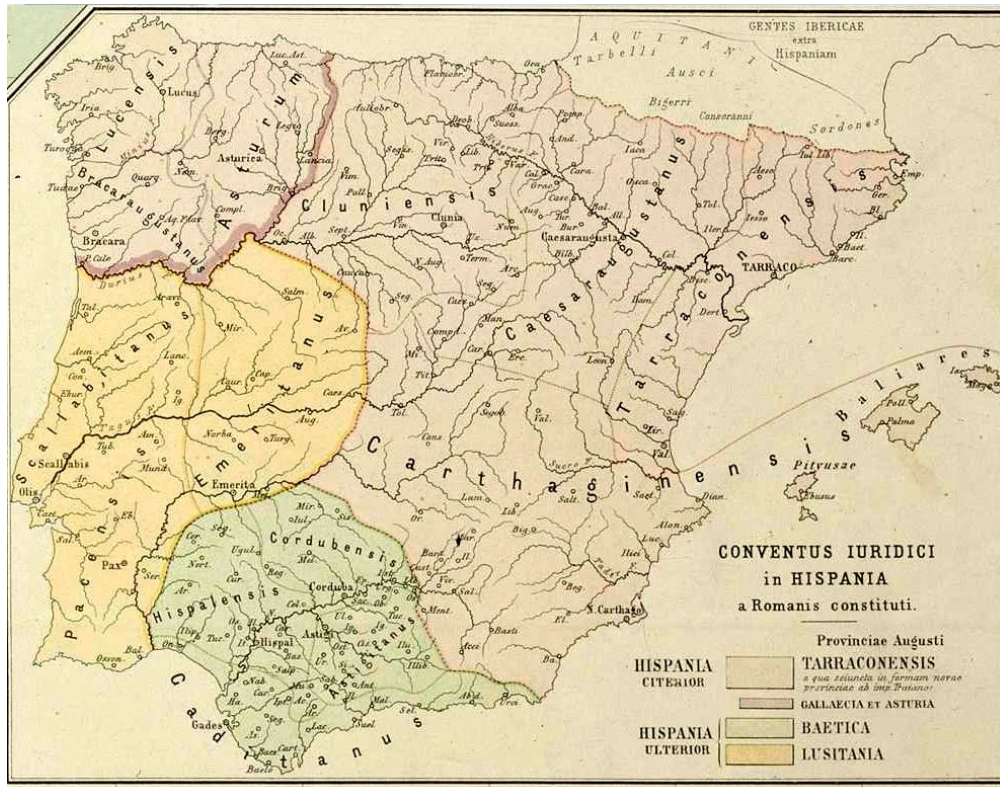
Criada a Lusitânia e definidos os seus limites, Roma estabelece para esta província três conventos jurídicos (*Conventus Pacensis*, *Conventus Scallabitanus* e *Conventus Emeritensis*),<sup>10</sup> cujas datas da sua fundação têm suscitado bastantes dúvidas, supondo-se que os mesmos tenham sido constituídos entre o império de Augusto e o de Cláudio (Mantas, 1990).

A nossa área de estudo, ou seja, o concelho de Castelo Branco, encontra-se inserida no *Conventus Scallabitanus* (Figura 8), cuja capital teria sido *Scallabis*, a atual cidade de Santarém.

---

<sup>10</sup>Os conventos jurídicos são unidades territoriais administrativas da época romana, como o próprio nome indica, com função jurídica. Sobre esta problemática ver o trabalho de Dopico Caínzos (1986).

Figura 8 - Limites de províncias e conventos jurídicos



(Fonte: [https://it.wikipedia.org/wiki/Conventus\\_iuridicus](https://it.wikipedia.org/wiki/Conventus_iuridicus))

## **CAPITULO II**

### **ANTECEDENTES DOS ESTUDOS EPIGRÁFICOS**

(Página deixada propositadamente em branco)

Tanto quanto sabemos, as primeiras referências sobre a epigrafia romana do concelho de Castelo Branco surgem em 1729, através de Manuel Pereira da Silva Leal que menciona algumas inscrições dentro da vila de Castelo Branco e nos campos vizinhos, sem contudo as descrever, remetendo a descrição para o 2º volume da sua obra, a qual nunca chegou a ser publicada (Leal 1729: 334).

Novas alusões à epigrafia romana desta região aparecem em 1767, na obra de Luiz Cardoso, quando fala da antiga vila de Castelo Branco: “Villa edificada das suas ruínas, o que prova de alguns cipos, e pedras Romanas, que se acharão nos seus muros, e contornos” (Cardoso, 1767: 517).<sup>11</sup> Apesar de referências breves e vagas, permite-nos, contudo, entender que “alguns cipos”, referidos pelo autor, poderão corresponder a epígrafes romanas.

Referências mais concretas aparecem em meados do século XIX, através da obra de Emilio Hübnner (1869). O segundo volume do *Corpus Inscriptionum Latinarum* (CIL II) e *Supplementvm* (1892), a maior compilação de inscrições romanas peninsulares, nasce da importância que a epigrafia romana suscitou por toda a Europa, ao longo do Séc. XIX, como afirma José d’Encarnação:

“[...] cedo se compreendeu o atrás interesse da Epigrafia, até porque, na verdade, a escavação de uma cidade, por exemplo, acaba por fornecer inúmeras epígrafes, cujos textos continuavam a despertar – como já haviam despertado no Renascimento e no Neoclassicismo – uma curiosidade extrema, pois isso de escrever por siglas e abreviaturas envolvia, sem dúvida, um mistério que só alguns logravam decifrar”.

(Encarnação, 2011b: 870)

Do concelho de Castelo Branco, Hübnner menciona algumas inscrições romanas, que lhe devem ter sido, por certo, transmitidas através de alguns dos seus correspondentes (Stylow & Gimeno Pascual, 2004). Não acreditamos que tenha passado por esta região, no pouco tempo que se terá demorado a norte do Tejo, como frisou Patrick Le Roux (1984).

Na década seguinte, surgem novas referências à epigrafia romana do concelho de Castelo Branco através de Pinho Leal que, no terceiro volume da sua obra, refere a inscrição a Júpiter Optimo Máximo Conservador, de Escalos de Cima (Leal, 1874: 52). Quase vinte anos depois, mais concretamente em 1891, António Roxo dá a conhecer o epitáfio de *Lucano*, *Amoena* e *Maxima*, cujo paradeiro hoje se desconhece (Roxo, 1890: 10).

---

<sup>11</sup>Preservada a grafia original.

Ainda nos finais do séc. XIX, José Leite de Vasconcelos lança o *Arqueólogo Português* (Cardoso, 2012), uma revista que denominaria de *Colecção Ilustrada de Materiais e Noticias*, em cujas páginas são divulgados diversos vestígios epigráficos desta região.

Assim, o *Corpus* de Hübner e algumas curtas e casuais notícias nas obras de Manuel da Silva Leal, Luiz Cardoso, Pinho Leal, António Roxo e no *Arqueólogo Português* constituíram, até finais do séc. XIX, o conjunto de elementos sobre o conhecimento da epigrafia romana na região de Castelo Branco.

Mas, é com Leite de Vasconcelos, já em pleno séc. XX, que a epigrafia romana do concelho de Castelo Branco vê incrementado novo interesse pelo seu estudo e divulgação, quando são dados à estampa os volumes 2 e 3 das *Religiões da Lusitânia*, merecendo especial referência o estudo da ara dedicada a *Arentia* e *Arentio*, de Ninho de Açor e que Leite de Vasconcelos dá erradamente como proveniente de Idanha-a-Velha (Vasconcelos, 1913: 207-209).

Ainda no início do séc. XX, um jovem arqueólogo albicastrense, de nome Francisco Tavares Proença Júnior, não ficaria indiferente à descoberta de alguns materiais epigráficos durante as prospeções realizadas nos arredores de Castelo Branco e que publica em 1907, pela mão do Mestre Leite de Vasconcelos (Proença Júnior, 1907).

Tavares Proença Júnior dá ainda a conhecer, durante o ano de 1910, diversas epígrafes que descobre na região e que publica novamente no *Arqueólogo Português* (Proença Júnior, 1910a), assim como em *Materiaes para o Estudo das Antiguidades Portuguezas* (Proença Júnior, 1910b), revista por ele fundada nesse mesmo ano. Os seus estudos limitavam-se, na opinião de José Manuel Garcia:

“geralmente à apresentação da leitura das inscrições nem sempre certa, a que algumas vezes acrescentava dados para uma crítica epigráfica. Além disso, informou-nos da localização dos achados, fornecendo-nos boas indicações complementares que nos permitem uma rápida visão das circunstâncias que rodearam a descoberta e aquisição do monumento. Os seus comentários de ordem histórica são, de uma maneira geral, bastante breve”.

(Garcia, 1984: 14)

Apesar do grande entusiasmo que Tavares Proença Júnior dedicava ao seu trabalho, faltava-lhe ainda o rigor de uma ciência que, em Portugal, estava a dar os primeiros passos.

Em 1916, Leite de Vasconcelos aproveitaria o facto de se encontrar em Castelo Branco, fazendo parte do júri dos exames no liceu desta localidade (Cardoso, 2012), para realizar

prospeções arqueológicas na região. Debruça-se, sobretudo, nos vestígios romanos de Escalos de Cima, identificados no Vale da Alagoa e Vale-Vaqueiro. Entre os diversos materiais da época romana, Leite de Vasconcelos refere-se ainda às duas aras dedicadas a Júpiter, recolhida naquela localidade (Vasconcelos, 1918).

Contemporâneo de Leite de Vasconcelos e de Tavares Proença Júnior, Félix Alves Pereira interessar-se-ia, também ele, pela epigrafia romana da região de Castelo Branco e à qual teceu importantes comentários quando se debruçou sobre as divindades indígenas *Arentio* (Pereira, 1909) e *Reve* (Pereira, 1913).

Entre 1931 e 1932, Manuel de Paiva Pessoa dá a conhecer algumas inscrições votivas do concelho de Castelo Branco. Primeiro, no Arqueólogo Português, debruça-se sobre a inscrição a *Trebaruna*, identificada na freguesia da Lardosa (Pessoa, 1930-1931), para em 1932, na Revista de Arqueologia, divulgar uma dedicatória a *Júpiter*, proveniente de S. Vicente da Beira (Pessoa, 1932).

A ausência de estudos sobre a epigrafia romana do concelho de Castelo Branco, no período que medeia entre 1932 e 1956, é reflexo do que acontecia um pouco por todo o país, sendo o declínio dos estudos epigráficos em Portugal “uma consequência inevitável do desinteresse pelo conhecimento da língua latina”, na opinião de Justino Mendes de Almeida (1983: 340).

Mas, é na segunda metade dos anos 50, do séc. XX, que a epigrafia romana do concelho de Castelo Branco vê estimulado um novo esforço de investigação, a par do que já vinha acontecendo para Portugal e onde “o regresso à pedra para, com melhores fotografias e decalques, se preconizar a leitura exacta”, possibilitaria assim “o avanço dos conhecimentos”, permitindo “comparações que dão a cada monumento uma dimensão histórica maior”, conforme nos explica José d’Encarnação (2010a: 51).

Em 1956, a Faculdade de Letras de Lisboa publica uma das mais importantes obras de D. Fernando de Almeida, resultado de anos de investigação e dedicação à antiga *Civitas Igaeditanorum*, hoje Idanha-a-Velha. Aqui encontramos referências à ara dedicada a *Arentia* e *Arentio*, de Ninho do Açor (Almeida, 1956: 265).

Em Janeiro de 1970, defendia José d'Encarnação, na Faculdade de Letras de Lisboa,<sup>12</sup> a sua dissertação de licenciatura intitulada *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal*, trabalho que a Imprensa Nacional daria à estampa em 1975 (Encarnação, 1975).

A publicação desta obra marcou, inevitavelmente, o panorama dos estudos epigráficos em Portugal. Base de trabalho imprescindível para quem se dedica ao estudo das divindades indígenas, em território nacional, a obra constitui também, como afirma o seu autor, um suporte “para ulteriores estudos sobre as divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal” (Encarnação, 1975: 20). Em boa hora vimos surgir, no início de 2015, a 2ª edição desta importante obra (Encarnação, 2015), revista e aumentada, como podemos observar pela referência à proveniência da ara a Trebaruna de Lardosa<sup>13</sup>. Do concelho de Castelo Branco, temos referências às inscrições dedicadas a *Arentio*, de Ninho do Açor (p. 101-103) e *Trebaruna*, da Lardosa (p. 288-291).

Se o ensino da epigrafia romana nas universidades portuguesas permitiu uma maior abertura ao seu estudo (Encarnação, 2011a), a publicação dos Ficheiros Epigráficos tornou-se um importante veículo de informação para a divulgação dos vestígios epigráficos, que frequentemente se iam identificando, um pouco por todo o país. É nas páginas dos seus fascículos, publicados como suplemento da Revista *Conimbriga*, que vimos divulgadas a maior parte das epígrafes descobertas na região albicastrense.

O conhecimento da realidade sobre os estudos epigráficos no concelho de Castelo Branco alterou-se substancialmente no início dos anos 80, do século passado, fomentado pela criação do então Centro de Estudos Epigráficos da Beira.<sup>14</sup> Este grupo teve um significativo impulso de orientação com o Seminário de Introdução à Epigrafia Latina, realizado em Castelo Branco, no ano de 1982, por José d'Encarnação.

Dos resultados desta iniciativa, acarinhada desde a primeira hora, pelo então professor de epigrafia romana da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, assistiu-se à

---

<sup>12</sup>Foi seu orientador D. Fernando de Almeida, então professor de Arqueologia na Faculdade de Letras de Lisboa e que prefaciou a publicação do trabalho.

<sup>13</sup>Inicialmente Lardosa fora dada como pertencente ao concelho do Fundão, proveniência corrigida agora.

<sup>14</sup>O Centro de Estudos Epigráficos da Beira era uma Associação sem fins lucrativos, fundada por Manuel Leitão, António Ribeiro, Luís Barata e António Trindade. Esta Associação tinha como objetivo a investigação arqueológica na área da epigrafia romana da Beira Interior. Para além desta temática de investigação, a Associação tinha ainda como objetivos o estudo da História Local, bem como a defesa do património cultural da região da Beira Interior.

publicação de um número considerável de trabalhos no campo da epigrafia latina, fruto das inúmeras descobertas que foram surgindo ao longo dos anos nesta região.

Adquire particular importância, ainda na década de 80, o catálogo da epigrafia lusitano-romana do Museu Francisco Tavares Proença Júnior, que apesar das suas incorreções e limitações (Mantas, 1985), constitui obra de referência para o estudo da epigrafia romana da Beira Interior.

O aparecimento cada vez maior de testemunhos epigráficos, durante os finais da década de oitenta e os inícios da seguinte, permitiu a publicação de inúmeros estudos, não só nos diversos fascículos do *Ficheiro Epigráfico*, como também na imprensa local. Nomes como o de Manuel Leitão, Pedro Salvado, Sílvia Moreira, José d'Encarnação, Maria Manuela Alves Dias, Rogério Carvalho e Fernando Patrício Curado, estiveram ligados ao estudo e divulgação de todo um vasto património epigráfico, proveniente da região de Castelo Branco.

Em 2002, no âmbito do catálogo da exposição “*Religiões da Lusitânia: Loquuntur Saxa*”, promovido pelo Museu Nacional de Arqueologia, são mencionadas algumas epígrafes existentes no Museu de Arqueologia e provenientes da região de Castelo Branco.

Por fim, em 2004, o Museu Francisco Tavares Proença Júnior trouxe a público o catálogo das coleções arqueológicas do seu fundador, realçando-se sobretudo, porque interessa para o nosso tema, o artigo de Amílcar Guerra (2004: 73-117), onde tece importantes reflexões sobre a epigrafia romana da área por nós em estudo.

Merecem ainda uma breve alusão três dissertações de mestrado que se debruçaram sobre a epigrafia romana da Beira Interior, com menção ao património epigráfico de Castelo Branco. Fernanda Cristina Repas (2001) trata da religião na Beira Interior ao tempo dos romanos; Ana Paula Ramos Ferreira (2004) fala-nos da epigrafia funerária romana e Daniela Freitas Ferreira (2012) dá-nos uma perspetiva do espaço religioso no contexto da ocupação romana da Beira Interior.

Não podemos terminar sem fazer menção a dois trabalhos provenientes do país vizinho, com destaque para as obras de Blazquez Martinez, sobretudo a sua tese de doutoramento, *Religiones Primitivas de Hispania* (Blazquez Martinez, 1962) e o estudo de Olivares Pedreño (2002), também no âmbito da sua tese de doutoramento, sobre os deuses da

Hispania celta. Este último dedica um capítulo às divindades indígenas da Beira Baixa (Olivares Pedreño, 2002: 27-32).

**CAPÍTULO III**  
**OS MONUMENTOS EPIGRÁFICOS**

(Página deixada propositadamente em branco)

### 3.1. Metodologia da apresentação do catálogo

O objetivo deste capítulo consiste na apresentação do catálogo da epigrafia romana do concelho de Castelo Branco, com recurso à análise direta de cada inscrição,<sup>15</sup> servindo de ponto de partida para as considerações a desenvolver na parte relativa à religião e sociedade, assim como nas considerações finais.

Para facilitar uma melhor interpretação do diverso material epigráfico, procuramos, nas linhas que se seguem, explicar a forma como se estruturou a apresentação de cada inscrição.

A organização do catálogo foi pensada tendo em conta a necessidade de articular um conjunto epigráfico heterogéneo e disperso, pelo que optamos por reunir as epígrafes tendo em conta a sua função, com base no tipo de monumento, organizando a sua exposição pelas seguintes categorias:

- **Votivas** – Ordenadas primeiro pelas divindades indígenas, seguindo-se os deus romanos, sempre por ordem alfabética do teónimo. As epígrafes cujo teónimo não é conhecido são remetidas para o final deste subcapítulo;
- **Funerárias** – É seguida a ordem alfabética do nome do defunto. Quando este não seja conhecido, adotámos a ordem do dedicante. Quando não seja possível identificar uma destas situações, optamos pela forma utilizada por Armando Redentor na sua tese de doutoramento, ordenando as epígrafes por ordem decrescente, do número de letras visíveis (Redentor, 2011).
- **Instrumentum** – Neste item, procura-se apresentar as inscrições sobre *instrumentum domesticum*, ou seja, as confeccionadas de forma mecânica, mediante a utilização de moldes ou selos. Para apresentação destes elementos, seguimos a ordem alfabética por tipo de elemento.

O esquema a adotar, para a descrição de cada monumento, será o proposto por José d'Encarnação (2013a), com ligeiras variantes caso se trate de uma inscrição votiva, funerária ou *instrumentum*, o qual sintetizamos nas linhas seguintes:

---

<sup>15</sup>As leituras que apresentamos são baseadas num exame direto dos monumentos em estudo, permitindo assim confirmar leituras, corrigir outras, verificar medidas e sempre que possível, observar os pormenores, muitas vezes não detetados numa simples fotografia.

- **Número de ordem sequencial**, permitindo a identificação da inscrição nos diversos índices que incluímos no final;
- **Tipo de suporte e material de construção**, tendo em conta a característica do monumento, tenta-se fazer, sempre que possível, uma comparação com os materiais existentes na região de Castelo Branco;<sup>16</sup>
- **Local e circunstâncias do achado**, sempre que este seja conhecido, bem como a circunstância em que foi recolhida a epígrafe.
- **Atual Paradeiro** refere-se, nesta parte, ao local atual onde se encontra a inscrição;<sup>17</sup>
- **Dimensões**, sempre dadas em centímetros pela seguinte ordem: altura x largura x espessura;
- **Leitura** interpretada com recurso à utilização dos signos diacríticos, apresentados no final deste subcapítulo;
- **Tradução**, onde seguimos as indicações apontadas por José d'Encarnação, pelo que optamos por traduzir também os antropónimos, ao contrário do que nos é dado pela escola francesa, onde preferem manter os antropónimos em latim (Encarnação, 2013a);
- **Variantes de leitura**, com indicação da bibliografia e a respetiva alteração à leitura por nós apresentada;
- **Bibliografia**, que inclui as publicações mais significativas sobre as inscrições em estudo e que será apresentada por ordem cronológica de edição.
- **Comentário**, em que se apresentam umas primeiras conclusões sobre cada epígrafe, procurando abordar as principais características da inscrição, com base em dois aspetos fundamentais: o paleográfico<sup>18</sup> e o histórico.

---

<sup>16</sup>Atendendo ao facto de as inscrições se encontrarem publicadas, umas mais que outras, não vimos necessidade de entrar em descrições detalhadas, até porque o estudo do monumento é acompanhado sempre que possível, de uma boa fotografia.

<sup>17</sup>Quando o monumento se encontre num Museu, será indicado o número de inventário.

<sup>18</sup>Aqui, voltamos a partilhar a opinião de José d'Encarnação, quando diz “se há uma boa fotografia não interessa que nos percamos em demasiados pormenores; basta cingir-nos apenas aos mais significativos” (Encarnação, 2013a: 15).

**Símbolos diacríticos:**

/ Separação das linhas;

( ) Desdobramento das siglas ou abreviaturas;

[ ] Reconstituição das letras que poderão ter sido gravadas e que hoje já não são visíveis;

[...] Falta do texto, mas que se pode determinar o número de letras. Cada ponto corresponde a uma letra;

[----] Texto em falta que não é possível determinar, mas cuja existência é segura.

**R** Letra incompleta, mas que é suscetível de ser identificada, com maior ou menor segurança;

**AE** Nexo;

. Pontuação, que em caso de ser uma hera se escreverá (*hedera*);

? Quando existem dúvidas de interpretação, assinala-se com um ponto de interrogação.

## 3.2. Inscrições Votivas

### 3.2.1. Divindades Indígenas

#### 3.2.1.1. Arentiae et Arentio

Nº. 1 (Figura 9)

**Tipo:** Ara

**Material:** Granito de grão médio, apresentando patine ligeiramente acastanhada.

**Descrição:** Fragmento de ara partida no fuste, faltando-lhe a parte final do campo epigráfico e a base. O capitel, separado do fuste por uma moldura quadripartida, em escada, apresenta frontão triangular e dois toros laterais. Carateres bem gravados denotando a utilização de linhas de guia, ainda que não visíveis. Primeiro linha do texto a iniciar no capitel. Recurso a diversos nexos, dando uma certa elegância ao campo epigráfico.

Figura 9 - Ara a Arentia e Arentio



(Fonte: MFTPJ)

Apesar da inscrição se apresentar partida, de salientar a semelhança com uma outra dedicada a *Arentio* e proveniente do Rosmanihal, concelho de Idanha-a-Nova (Garcia,

1984: 47-48, n.º. 2), o que nos poderá levar a pensar que ambas as inscrições poderão vir da mesma oficina.

**Local e circunstância do achado:** Ninho do Açor. Recolhida no Chão de São Pedro aquando da abertura de um poço. Levantou-se a hipótese de que a mesma possa ser originária do “Sobreiral”, local onde têm surgido diversos materiais da época romana.

**Paradeiro:** Museu Francisco Tavares Proença Júnior, de Castelo Branco (N.º Inv. 10.2).

**Dimensões:** (44) x 25,5 x 23

ARENTIAE ET / ARENTIO / MONTA/NVS / TANGI/ [F(*ilius*)?]

Montano, filho de Tângio, (cumpriu a sua promessa) a Arência e Arêncio.

**Variantes:** 1.5: TANGI [f(*ilius*)] (Almeida 1956); TANGINVS (Blázquez Martínez 1962); TANGI/[NI V(*otum*) S(*oluit*)?] (Garcia 1984).

**Bibliografia:** Proença Júnior, 1907: 176-177; Vasconcelos, 1913: 207-208;<sup>19</sup> Pereira, 1934: 284; Pereira, 1936: 445; AE 1936, n.º. 5; Almeida, 1956: 265, n.º. VIII; Lambrino, 1957: 140-142; Blázquez Martínez, 1962: 73; ILER 725; Encarnação, 1975: 101-102; Blázquez Martínez, 1975: 29; Garcia, 1984: 49-50; Garcia, 1991: 286, n.º. 13; Repas, 2001, p. 10-11; Prósper Pérez, 2002: 29; Ferreira, 2012: 186-187.

**Comentário:** Estamos na presença de um testemunho do culto a Arêncio, no caso concreto desta inscrição, associado também à forma feminina Arência.<sup>20</sup> No que respeita aos nomes aqui registados, assistimos a uma aculturação antroponímica. Enquanto o pai se identifica ainda com um nome indígena, o filho optou por um antropónimo latino. O patronímico *Tangius* / *Tanginus* é por demais conhecido na Lusitânia (NAVARRO CABALLERO & RAMÍREZ SÁDABA, 2003: 313-316, mapa 289), ao passo que o cognome *Montanus* é pouco frequente na região, registando-se apenas nesta inscrição de Ninho do Açor e em Monsanto, numa dedicatória a *Júpiter Ótimo Máximo* (CIL II 459).

---

<sup>19</sup>Leite de Vasconcelos dá erradamente a proveniência da inscrição como sendo de Idanha, pelo que fazemos aqui a devida retificação.

<sup>20</sup>Sobre a problemática do culto a *Arencio* e restantes divindades, ver as considerações desenvolvida no Capítulo IV da nossa dissertação.

### 3.2.1. 2. Asidia

Nº. 2 (Figura 10)

**Tipo:** Ara

**Material:** Granito de grão fino, da região, apresentando uma ligeira pátina amarelada.

**Figura 10 - Ara a Asidia**



(Fonte: Própria)

**Descrição:** Monumento em bom estado de conservação, mostrando apenas algum desgaste no rebordo do capitel, devido talvez à reutilização do monumento. Apresenta uma composição harmoniosa da base, fuste e capitel bem conseguida, através das proporções destes três elementos. Polimento em todos os lados, o que nos faz pensar que estaria colocada de forma a ser observada de todos os ângulos. O capitel apresenta um tríscepo de fino recorte, em relevo, tratando-se de um “elemento decorativo típico de estelas funerárias desta região peninsular”, conforme nos explicam Assunção, Encarnação e Guerra (2009: 182) e que aparece, sobretudo, como um elemento decorativo frequente nas estelas da chamada cultura castreja, características do Norte de Portugal (Silva & Centeno, 1980). Ainda relativamente a este elemento decorativo, José d’Encarnação avança com a hipótese de o mesmo estar conotado com a *gentilitas* e sua divindade

(Encarnação, 2009-2010: 40), facto que em nosso entender poderá representar apenas um mero motivo decorativo e não funcional.

**Local e circunstância do achado:** Alcains. Esta ara, assim como a seguinte, foram identificadas na Capela de São Domingos no ano de 2008, altura em que se iniciaram as obras de requalificação do templo. As mesmas estavam situadas por baixo do altar-mor, sendo a sua descoberta resultado da necessidade de demolição do referido altar.

**Atual Paradeiro:** Encontra-se na sacristia da Igreja Matriz da vila de Alcains, onde a vimos e fotografamos.

**Dimensões:** 109,7 x 45,8 x 37,2

ASIDIAE / GENTILITAS / POLTVRICIO/RVM • EX VOTO POLTV/RI CAENO/NIS /  
A(nimo) • L(ibens) • S(olvit)

A Asidia. A gentilidade dos Polturícios, por voto de Poltúrio, de Cenão, cumpriu de livre vontade.

**Bibliografia:** Assunção; Encarnação & Guerra, 2009: 181-183; AE 2009, 512; HEP 18 2009, nº.229; Encarnação, 2009b: 168; Encarnação, 2011c: 117-118; González Rodríguez & Ramírez Sánchez, 2011: 261; Ferreira, 2012: 47-48 e 137-138; Encarnação, 2013b: 213-214; Encarnação, 2013d: 126; Curado, 2015: 35.

**Comentário:** Estamos perante um novo teónimo indígena identificado exclusivamente em território português e dado a conhecer através de duas inscrições, provenientes da mesma localidade.

Assim, até que não surjam novos dados, a descoberta destas duas inscrições remetem-nos, seguramente, para um culto restritamente de âmbito local.

O altar foi mandado lavrar pela *gentilitas Polturiciorum*, em resultado do voto formulado por *Poltúrio*, filho de *Cenão*.

No que respeita à antroponímia, *Poltúrio* surge aqui pela primeira vez, enquanto o patronímico *Caenonis*, genitivo do antropónimo pré-romano *Caeno*, encontra-se bem documentado na epigrafia romana da Península, especialmente na Lusitânia romana (Encarnação, 2009c).

Pela análise dos dados disponíveis, não temos dúvidas que estamos perante a identificação de uma unidade familiar que habitaria a região de Alcains e da qual *Polturio* seria, muito provavelmente, o seu fundador.

Cronologicamente poder-se-á situar esta inscrição no Séc. I da nossa era.

**Nº. 3** (Figura 11)

**Tipo:** Ara

**Material:** Granito de grão grosso, característico desta região.

**Descrição:** A peça apresenta algumas fraturas na base e capitel. Pelo seu estado de conservação, não é possível uma adequada análise da molduração, sobretudo na base. Campo epigráfico separado do capitel por dois filetes. Deveria ter possuído toros, de que há ligeiros vestígios na face dianteira. O capitel apresenta o que poderia ser o *foculus*, restando apenas uma saliência circular.

**Figura 11 - Ara a Asidia Polturicea**



(Fonte: Própria)

**Local e circunstância do achado:** Alcains. Na capela de São Domingos, conjuntamente com a inscrição anterior.

**Atual Paradeiro:** Encontra-se atualmente na sacristia da Igreja Matriz de Alcains.

**Dimensões:** 66,2 x 24,5 x 25

ASIDIAE / POLTVRI/CEAE / L(*ucius*) ATTIVS / VEGETVS / V(*otum*) . L(*ibens*) .  
S(*oluit*)

A Asídia Polturícia, Lúcio Ácio Vegeto cumpriu o voto de livre vontade.

**Variantes:** 1.2: POLTV (Assunção; Encarnação & Guerra)

**Bibliografia:** Assunção; Encarnação & Guerra, 2009: 183-184; AE 2009, 513; HEp 18 2009, nº.560; Encarnação, 2009b: 168; Encarnação, 2011c: 116-117; Ferreira, 2012: 47-48 e 139; Encarnação, 2013b: 213-214; Encarnação, 1913d: 126; Curado, 2015: 35.

**Comentário:** Regista-se aqui a segunda dedicatória a *Asídia*, neste caso com o epíteto *Polturiceae* e não *Pultuceae*, como foi indicado pelos autores que a ela se referiram, até à leitura apresentada por Curado (2015).

Observámos a pedra e verificámos a existência do R e I no final da linha 2, letras que haviam passado despercebidas aos primeiros autores devido à grande camada de cimento que a pedra ainda tinha, pelo facto de ter sido, como referimos anteriormente, reaproveitada como material de construção do altar. A particularidade desta inscrição tem a ver com o epíteto da divindade, foneticamente identificado com o dedicante da inscrição anterior e com a *gentilitas* dos *Polturícios*, o que nos faz pensar numa divindade protetora deste núcleo familiar.

O dedicante identifica-se à maneira romana, com os *tria nomina*. Mais do que um cidadão romano, estremos certamente na presença de um indígena romanizado, facto que poderá ter levado *Lúcio Ácio Vegeto* a omitir a filiação (Encarnação, 2010a), o que denota já um avançado estado de aculturação (Ferreira, 2012). De salientar ainda que *Vegetus*, apesar de corresponder a um cognome latino (Kajanto, 1982: 119), surge frequentemente em contexto indígena e bem documentado na Lusitânia (Navarro Caballero & Ramírez Sádaba, 2003: 336-337, mapa 319).

Cronologicamente esta inscrição poderá ser datada do Séc. II d. C.

### 3.2.1. 3. Bandue

Nº: 4 (Figura 12)

**Tipo:** Ara

**Material:** Granito de grão médio em tons róseos, da região.

**Descrição:** Monumento em bom estado de conservação excetuando o lado direito que se apresenta fragmentado, assim como o canto inferior esquerdo um pouco esboroadado. Campo epigráfico separado do capitel por uma gola direta reversa, de proporções muito inferiores em relação ao restante monumento. A base, de dimensões desproporcionadas em relação ao resto da epígrafe, apresenta um chanfro de reverso largo.

**Figura 12 - Ara a Bandu Picio**



(Fonte: Própria)

**Circunstâncias e Local do Achado:** S. Vicente da Beira. Recolhida no ano de 1977 durante as obras de remodelação de uma casa, na Rua da Igreja.

**Paradeiro:** Reserva arqueológica do Grupo de Estudos e Defesa do Património Cultural da Gardunha.

**Dimensões:** 53 x 28 x 19

BĀNDV PICI/O PELLICO / TĀNGINI F(*ilius*) /V(*otum*) L(*ibens*) S(*oluit*)

A Bando Pico, Pelicão, filho de Tangino, cumpriu o voto de livre vontade.

**Bibliografia:** Curado et al., 2003, n.º. 329; AE 2003, 863; HEp, 2003-2004, n.º. 871; Encarnação, 2004-2005: 101; Blázquez Martínez, 2009: 40; Ferreira, 2012: 218-219.

**Comentário:** O texto dá-nos a conhecer mais uma dedicatória à divindade indígena do grupo *Band-*,<sup>21</sup> fortemente cultuada na região da Beira Interior. No presente caso, surge com o epíteto *Picio*, tratando-se do terceiro testemunho com um epíteto semelhante<sup>22</sup> e que se poderá relacionar com *Picius* de S. Pedro de Lourosa, identificado apenas pelo epíteto (Encarnação & Carvalho, 1984: 14).

Relativamente à antroponímia, o patronímico *Tangino* é por demais conhecido na epigrafia da região e sobre ele tecemos considerações na inscrição n.º 1, do nosso catálogo. O mesmo não acontece com *Pellico*, que se documenta aqui pela primeira vez em nominativo, podendo derivar de *Pellius*, antropónimo indígena documentado sobretudo na Lusitânia oriental (Untermann, 1965: 146, mapa 60) e que nos apresenta a mesma composição *Pelli-*, da inscrição funerária do Monte de S. Martinho, Castelo Branco.<sup>23</sup>

Pelo tipo de letra, estamos perante uma inscrição dos finais do Séc. II d. C.

**N.º: 5** (Figura 13)

**Tipo:** Arula

**Material:** Granito grão fino de cor acinzentada.

**Descrição:** Monumento bem conservado, apesar do capitel se apresentar desgastado, sobretudo nas laterais. Campo epigráfico rebaixado e separado do fuste por dois filetes, rematados por um cordão na sua parte inferior. Base esboroadada no lado direito e separado do campo epigráfico por uma pequena reentrância. Todas as faces estão trabalhadas, o que pressupõe que o monumento seria colocado de forma a ser visto de todos os lados.

---

<sup>21</sup>Sobre a problemática desta divindade e restantes teónimos, serão tecidas diversas considerações ao longo do capítulo IV, na parte referente à Religião.

<sup>22</sup>Apenas como *Picius* em Oliveira do Hospital (ILER 906) e como *Bannei Picio*, em Belver (AE 1950, 220).

<sup>23</sup>Inscrição n.º. 27 do nosso catálogo

**Local e circunstâncias do achado:** S. Vicente da Beira. Desconhecem-se as condições da descoberta do monumento.

**Paradeiro:** Museu Francisco Tavares Proença Júnior (N<sup>a</sup> Inv. 72.1)

Figura 13 - Ara a Bandi Vorteaecio



(Fonte: MFTPJ)

**Dimensões:** 55 x 25 x 18

*B(andi) V(orteaecio) S(acrum) / V(...) S(...) / FIL(ius) / S(oluit)*

Consagrado a Bandi(?) Vorteaecio(?)

**Bibliografia:** Garcia, 1984: 51, n.º 4; Encarnação, 1987: 20; Garcia, 1991: 503-504, n.º. 566, HEp, 1993, n.º. 469; Repas, 2001: 24, n.º. 4.12; Olivares Pedreño, 2002: 29; Hoz Bravo, 2002: 50; Ferreira, 2012: 212-213.

**Comentário:** As dificuldades maiores de interpretação desta inscrição reside no facto da mesma se encontrar em siglas, se entendermos não estarmos perante o teónimo *BVSVS*,<sup>24</sup> inscrito na primeira e segunda linha. Assim, as letras *BV* poderão ser vistas como a

---

<sup>24</sup>Partilhamos da opinião de Daniela Ferreira (2012) em não considerarmos *BVSVS* como teónimo, uma vez que não se encontram paralelos na epigrafia da Península Ibérica e por não se apresentar em dativo.

abreviatura de uma dedicatória a *Bandi Vorteaecio* e o *S* a *Sacrum*. O nome do dedicante e o respetivo patronímico podem ser interpretados através das siglas *V* e *S*, uma vez que temos, seguramente, na linha 4 a abreviatura de *filius*. Suscita ainda alguma reserva a interpretação da sigla *S* na última linha, que poderá corresponder à fórmula *Soluit*.

**Nº: 6** (Figura 14)

**Tipo:** Ara

**Material:** Granito

**Descrição:** Parte inferior de uma ara, conservando apenas o que resta das três últimas linhas. Campo epigráfico separado da base por um duplo filete.

**Local e circunstâncias do achado:** Castelo Branco. Encontrada em 1976, pelo signatário, no monte de S. Martinho.

**Paradeiro:** Museu Francisco Tavares Proença Júnior (Nº. Inv. 76.84)

**Dimensões:** (43) x (26) x 20

**Figura 14 - Ara a Bandi Vorteaecio**



(Fonte: MFTPJ)

[BANDI]? / VORT[E]/AECIO / A(nimo) L(ibens) V(otum) S(oluit)

? cumpriu de boa vontade o voto a Bandi? Vorteaecio.

**Bibliografia:** Garcia, 1976: 148; AE 1977, 380; Garcia & Leitão, 1982: 9-10, nº. 3; Garcia, 1984: 79, nº. 18; Encarnação, 1987: 20; García Fernández-Albalat, 1990: 36; Garcia, 1991: 291-292, nº. 31; HEp 11, 2001, nº. 660; Olivares Pedreño, 2002: 28; Hoz Bravo & Fernandez Palacios, 2002: 50; Ferreira, 2012: 202-203; Richert, 2012: 78

**Comentário:** Pelo epíteto, *Vorteaecio*, estamos seguramente perante uma dedicatória ao deus *Bandue*, divindade bem documentada no Ocidente Hispânico, com uma maior incidência na Beira Interior (Blázquez Martínez, 2010).

Dada a fratura da pedra, não é possível avançar com qualquer outra hipótese de interpretação.

As características paleográficas aconselham a uma datação muito provavelmente do Séc. I d. C.

#### 3.2.1. 4. Caiariensibus

Nº: 7 (Figura 15)

**Tipo:** Árula

**Material:** Granito de grão médio, de cor rosada.

**Descrição:** Peça de fabrico rudimentar apontada pelos autores que a estudaram, como uma imitação local das ámulas romanas. Molduração simples, onde o capitel apresenta um triplo toro, tendo o do meio largura superior aos restantes. Distingue-se ainda o *foculus*, no centro. Base de duplo toro, com ranhura.

Figura 15 - Ara a Diis Caiariensibus



(Fonte: J. d'E)

**Local e circunstâncias do achado:** Escalos de Cima. Estava a ser utilizada como material de construção, numa casa da povoação de Escalos de Cima.

**Paradeiro:** Desconhecido. Os autores que a estudaram deram como paradeiro o jardim do Solar da Família do Eng<sup>o</sup> João Correia Botelho. Visitamos o jardim e falamos com um dos herdeiros da família, que nos disse desconhecer a existência da pedra e o local para onde terá sido levada.

**Dimensões:** 45 x 20 x 22

DĪ(is) . CAI(riensibus) / FLAV[S] (?) / [A(nimo)] . L(ibens) . [P(osuit)]

Flau(?) colocou de boa mente aos deuses Caiarienses(?).

**Bibliografia:** Encarnação 1994b: 13; AE 1994, 834; HEp 1996, n<sup>o</sup>. 1029; Carvalho & Encarnação 2001, n<sup>o</sup>. 296; HEp 2001, n<sup>o</sup>. 658; AE 2001, 1163; Olivares Pedreño, 2002: 54; Repas, 2001: 34-35, n<sup>o</sup>. 7; Ferreira, 2012: 126, nota 187.

**Comentário:** Estamos, provavelmente, perante uma dedicatória aos deus *Caiarienses*, apesar do texto da inscrição ter sido retocado, apresentando, por isso, caracteres alheios às características das letras latinas.

As três letras *CAI*, na primeira linha, poderão corresponder ao epíteto *Cairienses*, documentado numa inscrição de Zebreira (Encarnação, 1975), concelho de Idanha-a-Nova. O dedicante da ara *Flaus*, que poderá equivaler a *Flavus* ou *Flavius*, na sua forma mais clássica e que corresponde a um gentílico documentado na Hispânia, com algumas ocorrências também na Lusitânia (Franco, 2001).

### 3.2.1.5. Marati Boro

Nº: 8 (Figura 16)

**Tipo:** Ara

**Material:** Granito

**Descrição:** Monumento bastante fragmentado e desgastado, o que tem dificultado a leitura, suscitando assim diversas interpretações no que respeita à identificação do teónimo.

**Local e circunstâncias do achado:** Castelo Branco. Recolhida em 1907 por Tavares Proença Júnior, na Quinta da Polida, servindo de material de construção na parede de uma casa.

**Paradeiro:** Museu Francisco Tavares Proença Júnior (Nº. de Inv. 10.9)

Figura 16 - Ara a Marati Boro



(Fonte: MFTPJ)

**Dimensões:** (46) x 29 x 22

[M]ARATI B[O]/RO VER/NACVLVS / CILIAE? LIB(*ertus*) /LIBERI [...]/ [...]

A Marato Boro. Vernaculo, liberto de Cilia [cumpriu o voto ?]

**Variante:** 1.1: ARATIB (Proença 1907; Garcia 1984); 1.4: LIBER (Mantas); 1.5: LIBERA (Mantas)

**Bibliografia:** Proença Júnior, 1907: 174-175; Proença Júnior, 1910a: 53-54; Garcia, 1979: 156, nº. 1; Garcia, 1984: 45-46, nº. 1; Mantas, 1985: 227; Encarnação, 1987: 15; Repas, 2001: 109, nº. 29.2; Guerra, 2004: 176, nº. 93; Encarnação & Guerra, 2010: 99; Ferreira, 2012: 140-141.

**Comentário:** O grande desgaste da pedra e o facto de as letras estarem gravadas a pouca profundidade tem dificultado a leitura do texto.

Assim, são diversas as interpretações apresentadas do monumento, sobretudo no que respeita à identificação do teónimo.

Observamos o monumento e sentimos as mesmas dificuldades apontadas pelos diversos autores que se têm debruçado sobre a inscrição. Não concordamos com a interpretação de José Manuel Garcia ao ler *Aratibro* (Garcia, 1984), até porque o mesmo alerta para a possibilidade de existir uma letra antes do A, que poderá corresponder a um *M* (Garcia, 1991: 520, nº. 589).

Face aos vestígios das letras existentes nas linhas 4 e 5, entendemos que seja também de rejeitar a hipótese avançada por Vasco Mantas quanto à interpretação do teónimo, que para este autor estaria nas últimas duas linhas e que corresponderia a *Liber* e *Libera* (Mantas, 1985).

Quanto a nós, parece-nos que podemos estar perante uma dedicatória a *Marati Boro*, divindade identificada em Monsanto, concelho de Idanha-a-Nova,<sup>25</sup> aliás, tese também defendida por Amílcar Guerra (Guerra 2004a: 175, nº. 93).

Um dado seguro, é a identificação do dedicante. *Vernaculus* poderá corresponder a um escravo (Guerra, 2004a), ou até mesmo a liberto de *Cilea*, se tivermos em conta a interpretação mais provável para o texto.

---

<sup>25</sup>L(*ucius*) C(---) O(---) / Mara/ti Boro /A(*nimo*) L(*ibens*) V(*otum*) S(*olvit*) (ILER 683).

Para a última linha visível, estamos tentados a ler, ainda que sobre enormes reservas, a fórmula votiva *Lib(ens) Mer(ito) S(olvit)*.

### 3.2.1. 6. Oipaingiae

Nº: 9 (Figura 17)

**Tipo:** Ara

**Material:** Granito de grão grosseiro, característico da região.

**Descrição:** Fragmento da parte superior de uma ara. Capitel bastante danificado, separado do fuste por dois filetes.

**Local e circunstâncias do achado:** Castelo Branco. Desconhecemos as circunstâncias do achado.

**Paradeiro:** Museu Francisco Tavares Proença Júnior (Nº. Inv. 31.3).

Figura 17 - Ara a Oipaingiae



(Fonte: MFTPJ)

**Dimensões:** (38) x (26) x 26.

OIPAIN/GIAE / MARCIVS / RVFVS / [...]

Oipaegia. Márcios Rufos

**Variantes:** L. 1: DI IAIN (Pessoa); DIPAIN (Garcia 1984).

**Bibliografia:** Pessoa, 1932: 123-124; Garcia, 1984: 53, n.º. 5; Garcia, 1991: 308, n.º. 60; HEp 1995, n.º. 991; Repas, 2001: 58, n.º. 17.1; Olivares Pedreño, 2002: 31-32; Ferreira, 2012: 154-155.

**Comentário:** A primeira leitura que se entendeu segura, durante alguns anos, foi-nos dada por José Manuel Garcia (1984), ao interpretar a epígrafe como uma dedicatória à divindade indígena *Dipaingiae*. O aparecimento de uma outra ara, na região do Ladoeiro, concelho de Idanha-a-Nova e dedicada a *Oipaegia*, veio alterar substancialmente a interpretação da ara de Castelo Branco. A fratura da pedra, no espaço da primeira letra na l.1, dificultou a sua leitura, pelo que foi entendida como *D*, facto corrigido por Maria João Amaro, após identificada a inscrição do Ladoeiro (Amaro, 1993).

Assim, estamos perante uma dedicatória à divindade indígena *Oipaegia*, também ela, cultuada não muito longe do local de proveniência da inscrição que aqui se apresenta.

O dedicante apresenta-se com o *duo nomina*, sendo conhecido da inscrição a Júpiter Ótimo Máximo, da Mata.<sup>26</sup> Assim, poderemos estar perante a mesma pessoa que mandou erguer os dois monumentos, até pela semelhança do nexo *CI*, apresentado no *nomen Marcius*, de ambas as inscrições.

### 3.2.1.7. Reve

N.º. 10 (Figura 18)

**Tipo:** Ara

**Material:** Granito de grão grosso, característico da região de Alcains.

**Descrição:** Peça muito fragmentada, conservando apenas parte do campo epigráfico, onde é possível observar o teónimo e a fórmula final.

---

<sup>26</sup>Inscrição n.º. 15 do nosso catálogo.

Figura 18 - Ara a Reve Langanidaeco



(Fonte: Própria)

**Local e circunstância do achado:** Alcains. Recolhida em 1977 no Cabeço Pelado, a 3 km para norte da vila de Alcains.

**Atual Paradeiro:** Museu Francisco Tavares Proença Júnior (Nº. Inv. 76.92).

**Dimensões:** (33) x (25) x (16).

[----] / REVE / LĀNGANID(aeco) / V(otum) S(oluit) L(ibens)

? cumpriu de bom grado o voto feiro a Reue Langanidaeco.

**Bibliografia:** Garcia, 1984: 69; Encarnação, 1987: 30; Garcia, 1991: 346, nº. 187; Leitão, 1994: 24-25; Repas, 2001: 68; Prósper, 2002: 133; Búa, 2009: 97; Ferreira, 2012: 236; Reis, 2013: 1814-1815.

**Comentário:** Documenta-se mais um testemunho do culto a Reve, o quarto<sup>27</sup> com o mesmo epíteto e identificado na região da Beira Interior, concretamente no *ager* da *Civitas Igaeditanorum*.

---

<sup>27</sup>Os outros três testemunhos a *Reve* foram identificados em Proença-a-Velha (AE 1909, 246): *[Re]ve Langanitaeco / [es?]t hostia · deliganda / [L]ucanus Adiei · f(i)lius*, em Medelim (AE 1909, 245): *Rectus / Rufi f(i)lius / Reve / Langa/nidaei/gui v(otum) s(olvit)* e ainda, da mesma proveniência (RAP 1991, 185):

No caso da inscrição de Alcains, estaremos na presença da latinização do epíteto em dativo (*Langanidaeco*), mantendo contudo a sonorização indígena em *-aiko-*, verificando-se a adaptação do sufixo autóctone a um latino (Villar, 1995).

Pelo tipo de letra, é possível que estejamos perante uma inscrição do Séc. II d. C.

### 3.2.1.8. Trebaruna

Nº: 11 (Figura 19)

**Tipo:** Ara

**Material:** Granito de grão grosso

**Descrição:** Bloco de forma quadrangular. Possui um capitel de grandes proporções, o que não é muito frequente em monumentos deste tipo. Na parte superior, observa-se um orifício que poderia servir para encaixe de uma estátua. É ainda possível ver o que resta da base, com fratura na parte frontal. Lateralmente apresenta um sulco em forma de meia-lua, cuja finalidade se desconhece. Devido ao tipo de granito e à erosão, o campo epigráfico está bastante desgastado.

Figura 19 - Ara a Trebaruna



(Fonte: MFTPJ)

---

*Reve* / [...] I [./.]VEI[./...]S[.], se interpretarmos a 2ª e 3ª linha como *Langanidaeguei*, todos eles no concelho de Idanha-a-Nova.

---

**Local e Circunstâncias do Achado:** Lardosa. Recolhida na Quinta da Alverca. Desconhece-se o contexto em que a mesma foi recolhida.

**Paradeiro:** Museu Francisco Tavares Proença Júnior (Nº. Inv. 78.49).

**Dimensões:** 53 x (42) x 34.

TREBARON/NE V(*otum*) S(*oluit*) / VOCONVS / [V]OCONIS [*sic*] F(*ilius*)

Vocono, filho de Vocono, cumpriu o voto feito a Trebarona.

**Variantes:** 1.4: [AR]CONIS (Mantas; Ferreira; Garcia 1991).

**Bibliografia:** Pessoa, 1930-31: 163-168; AE 1934, 20; Lambrino, 1957: 100-102; Blazquez Martinez, 1962: 138-139; ILER 940; Encarnação, 1975: 289; Garcia, 1984: 73-74; Encarnação, 1987: 32; Garcia, 1991: 350, nº. 196; Repas, 2001: 77, nº. 22.2; Olivares Pedreño, 2002: 31; Ferreira, 2012: 178.

**Comentário:** Estamos perante a dedicatória a uma divindade indígena cujo nome se assemelha à deusa *Trebaruna* e grafado aqui com *O* e dois *NN*, facto que não é inédito na epigrafia da Península Ibérica, se tivermos em conta a inscrição a Trebaronna de Penha Garcia (AE 1977, 381), a Trebaroni de Cória (AE 1952, 130) e talvez Triborunnis de São Domingos de Rana (AE 1985, 514).

A onomástica é indígena e pouco frequente nesta região. Relativamente ao patronímico, registado na linha 4, existem algumas indefinições quanto à sua interpretação, onde alguns autores pretendem ver o antropónimo *Arconi*. Não podemos concordar com esta opinião, uma vez que observamos a pedra e ainda é visível parte do *V* e restos de um *O*, o que nos leva, portanto, a interpretar o patronímico como *Voconis*.<sup>28</sup>

Cronologicamente estamos perante uma inscrição datável, provavelmente, do séc. II d. C.

---

<sup>28</sup>Não é raro na epigrafia da região a semelhança entre o nome do filho e do pai. Veja-se a inscrição funerária nº 38, onde se regista uma Verácia, filha de Verácio.

### 3.2.2. Divindades Romanas

#### 3.2.2.1. Juno

**Nº:** 12 (Figura 20)

**Tipo:** Ara

**Material:** Granito

**Descrição:** Paralelepípedo de forma retangular, apresentando base fuste e capitel. O capitel encontra-se muito desgastado, pelo que não possibilita a confirmação da existência de frontão e *foculus*. O campo epigráfico assenta diretamente sobre um bloco monolítico toscamente trabalhado, o que faz pensar que a epígrafe deveria estar enterrada pela base.

**Local e circunstâncias do achado:** Castelo Branco. Recolhida pelo signatário no Monte de S. Martinho, em 1976.

**Paradeiro:** Museu Francisco Tavares Proença Júnior (Nº. Inv. 76.80).

**Dimensões:** 78 x 37 x 24

IVNONĪ / LINTĒAI/CAE / TALAVIVS / CABVRI F(*ilius*) / D(*e*) S(*uo*) D(*edit*)

Talaio, filho de Caburo dedicou à sua custa (este monumento) a Juno Linteica

**Figura 20 - Dedicatória a Juno**



(Fonte: Garcia & Leitão, 1982)

**Variante:** l. 2: INTEAICAE (Garcia 1976); l. 4: CAEURI (Garcia 1976); LINTEAIGAE (Búa)

**Bibliografia:** Garcia, 1976: 149; Garcia & Leitão, 1982: 5-8; Garcia, 1984: 61-62; Encarnação, 1987: 25; Búa 2000: 485-486; Repas, 2001: 104-105, n.º. 27.2; Alarcão, 2004: 335-336; Encarnação & Guerra, 2010: 99.

**Comentário:** Estamos perante uma dedicatória à divindade romana *Juno*, neste caso com epíteto nitidamente indígena e que tem levantado algumas questões, no que respeita à sua interpretação.

Da primeira vez que nos referimos à inscrição (Garcia & Leitão, 1982), alertamos para a dificuldade de leitura de algumas letras na linha 2 e, por conseguinte, à interpretação do epíteto. A dificuldade maior reside na existência, ou não, do nexos *TE*, se considerarmos o prolongamento da haste vertical do *E*. Assim, podemos estar perante *Linteicae* ou *Lineaecae*. Têm ainda suscitado algumas dúvidas a interpretação do *C* da l. 2, onde alguns autores consideram ser um *G* (Búa 2000). Retomamos nova análise à pedra e parece-nos, salvo melhor interpretação, estarmos perante um *C* e não um *G*, pelo que o epíteto *Linteacae* se aceita, embora ainda se coloquem algumas reservas, tendo em conta a possibilidade de poder ser igualmente *Lineaecae*.

Trata-se pois de uma inscrição votiva, em que o dedicante se identifica à maneira indígena só através de um nome, seguido do patronímico.

*Talaius* surge-nos aqui registado desta forma pela primeira vez, apesar de ser documentado na Lusitânia e norte de Península Ibérica no feminino *Talauia* e no masculino, sob a forma de *Talau*, *Talauus* e *Talai* (NAVARRO CABALLERO & RAMÍREZ SÁDABA, 2003, mapa 287). O elemento *Tala-* faz parte da composição de nomes de topónimos com *Talabara* (CIL II 453), *Talabriga* (Lopes, 1995) e no povo dos *Talores*, conhecido da célebre inscrição da Ponte de Alcantara (CIL II 760). O nome *Caburus* encontra-se identificado em diversas inscrições não só na Hispânia, como também na Gália (Untermann, 2001). De referir ainda que o radical *Cab-* é conhecido de outros nomes hispânicos, como por exemplo *Caburia* e *Caburena*.

A formula *D(e) S(uo) D(edit)*, é pouco usual nos monumentos votivos da região de Castelo Branco. Apenas conhecemos um outro exemplo na utilização da menção *de suo*, numa

inscrição de Ninho de Açor (Carvalho & Encarnação, 1991b). Os restantes casos ocorrem em contexto de epigrafia funerária (Fernandes, 2002b).

### 3.2.2.2. Júpiter

Nº. 13 (Figura 21)

**Tipo:** Árula

**Material:** Granito de grão médio, possivelmente da região.

**Descrição:** Pequena ara, toscamente trabalhada, com capitel composto por frontão e dois toros esculpidos em baixo relevo. Campo epigráfico separado da base por dois traços.

**Local do achado e circunstância do achado:** Escalos de Cima. Proveniente do local “Vale da Alagoa” e de onde procedem outros materiais arqueológicos da época romana (Vasconcelos, 1918). Deste local é ainda conhecida uma outra ara, dedicada também a Júpiter.

**Paradeiro:** Museu Francisco Tavares Proença Júnior (Nº. Inv. 10.19).

**Dimensões:** 31,5 x 13 x 65

Figura 21 - Ara a Júpiter Ótimo Máximo



(Fonte: MFTPJ)

IOVI OPTI/MO M(aximo) CO/NS(ervatori) . IVL(ia) RVF[I]/NA . ANI(mo) . L(ibens) /  
PONIT (*hedera*)

Júlia Rufina de bom grado coloca (esta ara) a Júpiter Ótimo Máximo Protector.

**Bibliografia:** Proença Júnior, 1907: 175-176; Vasconcelos, 1913: 225, nota 14; Vasconcelos, 1918: 6; AE 1924, 11; Gonçalves, 1949: 227; ILER 51; Almeida, 1975: 95-96; Romero Pérez, 1994: 44-45; Garcia 1984: 89-90, nº. 8; Garcia, 1991: 385-386, nº. 285; Repas, 2001: 123, nº. 34.11; Guerra, 2004b: 177, nº. 94.

**Comentário:** Estamos perante uma dedicatória a Júpiter, que pelas reduzidas dimensões da ara, poderá indiciar um acto privado de culto doméstico, destinada a ser colocada no *lararium* que certamente existiria no seio da família (Encarnação, 2013c).

A ofertante da ara identifica-se à maneira romana com *nomen* e *cognomen*, o que é comum na mulher de condição livre, demonstrando aqui uma aculturação onomástica avançada. A *gens Iulia* é uma das *gens* mais difundida na Lusitânia romana e bastante documentada na Beira Interior, onde se identificam 17 ocorrências, a maior parte delas na *Civitas Igaeditanorum* (Ferreira, 2004). *Rufina* é *cognomen* largamente documentado na Hispânia romana (Abascal Palazón, 1994).

**Nº. 14** (Figura 22)

**Tipo:** Ara

**Material:** Granito

**Descrição:** Ara em granito fino de cor cinza, apresentando capitel ornado de dois toros laterais.

Figura 22 Ara a Júpiter Ótimo Máximo



(Fonte: Encarnação, 1994)

**Local e circunstância do achado:** Escalos de Cima. Como a inscrição anterior, esta ara é proveniente do “Vale da Alagoa”.

**Paradeiro:** Desconhecido. Encarnação (1994) dá este monumento como existente no Jardim do Solar da família de João Correia Botelho. Aliás, local onde a inscrição já anteriormente tinha sido observada, pela notícia vinda público no Jornal do Fundão, de 24 de abril de 1981.

Visitamos o jardim do solar e falamos com a pessoa responsável pela manutenção da casa, que nos informou que a pedra tinha sido furtada, conjuntamente com outros materiais de granito existentes no jardim.

**Dimensões:** 66 x 34 x 27.

IOVI . O(*ptimo*) M(*aximo*) / CONSERV/ATORI . RE/BVRRVS / MALGEINI (*filius*)  
[A(*nimo*) L(*ibens*) V(*otum*) S(*oluit*)]

A Júpiter Ótimo Máximo Conservador, Reburro, filho de Malgeino, colocou o voto de bom grado.

**Variantes:** l.6: [A(nimo) L(ibens) P(osuit) Ex V(oto)] (Lambrino).

**Bibliografia:** Leal, 1874: 51-52; EE, 1913: 25, nº. 41; Pereira, 1909: 182-183, nº. 6; AE 1909, 243; AE 1924, 10; Lambrino, 1959: 33-42; AE 1961, 249; Romero Pérez, 1994: 44, nº. 20; Garcia, 1991: 385, nº. 284; Encarnação, 1994a, p. 17; Repas 2001: 122-123, nº. 34.10; Marques, 2014: 6.

**Comentário:** A inscrição foi retocada por volta do ano de 1834, como consta da gravação numa das partes laterais. As linhas 3, 5 e 6 são reconstituídas com base no que nos é dado a conhecer pelo texto existente. Contudo, não temos dúvidas que estamos perante mais uma dedicatória a Júpiter.

O dedicante identifica-se à maneira indígena, através de um nome, seguido do patronímico. *Reburrus* é largamente conhecido na Lusitânia, sobretudo na zona nordeste (NAVARRO CABALLERO & RAMÍREZ SÁDABA, 2003: 279-280, mapa 253), podendo mesmo ser considerado de origem hispânica (Redentor, 2002). *Malgeini* é raro na epigrafia da região de Castelo Branco, documentando-se com alguma frequência na Lusitânia e por vezes associado a nomes romanos (Ramírez Sábada, 1992). Na Beira Interior, além desta inscrição, aparece por duas vezes em Idanha-a-Velha (Sá, 2007).

**Nº: 15** (Figura 23)

**Tipo:** Ara

**Material:** Granito de grão fino, apresentando cor cinzenta.

**Descrição:** Monumento polido nas quatro faces, apresentando capitel constituído por duas faixas paralelas, separadas por uma espécie de unha da mesma largura. A base apresenta espigão grosseiramente executado, possivelmente para encaixe em suporte.

Figura 23 - Ara a Júpiter



(Fonte: J.d'E)

**Local e circunstâncias do achado:** Freixial do Campo. Recolhida nas ruínas da antiga capela de Santa Catarina, por Cristóvão Mendes dos Santos.

**Paradeiro:** Desconhecido.

**Dimensões:** 82 x 29 x 29

DOQVIR/VS . BOVI (filius) . VOTVM / IOVI . L(ibens) . / M(erito)

Doquiro, filho de Bóvio, cumpriu de livre vontade, por mérito, o voto a Júpiter.

**Bibliografia:** Carvalho & Encarnação, 1991, n.º. 175; AE 1991, 949; Blázquez Martínez, 1992: 201; HEP 1994, n.º. 1033

**Comentário:** Estamos perante mais uma dedicatória à divindade máxima do Panteão romano e aqui cultuado por um individuo que se identifica à maneira indígena: nome seguido do patronímico.

*Doquirus* é um antropónimo indígena característico da Lusitânia central e que surge com maior frequência no *ager* da *Civitas Igaeditanorum* (Vale & Encarnação, 2001). O patronímico *Bovius* aparece com alguma frequência na onomástica hispânica, apontado por

José d'Encarnação “como claramente de raiz autóctone” (Encarnação, 2005: 768), podendo mesmo ser de origem lusitana.

De referir, ainda, que o teónimo se encontra gravado a meio da fórmula votiva, tratando-se de um facto não muito comum, mas que ao mesmo tempo também não é inédito na epigrafia latina da Península Ibérica (Carvalho & Encarnação, 1991).

Pelas características do monumento, pela onomástica e pelo tipo de letra, estamos perante ma inscrição do Séc. I d. C.

**Nº: 16** (Figura 24)

**Tipo:** Ara (?)

**Material:** Granito de grão fino de cor acastanhada.

**Descrição:** A epígrafe encontra-se reduzida ao campo epigráfico, devendo ter sido partida para ser colocada na parede da Igreja, onde ainda se conserva. Acentuada feição artística, com letras do tipo monumental quadrado, com excelente incisão em bisel.

**Local e circunstâncias do achado:** Mata. Encontra-se aplicada na parede exterior da Igreja Matriz.

**Paradeiro:** No mesmo local

**Dimensões:** (52) x 30 x ?

IOVI / O(*ptimo*) M(*aximo*) / L(*ucius*) MARCIV[S] / RVFVS / V(*otum*) L(*ibens*) S(*oluit*)

A Júpiter Ótimo Máximo. Lúcio Márcio Rufo cumpriu de boa mente o voto.

Figura 24 - Parte de uma ara a Júpiter Ótimo Máximo



(Fonte: Própria)

**Bibliografia:** Leitão, 1985c: 159-153; Leitão, 1985d: 94-96; Leitão & Ribeiro, 1986: 37-40; AE 1987, 483; HEp 1989, n.º. 672; Garcia, 1991: 386, n.º. 286; Romero Pérez, 1994: 45-46, n.º. 26; Repas 2001: 124, n.º. 34.13.

**Comentário:** Estamos perante outra dedicatória a Júpiter Ótimo Máximo, a mais oriental do concelho de Castelo Branco e efetuada por um indivíduo que ostenta já a *tria nomina*, frequente na forma de identificação à maneira romana.

*Lucius Marcius Rufus*, mais do que um cidadão romano, poderá ser um indígena romanizado, com algum poder económico e social, pelas características do que deveria ter sido o monumento; uma acentuada feição artística e produzido certamente nas melhores oficinas lapidares.

O *praenomen* *Lucius* está bem documentado na Hispânia romana. O gentílico *Marcus* é conhecido de noutras regiões do Portugal romano e muitas vezes associado a uma certa posição sócio-económica. No *Conventus Pacensis* é conhecido um duúnviro *C. Marcus Optatus* (Encarnação, 1984: 158), um augustal *L. Marcus Pierus* (Encarnação, 1984: 314) e um *Cn. Marcio Nasoni* (Encarnação, 1984: 655), tratando-se, aliás, de um gentílico também frequente na Beira Interior, documentado por duas vezes no concelho de Castelo

Branco e na região de Idanha-a-Velha,<sup>29</sup> estes últimos pertencentes a famílias indígenas, o que nos leva a pensar estarmos perante membros da aristocracia local. É muito provável que possa ter existido uma relação familiar entre os dedicantes da inscrição de Castelo Branco e os de Idanha (Leitão, 1985). *Rufus* é um cognome muito frequente na epigrafia latina de Península Ibérica, surgindo diversas vezes associado a nomes celtas.<sup>30</sup>

Pela paleografia,<sup>31</sup> podemos datar o monumento do Séc. II d. C.

**Nº: 17** (Figura 25)

**Tipo:** Ara (?)

**Material:** Granito róseo de grão fino, característico da região.

**Descrição:** Fragmento da parte inferior do que poderá ser uma possível ara, bastante desgastada. O que resta do campo epigráfico conserva apenas três linhas, sendo a 1.3 a fórmula votiva, que se lê com segurança.

**Local e circunstâncias do achado:** Ninho do Açor. Retirada da parede de uma casa, quando procederam a obra de requalificação, propriedade do Sr. Joaquim Pedro Júnior.

**Paradeiro:** Museu Francisco Tavares Proença Júnior (N<sup>a</sup> Inv. 86.124)

**Dimensões:** (35) x (29) x 24,5

[...] DE . SVO / IOVI O(ptimo) ? [M(aximo)] / V(otum) . L(ibens) . S(olvit)

A Júpiter Ótimo Máximo(?) (...) cumpriu o voto de livre vontade, a expensas suas.

**Bibliografia:** Carvalho & Encarnação, 1991, n.º. 176; AE 1991, 950; HEp 1994, n.º. 1034; Repas, 2001: 19, n.º. 4.1.

---

<sup>29</sup>L. *Marcus Avitus, Fusci f.* (AE 1961, 358) e L. *Marcus Maternus* (Almeida, 1956: 379).

<sup>30</sup>ILER, p. 742.

<sup>31</sup>OO perfeitamente circulares, MM de pernas ligeiramente paralelas e barras do F e LL perfeitamente horizontais.

Figura 25 - Possível Ara a Júpiter Ótimo Máximo



(Fonte: Carvalho & Encarnação, 1991)

**Comentário:** Pelo enorme desgaste da pedra, é difícil uma interpretação correta do conteúdo da linha 2. Carvalho e Encarnação (1991) entendem que o teónimo deverá estar nessa linha, pelo que avançam com *BANE* para hipótese de leitura, relacionando-o com a divindade indígena *Bandue*, afastando, por conseguinte, uma possível leitura de *IOVE* ou até mesmo *IOVI*. Observamos a pedra e sentimos as mesmas dificuldades dos autores. Contudo, uma leitura mais atenta permite-nos avançar antes para o teónimo *IOVI*, já que nos parece, salvo melhor opinião, que a segunda letra da l.2 seja um *O* mais pequeno (semelhante ao da l. 1) e não o que resta do *B*, pelo que na primeira letra temos o *I*, que se reconstitui bem. Para os autores, o que parece ser a pança inferior do *B*, corresponde a um sulco da pedra, até porque não se vislumbra qualquer ligação à haste vertical, para que seja possível reconstituir a letra como *B*. A seguir ao *O* verifica-se a existência de um *V*, muito semelhante ao da fórmula votiva final. Depois do *V*, existem vestígios do que poderá ser um *I*. A grande erosão da pedra não nos permitir verificar a existência de mais texto. Parece-nos, contudo, que poderá ter existido um *O* a seguir ao último *I*, até porque não se explica bem o espaço existente entre a última letra e a parte restante da linha. Na l.3 a fórmula votiva não apresenta dificuldades de leitura, sendo de registar a falta de *A(nimo)* ou *M(erito)* para esta fórmula final.

Assim, estamos perante uma dedicatória a *IOVI*, divindade suprema dos romanos e bastante documentada na região de Castelo Branco, como veremos no capítulo IV sobre a Religião e Sociedade.

Pelas características paleográficas, é monumento datável do Séc. I a. C.

**Nº: 18** (Figura 26)

**Tipo:** Ara

**Material:** Granito de grão grosso.

**Figura 26 - Ara a Júpiter**



(Fonte: MFTPJ)

**Descrição:** Parte inferior de uma ara, bastante desgastada. Apresenta fratura na parte superior direita. Revela uma forma pouco vulgar devido às proporções entre a altura e largura. Base bastante deteriorada, que pelas suas dimensões poderia estar enterrada. Palavras separadas por *puntos distinguentes* em forma de *hederae*.

**Local e circunstâncias do achado:** S. Vicente da Beira. Encontrava-se a servir de material de construção numa casa na Rua do Beco.

**Paradeiro:** Museu Francisco Tavares Proença Júnior (Nº Inv. 76.83)

**Dimensões:** (73) x (32) x 15

[...] ( [...] VAI(?) [...] / IOVI . AR/AM . POS(uit) / PRO SVA / SALVTE / V(*otum*)  
L(*ibens*) S(*oluit*)

? mandou fazer esta ara a Júpiter pela sua saúde. Cumpriu o voto de boa vontade.

**Bibliografia:** Pessoa, 1932: 119-121; Garcia, 1984: 55, nº. 6; Garcia, 1991: 386, nº. 287; Repas, 2001: 119, nº. 34.2.

**Comentário:** Estamos perante mais uma dedicatória ao deus romano Júpiter. Pela fratura da parte superior do monumento, não é possível averiguar o autor da dedicatória, que deveria estar na primeira ou segunda linhas.

A expressão *aram posuit* está inédita na epigrafia da região de Castelo Branco, aparecendo aqui associada à fórmula *pro sua salute*.

### 3.2.2.3. Tutela

Nº. 19 (Figura 27)

**Tipo:** Ara

**Material:** Granito de grão médio, típico da região.

**Descrição:** Ara em forma de paralelepípedo retangular. Apresenta capitel com frontão triangular, à frente e atrás, composto por dois toros laterais e *foculus* circular.

Campo epigráfico no fuste, bastante desgastado derivado da utilização dada à pedra e onde se denota uma gravação do texto pouco profunda, provavelmente aberto a estilete.

**Local e circunstância do achado:** Almaceda. Encontrada a servir de passagem na Ribeira do Muro (Machás, 1967).

**Atual Paradeiro:** Museu Nacional de Arqueologia (Nº Inv. E 8234).

**Dimensões:** 64 x 27 x 21

Figura 27 - Ara a Tutela



(Fonte: Própria)

[S]EVERA / [SA]ELGI F(ilia) / [T]VTELL(a)E / V(otum) A(nimo) L(ibens) S(oluit).

Severa, filha de Selgo, cumpriu de bom grado o voto a Tutela.

**Bibliografia:** Machás, 1967: 14; Leitão, 1981: 53-56; Leitão, 1985b: 5; Garcia, 1991: 438-439, n.º. 434; Leitão, 1994: 26; Repas, 2001: 147, n.º. 41; Ribeiro 2002: 461, n.º. 131.

**Variantes:** l.1: EVERA(e) (Leitão 1985b); l.3: [RV]TEILE (Leitão 1985b); l. 2: [TO]NGI (Ribeiro)

**Comentário:** Quando, em 1981, nos debruçámos pela primeira vez sobre esta inscrição, erradamente a interpretámos como dedicada a uma divindade, supostamente indígena.<sup>32</sup> Análises posteriores que efetuamos ao monumento permitiram alterar então a leitura anteriormente apresentada e que publicamos em 1985, no semanário “Reconquista” (Leitão, 1985b).

Assim, estamos perante mais um testemunho do culto à deusa romana *Tutela*, o único conhecido até ao momento na região da Lusitânia. No atual território português, apenas se

---

<sup>32</sup>Em boa verdade, acreditamos, na altura, que pudéssemos estar perante o testemunho de uma nova divindade indígena designada *Evera*.

identificaram seis testemunhos a esta deusa, todos eles no norte. Além da ara de Alameda, três em Chaves: Tutelae / municip(ii) / Aquiflavi/ensium / M(arcus) · Ulpus · Sa/turninus / ex voto (AE 2000, 745); Cos(conius) Fl(avinus) / Tutel/[a]e exs(!) vot(o) pat(ris) (Rodríguez Colmenero, 1997, nº. 77b) e Tutelae / M(arcus) · Aq(- - -) · Leda / Peregrinorum / ex v(oto) p(osuit) (CIL II 5618), outra em Carrazeda de Ansiães: Tutelae · Liri/ensi · Pompei / Clitus / Corinthu(s) / Calvinus / ex · voto (ILER 703) e por último, uma outra em Moncorvo: Tutelae / Corne/lius Fla/ccus / ex voto (Pereira et al., 2012, nº. 446).

No que respeita à antroponímia e atendendo ao desgaste da pedra, a linha 2 pode ser objeto de outras variantes de leitura.<sup>33</sup> Assim, voltamos a analisar a inscrição, no âmbito desta dissertação, pelo que mantemos o patronímico por nós avançado anteriormente, por nos parecer que possa constituir, também ele, um dado a considerar. *Saelgi* é conhecido na região, aparecendo igualmente num epitáfio da Lousa, zona não muito distante de Alameda.<sup>34</sup> A dedicante identifica-se à maneira romana, sendo o cognome latino *Severa*, pouco frequente na epigrafia da região de Castelo Branco e documentado apenas por seis vezes em Idanha-a-Velha (Sá, 2007). É muito provável que possamos estar perante uma indígena, romanizada de fresca data.

#### 3.2.2.4. Victoria

Nº: 20 (Figura 28)

**Tipo:** Árula

**Material:** Granito amarelado de grão médio

**Descrição:** Fragmento de árula, conservando apenas a parte superior. Apresenta capitel onde lhe falta o frontão e voluta do lado direito. É provável que na parte restante da ara estivesse a fórmula votiva.

**Local e circunstâncias do achado:** Castelo Branco. Encontrada embutida num muro, nas proximidades do Hospital Amato Lusitano.

---

<sup>33</sup>José Cardim Ribeiro aponta para *Tongi / Tongius*, antropónimo também ele bem documentado na região da Beira Interior.

<sup>34</sup>Inscrição nº. 36 do nosso catálogo e onde tecemos comentário mais desenvolvido.

Figura 28 - Árula a Victória



(Fonte: MFTPJ)

**Paradeiro:** Museu Francisco Tavares Proença Júnior (Nº. Inv. 75.23).

**Dimensões:** (14,6) x 11,6 x 8

VICTOR/IAE M(*aelo*)? T(*angini*)? F(*ilio*)? / [v(*otum*) s(*oluit*)]

Melão? filho de Tangino? [cumpriu o voto] a Vitória.

**Variantes:** l. 2: M TE (AE)

**Bibliografia:** Garcia, 1979: 157; AE 1979, 333; Garcia, 1984: 77, nº. 17; Garcia, 1991: 441, nº. 442; Olteanu, 2008: 203, nº. 3; Repas, 2012: 153, nº. 43.7.

**Comentário:** A particularidade desta inscrição reside nas três últimas letras da l. 2, onde José Manuel Garcia tenta ver nas abreviaturas *M T F* o dedicante da inscrição, o seu pai e a abreviatura de *filio*. O *M* corresponderia a *Melão* e o *T* a *Tangino*. Mas como a interpretação desta linha não está isenta de outras escolhas, em *L'Année Épigraphique* (1979, 333) é dada outra versão, em que o *M* poderá corresponder à abreviatura de um *praenomen* e *TE* às primeiras letras de um gentílico, pelo que estaríamos assim perante um dedicante com *duo* ou *tria nomina*. Não nos parece que seja aceitável esta interpretação, dadas as dimensões do monumento, que apenas deveria ter mais uma linha. Assim, temos

identificado o teónimo, o dedicante, possivelmente seu pai e a fórmula característica das inscrições votivas, que estaria, provavelmente, na última linha. Se tivermos em conta o desdobramento das siglas, estaremos perante uma onomástica característica da região de Castelo Branco.

Por conseguinte, seguimos a ideia de José Manuel Garcia, ainda que condicionalmente, como hipótese de trabalho.

### 3.2.3. Teónimos Desconhecidos

Nº: 21 (Figura 29)

**Tipo:** Ara

**Material:** Granito de grão grosso, característico da região.

**Descrição:** Parte inferior de uma ara bastante danificada, conservando a base e restos do que seria o campo epigráfico. A última linha está gravada sobre o primeiro filete da base, que apresenta uma largura maior em relação ao outro elemento. Base fragmentada em ambos os lados, sendo notório o desgaste sofrido.

Figura 29 - Base de uma ara



(Fonte: MFTPJ)

**Local e circunstâncias do achado:** Castelo Branco,<sup>35</sup> Desconhecemos as circunstâncias do achado.

**Paradeiro:** Museu Francisco Tavares Proença Júnior (Nº. Inv. 31.4)

**Dimensões:** (25) x (23) x 19,5

[...] ERIV [...] / [...] IVLIA / [M]ODESTINA  
[...] Júlia Modestina [...]

**Bibliografia:** Pessoa, 1932: 121-122; Garcia, 1984: 85, nº. 21; Garcia, 1991: 547, nº. 638; Ferreira, 2012: 126, nota 386.

**Comentário:** Pela fratura e desgaste da pedra, pouco se pode adiantar em relação a esta inscrição. Contudo, é possível reconstituir, ainda que com certas salvaguardas, o *nomem* e *cognomem* de um possível dedicante. O *nomem Iulia* corresponde a um gentílico bastante documentado da região, sobretudo na zona da Egitânia, onde se registam sete ocorrências, que para Ana Ferreira se compreende pela grande difusão desta *gens* na Lusitânia (Ferreira, 2004). *Modestina* é *cognome* que deriva, certamente, do *cognome* latino *Modestus* e que se encontra registado pela primeira vez na região de Castelo Branco.

Pela paleografia e a simplicidade do formulário estaremos perante uma inscrição do séc. I d. C.

---

<sup>35</sup>São divergentes as opiniões sobre o local de proveniência desta inscrição, sendo mesmo apontada como originária do Ladoeiro, concelho de Idanha-a-Nova. Incluímo-la no concelho de Castelo Branco, porque é natural que tenha vindo da zona do Monte de São Martinho. Estanhamos o facto de José Manuel Garcia ao estudar a inscrição e citando a publicação de Manuel Paiva Pessoa, não tenha reparado na proveniência da mesma e dada por este último autor como proveniente de Castelo Branco: “o segundo monumento é proveniente da região, distanciada da cidade de Castelo Branco dois ou três quilómetros, onde a tradição e alguns autores antigos dizem ter, outrora, existido a povoação de Belcagia [...]. [...] O que não oferece dúvida é que, no local indicado, desde as ermitas de S. Mércules, Sant’Ana e S. Martinho até ao Ponsul, ultrapassando um pouco este curso de água, houve uma ou mais povoações romanas” (Pessoa, 1932: 121). Não estranhamos, pois, que esta inscrição, assim como a registada com o nº. 9 deste catálogo, tenham sido recolhidas nas proximidades do Monte de S. Martinho, local de onde vieram um número significativo de aras votivas.

**Nº: 22** (Figura 30)

**Tipo:** Placa votiva

**Material:** Granito com ligeira pátina rosada.

**Descrição:** Fragmento de uma placa onde apenas o campo epigráfico se apresenta polido, exibindo ainda vestígios de moldura lateral. Pelo abaulamento existente na parte de traz da placa, é provável que a mesma tenha servido para ser colocada em um outro monumento. Carateres gravados a pouco profundidade, que devido ao desgaste, apresentam algumas dificuldades de leitura.

**Figura 30 - Fragmento de placa votiva**



(Fonte: Carvalho, 1989)

**Local e circunstâncias do achado:** Ninho do Açor. Apareceu durante trabalhos agrícolas na propriedade do Sr. José Joaquim Marcelino, denominada Vale José Mendes. Com esta inscrição, foram ainda identificados diversos materiais da mesma época.

**Paradeiro:** Museu Francisco Tavares Proença Júnior (Nº. Inv. 10.329).

**Dimensões:** (40) x (37) x 14,5.

[...] / [...] [SA]CERD/O(s) H[OS]TĪAM / DED[IC]AVIT  
... sacerdote, dedicou uma vitima.

**Bibliografia:** Carvalho, 1989: 7; Encarnação, 1989, nº. 150; AE 1990, 92; HEp 1993, nº. 468.1; Ferreira, 2012: 65, nota 217.

**Comentário:** Estamos perante uma possível placa votiva, onde é registado um sacrifício feito pelo sacerdote e que José d'Encarnação pretende, ainda que sem grande fundamento, pela escassez de elementos, ver relacionado com a divindade indígena *Arentio* (Encarnação, 1989).

*Sacerdos* é a forma genérica mais comum para se designar aqueles que exerciam funções religiosas de âmbito local (Delgado Delgado, 2000) e que aqui se regista como *sacerdo*, omitindo-se o *S*. Não encontramos paralelos para este caso na epigrafia romana da Península Ibérica. Por outro lado, *Sacerdos* aparece também como cognome na epigrafia de Mauretania, onde é registado um *M. Annius Sacerdos* (Cortés Bárcena & Alonso Alonso, 2012) e que não será, seguramente, o caso da inscrição de Ninho do Açor, em que *Sacerdos* possa corresponder a um *cognome*, tendo em conta a parte restante do texto. É raro *Sacerdos* aparecer para representar o culto a uma divindade que não seja o imperador, como afirma Encarnação (1989).

No que respeita ao vocábulo latino *hostiam*, que em português poderá significar sacrifício, vemo-lo numa inscrição dedicada a *Reve Langanitaeco* (CIL II 914) proveniente de Proença-a-Velha, localidade muito próxima da *Civitas Igaeditanorum*.

Com a presente inscrição estamos perante o sacrifício a uma divindade, com intervenção de sacerdote e que pela área de culto, admitimos possa corresponder a uma divindade indígena.

Pelo que resta do monumento, é impossível determinar a sua cronologia.

**Nº: 23** (Figura 31)

**Tipo:** Ara

**Material:** Granito de grão médio, característico da região.

**Descrição:** Fragmento de uma possível ara em mau estado de conservação. Encontra-se partida na parte inferior e no capitel. Capô epigráfico bastante desgastado, o que dificulta a leitura.

**Figura 31 - Parte superior de uma ara**



(Fonte: Própria)

**Local e circunstâncias do achado:** Castelo Branco. Recolhida em 1999, quando procederam à abertura de uma vala no adro da ermida de Nossa Senhora de Mércôles.

**Paradeiro:** Comissão Fabriqueira de Nossa Senhora de Mércôles.

**Dimensões:** (50) x 31 x (22)

BOVTIA[E] / TANGINI · F(*iliae*) / PROPTER (= SALVTEM?) / [P]ALARVS /  
QVADRATVS ET [--- / -----]

Por causa (da saúde?) de Boutia, filha de Tangino, Palaro, Quadrato e (? seus filhos? erigiram esta ara ao deus?..)

**Variante:** TER *vel* IFR (AE)

**Bibliografia:** Curado et al., 2004, n.º. 331; HEp 13, n.º. 868; AE 2004, 717.

**Comentário:** Pelo estado de conservação do monumento, não é possível uma adequada leitura, sobretudo da terceira, sexta e sétima linha. Poderá também não ser seguro estar-se perante uma inscrição votiva. Mas pelo tipo de monumento, pelas circunstâncias e local do achado,<sup>36</sup> preferimos inclui-la neste grupo.

No âmbito da onomástica aqui registada, estamos na presença de uma aculturação antroponímica. Enquanto *Boutia* e *Tangini* são nomes indígenas, característicos da Lusitânia, *Palarus* aparece pela primeira vez nesta região, já que apenas estava identificado em León (CIL II 5709). *Quadratus* é cognome latino, documentado sobretudo no noroeste peninsular: Astorga (CIL II 2642), Zamora (CIL II 2600) e Las Reguera (HAE 1664). Iiro Kajanto relaciona este cognome com o significado de físico, musculado, “in good condition, muscular, well-developer” (Kajanto, 1982: 232).

A leitura de *propter*, ainda que sujeita a algumas reservas, não é muito frequente em contexto epigráfico. Assim, o aparecimento nesta epígrafe, de um complemento circunstancial como *propter*, sobretudo em ambiente indígena, poderá denotar já um avançado estado de aculturação, “reproduzindo epigraficamente um índice cultural mais próximo do complexo cultural dominante” (CURADO *et al.*, 2004).

Pelas características do monumento e pela paleografia, estamos perante uma inscrição do Séc. II d. C.

**Nº: 24** (Figura 32)

**Tipo:** Ara

**Material:** Granito

**Descrição:** Parte superior do que deveria ser uma ara, com campo epigráfico separado do capitel por um pequeno friso já muito desgastado.

**Local e circunstâncias do achado:** Castelo Branco. Recolhida por Francisco Tavares Proença Júnior na base do Monte de S. Martinho.

---

<sup>36</sup>Com esta inscrição foram ainda recolhidos diversos materiais reveladores da existência de construções da época romana.

Figura 32 - Fragmento superior de ara



(Fonte: MFTPJ)

**Paradeiro:** Museu Francisco Tavares Proença Júnior (10.7).

**Dimensões:** (35) x 23,5 x 24.

TVREA / PACI F(*ilia*) / [...] O D. [...] / -----

Túrea, filha de Paco [cumpriu de bom grado o voto feito a...]

**Variante:** 1.1: Modes (Proença Júnior)

**Bibliografia:** Proença Júnior, 1910: 41; Garcia & Leitão, 1982: 8, nº. 2; Garcia, 1984: 81.

**Comentário:** Na impossibilidade da leitura do teónimo, que poderia estar nas linhas seguintes e apenas nos parece segura a letra *O* na terceira linha, a epígrafe apenas nos documenta o dedicante, seguido do patronímico, pelo que não se apresenta qualquer proposta interpretativa para a terceira linha.

*Turea* é um antropónimo raríssimo na Lusitânia, encontrando-se apenas registado em Vila Nova de Foz Coa (Curado, 1985b) e Idanha-a-Velha (Garcia, 1984), apesar de o radical *Tur-* estar bem documentado na zona indoeuropeia da Península Ibérica (Untermann, 1965:

177-178, mapa 79). *Paci* corresponde a um antropónimo indígena, que ocorre por duas vezes na região de Badajoz (CIL II 503a e 503b).

É provável que estejamos perante uma ara datável da primeira metade do séc. I d. C.

**Nº: 25** (Figura 33)

**Tipo:** Ara

**Material:** Granito

**Descrição:** Parte inferior de uma ara composta por metade do campo epigráfico e pela base, separada do fuste por um duplo friso. De salientar o tamanho relativamente grande da base, em relação ao que seria o resto da epígrafe.

**Local e circunstâncias do achado:** Castelo Branco. Recolhida no Monte de S. Martinho, em 1976.

**Figura 33 - Parte inferior de uma ara**



(Fonte: MFTPJ)

**Paradeiro:** Museu Francisco Tavares Proença Júnior (Nº. de Inv. 86.214).

**Dimensões:** (38) x 24 x 22

[---] / ELOINT/I . V(*otum*) . S(*oluit*) . L(*ibens*)

**Bibliografia:** Garcia & Leitão, 1982: 10; Garcia 1984: 83, nº. 20; Garcia, 1991: 546, nº. 633; Ferreira, 2012: 126, nota 382.

**Comentário:** O que resta do monumento não permite uma interpretação segura da primeira e última letra da l.1. Se por um lado, a leitura da primeira letra é dada com certas reservas, a última também se nos afigura pouco segura. A possibilidade de vermos um eventual nexos *NT*, faz-nos pensar que *Elointi* seja a hipótese mais viável para interpretação da primeira linha.

A falta da restante parte do texto leva-nos, naturalmente, a colocar a questão de estarmos perante um antropónimo ou parte de um teónimo? O facto é que, seja qual for a interpretação, estamos na presença de um nome identificado aqui pela primeira vez, apesar do sufixo *-nt-* ser documentado com frequência em antropónimos<sup>37</sup> e teónimos<sup>38</sup> na região da Lusitânia.

### 3.3. Inscrições funerárias

**Nº: 26** (Figura 34)

**Tipo:** Placa funerária

**Material:** Granito de grão médio

**Descrição:** Monumento em mau estado de conservação, com campo epigráfico bastante desgastado devido à reutilização da epígrafe como material de construção.

**Local e circunstância do achado:** Castelo Branco. Identificada em 1999 numa das paredes do ex-Quartel de Cavalaria. Os autores que a estudaram, em 2004, avançam que a mesma poderia ter vindo da muralha do Castelo, que começou a ser desmontada a partir da segunda metade do século XIX (Curado; Salvado & Moreira, 2004a).

---

<sup>37</sup>Cita-se a título de exemplo *Arantonus* (Idanha-a-Veja); *Mantai* (Idanha-a-Velha); *Mantus* (Cáceres); *Mentina* (Salamanca).

<sup>38</sup>Como teónimo temos *Arentio* e *Arentia*, documentado na região de Castelo Branco.

**Paradeiro:** Ex-Quartel de Cavalaria, em Castelo Branco

**Figura 34 - Epitáfio de Arco e Tangina**



(Fonte: FPC)

**Dimensões:** (42) x (71) x (?)

ARCO . TVRE/NI . F(*ilius*) . ET . TA/NGIN[A] . BEALO/NI . F(*ilia*) . H(*ic*) . S(*ita*) . E(*st*)  
Aqui jaz Arcão, filho de Turénio, e Tangina, filha de Bealónio.

**Variante:** I.4: H. S. S. (AE)

**Bibliografia:** Curado; Salvado & Moreira, 2004a, n.º. 75, inscrição 333; HEp 2003-2004, n.º. 869; AE 2004, 716.

**Comentário:** Estamos perante uma família que se identifica à maneira indígena. *Arco* corresponde a um nome bastante documentado na Península e distribuído pelas áreas célticas do mundo romano (Untermann, 1965: 58-59, mapa 10). *Turenus* surge na região de Castelo Branco pela primeira vez, podendo ser relacionado com os gentílios *Turannius* e *Turennius*, documentados por toda a Hispânia indoeuropeia (Abásalo Alvarez & Crespo, 2013). *Tanginus* é antropónimo vulgaríssimo na região da Beira Interior e Estremadura espanhola, surgindo igualmente com muita frequência em toda a Hispânia (Olivares Pedreño, 2002). *Bealoni* aparece pela primeira vez na Península Ibérica, pelo que

podemos estar mesmo perante uma variante de um regionalismo fonético e relacionado com o antropónimo indígena *Bellonius*, documentado na região germânica (CIL XIII 6488).

De salientar que estamos na presença de uma fórmula funerária no singular, apesar da epígrafe se referir a dois defuntos.

Pela ausência da dedicatória aos Deus Manes, pela paleografia e pela utilização do nominativo, estamos perante uma epígrafe da segunda metade do Séc. I da nossa era.

**Nº: 27** (Figura 35)

**Tipo:** Placa funerária

**Material:** Granito fino de cor rosada, característico dos afloramentos da região.

**Descrição:** Trata-se da parte superior de uma placa de forma retangular, encontrando-se bastante fragmentada no lado inferior direito, motivo pelo qual se desconhecem as últimas letras das linhas 2 e 3. Campo epigráfico delimitado por um duplo friso, apenas visível em parte do lado esquerdo e ligeiramente do lado direito, devido ao estado de conservação da pedra.

**Local e circunstâncias do achado:** Castelo Branco. Recolhida no ano de 2000, no Monte de S. Martinho.

**Figura 35 - Epitáfio de Boutius**



(Fonte: FPC)

**Paradeiro:** Desconhecido. Quando da sua descoberta, ficou à guarda do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Castelo Branco. Posteriormente, a pedra terá sido transportada para os estaleiros da Câmara Municipal, onde efetuamos várias tentativas para a ver, mas sem resultado. Foi impossível de localizar nos escombros dos diversos materiais de construção, existentes nos estaleiros municipais.

**Dimensões:** (39) x 89 x 35

BOVTIVS PELLI F(*ilius*) / H(*ic*) . S(*itus*) . E(*st*) . S(*it*) . T(*ibi*) . T(*erra*) . L(*euis*)  
GENTIL(*itas*)/ AESVRIORVM [F(*ecit*)]

Aqui jaz Boutio, filho de Pélio, que a terra te seja leve. A gentilidade dos Aesúrios fez (este monumento).

**Variante:** 1.2: GENT(*ilitas*) (Curado 2003); CENTI[S] (Encarnação 2003); 1.3: ILAESVRIORVM (Curado 2003)

**Bibliografia:** Veloso, 2002: 6; Curado, 2003: 39; Encarnação, 2003: 123-128; AE 2003, 862; HEp 2003-2004, n.º. 867; Encarnação, 2004b: 57-59; AE 2004, 718; Curado, 2008: 143-146; Encarnação, 2009b: 167; González Rodríguez & Ramírez Sánchez, 2011: 262.

**Comentário:** Desde que foi dada à estampa (Curado, 2003: 39), a presente inscrição tem sido objeto de diversas leituras e, por conseguinte, base para outras tantas interpretações, sobretudo devido à dificuldade de leitura na parte final da linha 2.

Fernando Curado, no primeiro estudo que apresenta da inscrição, procurou ver na parte final da 1.2 a abreviatura GENT que, para este autor, corresponderia a Gentilitas e as duas últimas letras, IL, pertenceriam ao início da palavra que seguiria na linha 3, dando assim origem a ILAESVRIORVM. Ainda no mesmo ano, Encarnação (2003: 127) entende que se deve ler, no final da 1.2, a palavra CENTI ou mesmo CENTIS, interpretando um C em vez de G e considerando que a última letra corresponderia a um S. Não entende assim Curado, que se opõe à interpretação de José d'Encarnação, mantendo a leitura apresentada em 2003, acrescentando ainda que a linha 2, da referida epígrafe, poderia ter ainda outra interpretação GENTIL(*itas*) AESVRIORVM, como ele próprio afirma “sendo bem mais

tentadora ( e mais correcta ?) a hipótese de uma unidade suprafamiliar dos *Aesuri* nesta região” (Curado, 2008: 145).

A leitura proposta por José d’Encarnação parece-nos, depois de um exaustivo e minucioso exame das fotos existentes,<sup>39</sup> não deve ser tida em conta, pois que a letra a seguir à fórmula funerária nos aparenta ser um G e não um C.

No que respeita à primeira interpretação de Fernando Curado e apesar de existir um pequeno espaço entre as duas últimas letras da linha 2 e o T que as antecede, não entendemos que seja suficiente para considerar que as mesmas possam fazer parte da palavra que se regista na linha 3.

Assim, consideramos que a leitura mais provável para o final da l.2 seja GENTIL(*itas*) e na linha 3 teremos, pois, AESVRIORVM.

Seja qual for a interpretação mais correta, ILAESVRIORVM ou AESVRIORVM, é certo que estamos na presença de uma nova gentilidade, que habitaria a zona do Monte de São Martinho, ao tempo dos romanos.

A onomástica aqui registada é indígena. *Boutius* é um nome bastante conhecido no ocidente peninsular (Unterman, 1965: 72-73, mapa 18) e que aparece no feminino numa outra inscrição de Castelo Branco.<sup>40</sup> Supõe-se que seja um antropónimo proveniente da Lusitânia, onde se situaria o seu centro de difusão (Ferreira, 2004). Etimologicamente a palavra *Boutius* parece estar baseada na raiz indoeuropeia *\*bhoudi*, “vitorioso” (Albertos Firmat, 1966: 61). Já o patronímico *Pelli* regista-se sobretudo na Lusitânia oriental (Unterman, 1965: 146, mapa 60).

Pela forma do monumento, tipo de letra e onomástica podemos situar este monumento no Séc. I d. C.

**Nº: 28** (Figura 36)

**Tipo:** Placa funerária

**Material:** Mármore

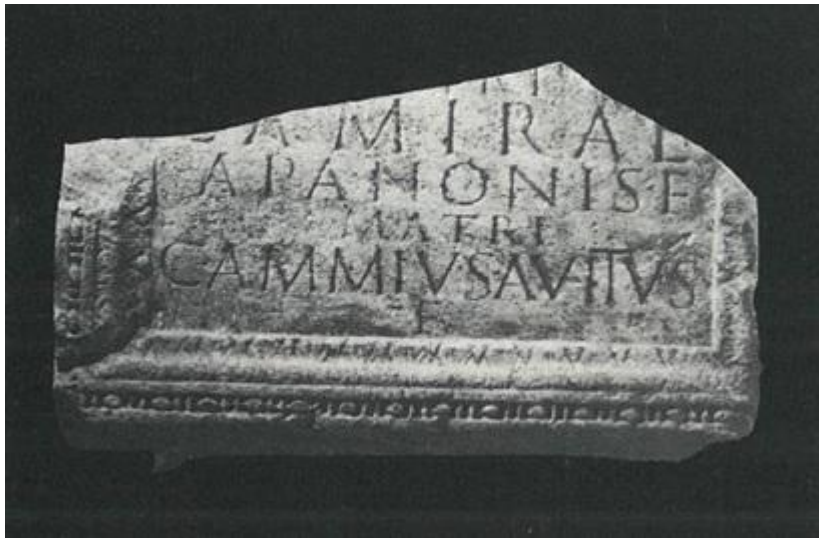
---

<sup>39</sup>Lamentamos o facto de não termos conseguido ver a pedra, pois tudo fizemos para que a mesma fosse localizada, o que não se veio a verificar.

<sup>40</sup>Inscrição nº 23 do nosso catálogo.

**Descrição:** Placa incompleta, faltando-lhe a parte superior. Apresenta moldura decorada com motivos vegetalistas, em jeito de palma estilizada, seguindo-se uma fila inscrita de pérolas, em toda a periferia da margem. Sobre esta decoração, encontrou-se paralelos formais numa inscrição de Idanha-a-Velha (Sá, 2007, n.º. 85) e outra de Carregal do Sal (Silvestre, 1976).

Figura 36 - Epitáfio de Camira



(Fonte: MFTPJ)

**Local e circunstâncias do achado:** Castelo Branco. Descoberta na parede de uma casa na Rua de Santa Maria, quando foi identificada por J. Cardoso Ribeiro, em 1928.

**Paradeiro:** Museu Francisco Tavares Proença Júnior (N.º. Inv. 52.1).

**Dimensões:** (55) x 101 x 14,5

[---] / [PA]TR̄I / ÇAMIRAE / APANONIS . F(*iliae*) / MATR̄I / C(*aius*) . AMMIVS . AVITVS / F(*ecit*)

Ao pai ..., à mãe, Camira, filha de Apanão. Gaio Âmio Avito fez.

**Bibliografia:** Cardoso, 1953: 14-16; Garcia 1979: 157-160; Garcia, 1984: 97-98, n.º. 25; Mantas, 1985: 229; Encarnação, 1986: 459; Ferreira, 2004: 52, n.º. 4.

**Comentário:** Faltando a parte superior da placa, não é possível identificar o pai e o avô paterno de quem mandou erguer o epitáfio e que poderiam constar na primeira e segunda linha, se tivermos em conta a forma como foi identificada a mãe.

O dedicante identifica-se à maneira romana, com os *tria nomina*, homenageando o pai e a mãe, que pela onomástica se inscrevem ainda na sociedade indígena. Podemos mesmo dizer que estamos perante uma família indígena romanizada, de certo peso económico e social na região de Castelo Branco.

O dedicante do epitáfio, *Caius Ammius Avitus*, apesar de se identificar à maneira romana, apresenta *nomen* e *cognomen* comuns entre a antroponímia indígena Hispânica. *Ammius* corresponde a um nome pouco frequente na península ibérica,<sup>41</sup> apesar do seu radical *amm-* estar bem documentado nas Astúrias e Lusitânia oriental (Untermann, 1965: 53-54, mapa 7). No que respeita ao cognome *Avitus*, apesar da sua origem latina, está bastante confirmado em ambiente indígena, apresentando grande concentração de testemunhos na Hispânia Ulterior, com maior predominância na Lusitânia (Untermann, 1965: 65-66, mapa 14).

A mãe, *Camira*, documenta-se sobretudo na área lusitana, com maior preponderância na região da Beira Interior e Estremadura espanhola (Dias, 1986, nº. 16, inscrição 73), não se identificando, ainda, fora da Península Ibérica (Plácido, 1983, nº. 5, inscrição 19).

O avô materno, *Apanonis*, corresponde a um nome masculino muito raro (Ferreira, 2004) e atestado, principalmente, na Lusitânia. Fora desta região, *Apanus* e o seu feminino *Apana*, são também conhecidos na Galiza (HEp 1977, nº. 397).

Pelo tipo de monumento, pelo tipo de letra e pela decoração, estamos perante um monumento produzido ao gosto dos cânones estéticos romanos, denotando a existência de artífices conhecedores das normas epigráficas, certamente a laborarem nas melhores oficinas lapidares.

Pelo tipo de letra e decoração do monumento, tudo aponta estarmos perante uma inscrição do Séc. I da nossa era.

---

<sup>41</sup>Além da inscrição de Castelo Branco, são apenas conhecidos mais dois testemunhos. Um *Lucius Ammius Rufus*, de Cáceres e um *Caius Ammius*, de Figueira de Castelo Rodrigo.

Nº: 29 (Figura 37)

**Tipo:** Placa funerária

**Material:** Bloco de granito de grão médio.

**Descrição:** Lápide relativamente bem conservada, apresentando-se fragmentada em ambos os lados, pelo que lhe falta, certamente, a última letra da terceira linha. Não há vestígios de ter existido moldura. Palavras separadas por *punctis distinguendis* triangulares.

Figura 37 - Epitáfio de Caudicus e Casinae



(Fonte: Sá, 2005)

**Local e circunstância do achado:** Castelo Branco. Não existem dúvidas quanto à proveniência desta inscrição. Proença Júnior (1910a) diz-nos que a mesma foi recolhida em Castelo Branco e que estaria a ser utilizada como material na ombreira de um portado, nos arredores de Castelo Branco. D. Fernando de Almeida a inclui na sua obra como sendo de Idanha-a-Velha, dando-a como desaparecida, chegando mesmo a dizer que “não sei onde se encontra” (Almeida, 1956: 177). Estranhámos que Ana Sá (2005, nº. 133), ao publicar as epígrafes da *Civitas Igaeditanorum*, não faça qualquer referência às observações de Tavares Proença, indicando a inscrição como de proveniência desconhecida. Em 2006, Pedro Salvado debruça-se igualmente sobre a origem da inscrição, adiantando que segundo Tavares Proença a inscrição provinha de Castelo Branco, onde o jovem arqueólogo a viu e copiou, chegando mesmo a efetuar um molde em gesso da mesma (Salvado, 2006).

Apesar de a epígrafe apresentar inúmeras semelhanças morfológicas com as de Idanha-a-Velha, entendemos que pelos dados disponíveis a devemos incluir como proveniente de Castelo Branco. O facto de estar hoje na coleção epigráfica de Idanha-a-Velha, não é mais

do que uma prova da movimentação de epígrafes do Museu de Castelo Branco para Idanha-a-Velha, ao tempo de D. Fernando de Almeida.<sup>42</sup>

**Paradeiro:** No museu lapidar de Idanha-a-Velha.

**Dimensões:** (35) x (116) x 30

CAVDICVS . AMMINI F(*ilius*) / SIBI . ET . VXSORI . / CASINAE . CATVENI (*filiae*)

Caudico, filho de Amino, para si e para sua esposa Casina, filha de Catueno.

**Bibliografia:** Proença Júnior, 1910a: 39-40; Almeida, 1956: 177, nº. 56; HAE 1107; ILER 432; Garcia, 1979: 160-162, nº. 4; Ferreira, 2004: 200, nº. 236; SÁ, 2005, nº. 133.

**Comentário:** Esta epígrafe comprova, uma vez mais, a presença de nomes tipicamente indígenas, registados sobretudo na Lusitânia. *Caudicus* é reconhecido como um elemento autóctone na população do Ocidente hispânico (Guerra, 2003). O patronímico *Ammini* encontra-se documentado especialmente nas Astúrias e Lusitânia (Untermann, 1965: 53-54, mapa 7). *Casinae* é antropónimo raro, que se regista na região de Castelo Branco e na província espanhola de Cáceres (ILER 4871). *Catueni* é nome bem conhecido, cuja área de atuação se restringe à zona da Lusitânia (Martín Valls & Delibes de Castro, 1981).

No que respeita à paleografia, parecem-nos interessantes as conclusões apontadas por Maria João Ângelo e José d'Encarnação, quando estudaram a inscrição votiva a *Banda Luguano*, da Torre dos Namorados (Fundão) e onde surge igualmente o antropónimo *Amminus* com os nexos semelhantes aos da inscrição de Castelo Branco, o que levou aqueles autores a sugerirem a “possibilidade de estarmos perante a mesma oficina e/ou o mesmo lapicida” (Ângelo & Encarnação, 2008: 179, nota 6).

Pelo tipo de letra e características do monumento, estamos perante uma inscrição do Séc. I d. C.

---

<sup>42</sup>Recorde-se que D. Fernando de Almeida foi Diretor do Museu Francisco Tavares Proença Júnior, entre 1963 e 1973.

**Nº: 30** (Figura 38)

**Tipo:** Placa funerária

**Material:** Bloco de granito de grão fino

**Descrição:** Bloco de forma paralelepípedica, com campo epigráfico rebaixado e enquadrado por uma moldura simples. Apresenta algum desgaste o que dificulta a leitura, mas que se reconstitui bem. Estamos perante um monumento característico da região de Idanha-a-Velha e da Lusitânia Central (Garcia, 1984).

**Figura 38 - Epitáfio de Cilia e Sunua**



(Fonte: MFTPJ)

**Local e circunstâncias do achado:** Castelo Branco. Encontrada a servir de ombreira de um portal na parte alta do burgo,<sup>43</sup> segundo indicação de Tavares Proença Júnior (Proença Júnior, 1907).

**Paradeiro:** Museu Francisco Tavares Proença Júnior ( Nº. Inv. 10.11).

**Dimensões:** 83 x 43 x 24

CILIAE LVBAECI FILIAE / SVAE ET . SVNVAE ELA/VI(i) . NEPTI SVAE / SVNVA  
PISIRI F(ilia) D(e) S(uo) F(aciendum) C(uravit).

Sunua, filha de Pisiro, mandou fazer à sua custa (este monumento, dedicado) à sua filha Cilia, filha de Lubaeco, e à sua neta Sunua, filha de Elávio.

---

<sup>43</sup>Entende-se parte alta do burgo, como sendo a atual zona histórica de Castelo Branco.

**Variantes:** 1.1: LVTAECI (Proença Júnior); 1.2: FLAVI (Proença Júnior); 1.3: NERII (Proença Júnior), NEP(O)TI (Garcia); 1. 4: ET SIBI (Proença Júnior).

**Bibliografia:** Proença Júnior, 1907: 173-174; Proença Júnior, 1910a: 54; Garcia, 1979: 162-164, n.º. 5; Garcia, 1984: 99-100, n.º. 26; Encarnação, 1986: 457-458; Guerra, 2004c: 179, n.º. 97; Ferreira, 2004: 49-50, n.º. 2; Leitão, 2012: 318-323.

**Comentário:** Estamos perante uma inscrição funerária de certa importância, porquanto nos dá a conhecer a existência, na região de Castelo Branco, de quatro gerações da mesma família que se inscreve, toda ela, na sociedade indígena, apesar de manifestar já um avançado estado de romanização.<sup>44</sup>

A onomástica aqui registada é toda ela característica da Lusitânia, à excepção de *Elaus* que se documenta pela primeira vez em território português. José Manuel Garcia avança mesmo para a hipótese de estarmos na presença de um indivíduo emigrado e que se integraria no seio do povo lusitano.<sup>45</sup>

De realçar o facto de a neta ter o mesmo nome da avó materna (*Sunua*), reforçando assim os laços de sangue que unem estas duas defuntas.

Como referimos em 2012, a autora da dedicatória, *Súnua*, apresenta um certo “status” social e económico, pois que mandou fazer, a expensas suas (*de suo faciendum curavit*), o presente epitáfio (Leitão, 2012).

Pela ausência da invocação aos *Deuses Manes*, pela paleografia e pela fórmula final, tudo leva a crer que estaremos perante uma inscrição datada da segunda metade do século I d. C.

**N.º: 31** (Figura 39)

**Tipo:** Placa funerária

---

<sup>44</sup>A fórmula final *D(e) S(uo) F(aciendum) C(uravit)* é sinónimo disso, dado tratar-se de um formulário perfeitamente latino.

<sup>45</sup>Esta possibilidade é desenvolvida pelo autor, tendo em conta o antropónimo *Elaus* ser conhecido no norte da Península Ibérica, portanto fora da Lusitânia.

**Material:** Granito de grão fino, característico da região.

**Descrição:** Placa de forma retangular, fragmentada na parte superior, facto pelo qual não permite a leitura completa da primeira linha, onde apenas se consegue reconhecer a palavra *MATRI* no final. Campo epigráfico rebaixado, cercado com uma dupla moldura.

Figura 39 - Epitáfio mandado fazer por Cutece



(Fonte: Própria)

**Local e circunstâncias do achado:** S. Vicente da Beira. Recolhida quando se procedia a obras numa casa, no largo da Igreja Matriz.

**Paradeiro:** Reserva arqueológica do Grupo de Estudos e Defesa do Património Cultural e Natural da Gardunha

**Dimensões:** (25) x 66 x 18

[...] *MA·T·RI* / *SVAE CVTECE AVNI/AE LIB(erta) (hedera) F(aciendum) C(uravit)*

[...] à sua mãe, Cuteca, liberta de Áunia, mandou fazer [...].

**Bibliografia:** Leitão & Moreira, 2004, n.º. 332; HEp 2003/2004, n.º. 872; AE 2004, n.º. 720.

**Comentário:** Pela fratura da epígrafe e faltando uma ou duas linhas, apenas é possível identificar dois antropónimos. *Cutece* documenta-se aqui pela primeira vez e que poderá estar por *Cutaecae*, nome identificado numa inscrição no Museu de Castelo Branco e

proveniente provavelmente de Idanha-a-Velha, tratando-se, também aqui, de uma liberta (Ferreira, 2004).<sup>46</sup>

Na região de Penamacor, encontra-se identificado na forma masculina (Curado, 1985).<sup>47</sup>

Pela paleografia e ausência aos deuses Manes, estamos perante uma inscrição dos finais do séc. I ou princípios do séc. II d. C.

**Nº: 32** (Figura 40)

**Tipo:** Placa funerária

**Material:** Granito de grão médio, da região.

**Descrição:** Placa de forma quadrangular, toscamente trabalhada e esboroada nos quatro lados. Campo epigráfico rebaixado, cercado por uma pequena moldura. Letra actuarial, denotando uma influência cursiva.

**Figura 40 - Epitáfio de Lancius**



(Fonte: MFTPJ)

---

<sup>46</sup>*Cutaecae Tuoutae libertae.*

<sup>47</sup>*Cutaeco Mantai filio*

**Local e circunstâncias do achado:** Lousa. Encontrada por volta de 1930, a servir de cobertura na Fonte “Mãe d’Água”. É provável que tenha vindo da propriedade “Vascão”, local onde se têm identificado diversos vestígios da época romana.

**Paradeiro:** Museu Francisco Tavares Proença Júnior (Nº. de Inv. 30.44).

**Dimensões:** (48) x 48 x 22

LĀNCIVS / TĀNGINI / F(*ilius*) . HIC . SITVS / EST

Aqui jaz Lâncio, filho de Tangino.

**Bibliografia:** Pessoa, 1930; Garcia, 1984: 113-114, nº. 33; Ferreira, 2004: 53-54, nº. 6.

**Comentário:** Pela onomástica e pelo sistema de filiação do defunto, estamos perante uma identificação à maneira indígena. *Lancius* é um antropónimo pouco documentado na Hispânia, sendo conhecido sobretudo na Lusitânia e que poderá estar relacionado com a entidade étnica dos *Lancienses*, um dos doze povos que constam da lista dos *municipia* que contribuíram para a obra de construção da Ponte de Alcântara (Guerra, 2007). *Tangini* corresponde ao nome indígena mais representado na Hispânia, sobretudo na Beira Interior e Estremadura espanhola (Olivares Pedreño, 2002), tratando-se, na opinião de Maria de Lourdes Albertos (1965), de um antropónimo tipicamente lusitano.

A fórmula final *Hic Situs Est* por extenso, não é frequente na epigrafia funerária da região, o que nos pode levar a supor estarmos perante uma recente introdução desta fórmula, no seio da sociedade indígena da região de Castelo Branco.

Pela onomástica, pela paleografia e pela fórmula final em extenso, estamos perante uma inscrição do início do Séc. I d. C.

**Nº: 33** (Figura 41)

**Tipo:** Placa funerária

**Material:** Granito de grão médio, de cor acastanhada.

**Descrição:** Placa retangular de execução simples. Campo epigráfico rebaixado, cercado por duas molduras. Paginação cuidada segundo um eixo de simetria, sendo ainda visíveis vestígios de linhas auxiliares.

Figura 41 - Epitáfio de Licínio



(Fonte: Própria)

**Local e circunstâncias do achado:** Escalos de Cima. Encontrada em 1981, numa das paredes interiores da Igreja Matriz.

**Paradeiro:** Igreja Matriz.

**Dimensões:** 32 x 76 x ?

LICINIO . POLLI . F(*ilio*) / CILIO BOVTI . F(*ilius*) H(*eres*) . / EX T(*estamento*)  
F(*aciendum*) C(*uravit*)

A Licínio, filho de Polo. Cilão, filho de Búcio, o herdeiro, mandou fazer por disposição testamentária.

**Variantes:** POLI (HEp)

**Bibliografia:** Leitão, 1985a, nº. 60; AE 1985, 530; HEp 1989, nº. 671; Ferreira, 2004, p. 52-53, nº. 5.

**Comentário:** Pela onomástica aqui registada, estamos perante uma aculturação antroponímica, onde se verifica a existência de nomes latinos, a par de nomes indígenas.<sup>48</sup>

---

<sup>48</sup>A utilização de gentílios de origem patronímica, associados à onomástica indígena, constitui um fenómeno frequente na epigrafia romana da Beira Interior.

O gentílico latino *Licinio* é raro no Norte e Centro da Lusitânia, apesar de existirem, contudo, numerosos testemunhos dispersos na Hispânia (Knapp, 1978). Pelas suas características e pelo contexto em que este gentílico aparece, tem sido associado a um certo poder socioeconómico (Encarnação, 1984). *Pollus* é igualmente um nome de origem latina, que Kanjanto compara com *Paullus/la* e *Polla* (Kajanto, 1982). O dedicante do epitáfio, que se identifica aqui como herdeiro, *Cilo*, usa um nome latino, muito frequente na Lusitânia, com alguns exemplos dispersos a norte do rio Douro. *Boutius* é antropónimo etimologicamente pré-romano, muito comum no Ocidente peninsular e que se pode relacionar com o indoeuropeu *\*bhoundhi*, “vitoria” (Albertos Firmat, 1965). Segundo Abascal, este antropónimo ocupa o vigésimo posto na lista da *cognomina* e nomes individuais, e o quarto nome indígena da mesma sequência (Abascal Palazon, 1994).

Um aspeto que nos parece importante e que também não passou despercebido a Ana Ferreira (2004), é a utilização da formula EX T(*estamento*), que denota já um conhecimento das regras jurídicas romanas, com o recurso ao testamento, o que aponta para um avançado estado de aculturação.

Pela paleografia e pela ausência da invocação dos deuses Manes, estamos perante uma inscrição do Séc. I d. C.

**Nº: 34** (Figura 42)

**Tipo:** Placa funerária

**Material:** Granito de grão médio, apresentando uma cor amarelada devido à grande quantidade de cristais de feldspato.

**Descrição:** Placa em forma de paralelepípedo, fraturada na parte superior e no lado esquerdo. Campo epigráfico rebaixado, rodeado por moldura de cordão duplo, apenas visível em parte do lado direito e no canto inferior. A l.1 apresenta fratura no lado esquerdo e direito, pelo que se procedeu a uma possível reconstituição do texto.

Figura 42 - Epitáfio de Rufino e Camala



(Fonte: MFTPJ)

**Local e circunstâncias do achado:** Ninho do Açor. Desconhece-se as circunstâncias do achado. Pelas fraturas da pedra é possível que esta tenha servido como material de construção.

**Paradeiro:** Museu Francisco Tavares Proença Júnior (Nº Inv. 86.1).

**Dimensões:** 36 x (88) x 47.

[RVF?]INO CALLAE[CI? (*filio*) / ET CAMALAE POLLI (*filiae*) / MODESTVS PATRI  
ET MATR̄I / DE SVO F(*aciendum*) C(*uravit*)

A Rufino (?), filho de Caleco (?) e a Camala, filha de Polo. Modesto ao pai e à mãe mandou fazer, a expensas suas.

**Variantes:** 1. 3: MATRI (HEp)

**Bibliografia:** Carvalho & Encarnação, 1991c, nº. 39, inscrição 177; AE 1991, 951; HEp 1994, nº. 1035; Ferreira, 2004: 55, nº. 8.

**Comentário:** Estamos perante uma epígrafe funerária, similar a outras identificadas nesta região do Portugal romano e mandada erguer por *Modestus* à memória de seu pai, *Rufino* e de sua mãe, *Camala*.

*Rufino* é cognome latino frequente na Lusitânia (NAVARRO CABALLERO & RAMÍREZ SÁDABA, 2003: 282-283, mapa 257), sendo documentado também na região de Idanha-a-Velha (Sá, 2007)<sup>49</sup>. Para Kajanto, este cognome, assim como seus derivados, poderão ter origem num gentílico (Kajanto, 1982). O patronímico *Callaecus* é pouco frequente na Península<sup>50</sup> e pressupõe-se que possa derivar do etnónimo *Callaeci*, pelo que Carvalho e Encarnação relacionam a sua origem com a região Nordeste peninsular (Carvalho & Encarnação, 1991c). *Camalus* é antropónimo indígena de origem celta e típico da zona lusitano-galaica (Untermann, 1965: 85-86, mapa 26). O patronímico *Polli* é já nosso conhecido da inscrição de Escalos de Cima (nº 33). *Modestus*, o dedicante do epitáfio, é um cognome muitas vezes associado a escravos e que se documenta com bastante frequência na Lusitânia.

De sublinhar ainda a utilização da fórmula *DE SVO*, igualmente documenta em outra epígrafe da região de Castelo Branco, tratando-se de uma expressão frequente na Lusitânia e que aparece maioritariamente em contexto funerário.

Pelo tipo de formulário e paleografia estaremos, muito provavelmente, perante uma inscrição da primeira metade do séc. I d. C.

**Nº: 35**

**Tipo:** Placa (?) funerária

**Material:** Granito

**Descrição:** Desconhece-se a forma e as medidas do monumento, pois o mesmo encontrava-se embutido na muralha da cidade de Castelo Branco, junto à “Porta da Traição”.

**Local do Achado:** Castelo Branco

**Paradeiro:** Desconhecido. Perdeu-se quando demoliram a parte da muralha onde se encontrava (Proença Júnior, 1907).

---

<sup>49</sup>Este *cognome* é documentado na Egitânia por 15 vezes.

<sup>50</sup>Apenas se documenta em Córdoba (HEp 8, 1998, nº. 229), Porto (ILER 5083b) e Cadaval (AE 2000, 683)

<sup>51</sup>LVCANO . AN(*norum*). XXX (*triginta*) AMOENAE . AN(*norum*) XVI (*sexdecim*) .  
MAXI/MAE . AN(*norum*) XII (*tredecim*) . CILIVS / BOVTI(i) . (*filius*) PATER. ET  
SVNVA / APANONIS . F(*ilia*). MATER

A Lucano, de 30 anos, a Amena, de 16 e a Máxima, de 13. O pai Cilio, filho de Bouto e a mãe Sunua, filha de Apanão, mandaram fazer este monumento.

**Variante:** 1. 3: BOVTE (Garcia 1979)

**Bibliografia:** Roxo, 1891: 10; Proença Júnior 1907: 172-173; Garcia 1979: 165-166, nº. 6; Ferreira, 2004: 50-51, nº. 3; Kelley, 2013: 82.

**Comentário:** Documentam-se nesta inscrição três gerações da mesma família em que os nomes dos pais (*Cilius* e *Sunua*) e dos avós (*Bouti* e *Apanonis*) se identificam ainda à maneira indígena, enquanto os filhos (*Lucano*, *Amoena* e *Maxima*) apresentam já nomes latinos, aliás, vulgares no Ocidente lusitano.

A ausência de invocação aos Deuses Manes e o formulário simples, desprovido de qualquer adjetivo levam-nos a situar o monumento no séc. I d. C.

**Nº: 36** (Figura 43)

**Tipo:** Placa funerária

**Material:** Granito de grão grosso.

**Descrição:** Monumento bastante fragmentado, apresentando apenas o campo epigráfico sem qualquer moldura visível. Como a outra palca proveniente também da Lousa (nº. 32), apresenta caracteres actuários com indícios de letra cursiva arcaica.

---

<sup>51</sup>A leitura que se apresenta foi copiada de José Manuel Garcia, que por sua vez se baseia em António Roxo, a quem se deve a primeira notícia da inscrição.

**Figura 43 - Epitáfio de Turacia**



(Fonte: MFTPJ)

**Local e circunstâncias do achado:** Lousa. Recolhida na propriedade “Vascão”, desconhecendo-se as circunstâncias do seu achado.

**Paradeiro:** Museu Francisco Tavares Proença Júnior (Nº. Inv. 75.13)

**Dimensões:** (47) x (46) x 14

TVRACIA / SAELGI . F(*ilia*) / STATVS . HI(*c*) / EST

Aqui jaz Turacia, filha de Saelgo.

**Variantes:** Saelci (Ribeiro)

**Bibliografia:** Ribeiro, 1976: 135-136; AE 1977, 382; Garcia, 1984: 115, nº. 34; Ferreira, 2004: 54-55, nº. 7.

**Comentário:** Epitáfio simples onde a onomástica se apresenta também à maneira indígena; nome seguido de patronímico.

*Turacia* é nome lusitano, que para além desta inscrição, se documenta numa outra originária da província de Cáceres (Rosso de Luna).<sup>52</sup> Na Lusitânia é conhecido o nome *Turracia*, que lhe poderá ser equivalente (HEp 1993, nº. 128). O patronímico *Saelgi*, em genitivo, corresponde a um antropónimo característico da Lusitânia, podendo mesmo ser originário desta província do império romano. Este antropónimo é visto como a forma latinizada do nome *Sailcieicon* (Ramírez Sábada, 1992), o que pode demonstrar estarmos já perante um processo de aculturação.

O adjetivo *status* é raro na epigrafia peninsular, se não mesmo o único caso até agora documentado.<sup>53</sup> Podemos estar perante um erro do lapicida se considerarmos *status* estar em vez de *stata*, que apesar de ser uma palavra pouco usual na epigrafia latina, poderá aqui substituir a frequente *sita*. A utilização desta palavra pode ser indícios de uma ainda recente adaptação do uso dos termos epigráficos latinos, à fala do quotidiano, como José d'Encarnação demonstra para *Statuerunt*, identificado numa inscrição de Arraiolos (Encarnação, 1984: 495).

Assim, à semelhança da outra inscrição da Lousa, estamos novamente perante a fórmula final por extenso, que neste caso seria *Status Hic Est*.

A simplicidade do formulário, o tipo de letra em cursivo arcaico e fórmula final por extenso, sugerem estarmos perante uma inscrição da primeira metade do Séc. I d. C.

**Nº: 37** (Figura 44)

**Tipo:** Placa funerária

**Material:** Granito de grão médio, apresentando uma cor amarelada.

**Descrição:** Parte direita de uma placa moldurada. Campo epigráfico rebaixado e rodeado por moldura de gola direta, bordeada por um filete.

---

<sup>52</sup>*N(orbana) . Tura/ciae . f(ilia) . O/spita . an(norum) / IC / N(orbana) . Titi . f(ilia) . / Seni[c]i/a . an(norum) . XI / h(ic) . s(ita) e(est) s(iti)/ t(ibi) t(erra) l(evis).*

<sup>53</sup>Compulsadas diversas obras de referência sobre epigrafia romana (CIL, AE, ILER, HEp), não encontramos alusão a este adjetivo na epigrafia peninsular.

**Figura 44 - Epitáfio a Arantoni?**



(Fonte: Dias, 1994)

**Local e circunstâncias do achado:** Sobral do Campo.<sup>54</sup> Reaproveitada como material de construção, numa fonte de chafurdo.

**Paradeiro:** Na casa Ribeiro do Rosário.<sup>55</sup>

**Dimensões:** (42) x (39) x 21

[...]A ARANTO/ [NI] [F]IRMONIS / [...] IT M / [...]

**Bibliografia:** Dias, 1994, n.º. 46, inscrição 209; AE 1994, 836; HEP 1996, n.º. 1030; Ferreira, 2004: 56, n.º. 9.

**Comentário:** Pelo que resta do texto, é difícil uma reconstituição segura. Maria Manuela Alves Dias, com base na onomástica da região, reconstituiu a totalidade do texto,<sup>56</sup> o que entendemos seja meramente hipotética, se não mesmo fantasiosa, já que pode haver outras

---

<sup>54</sup>Ana Ferreira atribui erradamente a proveniência desta inscrição como sendo do Salgueiro do Campo, pelo que fica feita aqui a devida correção.

<sup>55</sup>Não conseguimos ver a inscrição, pois foi-nos dito, por um dos proprietários da casa, que a mesma se encontrava em posse do arqueólogo José Mateus, pelo que o paradeiro que aqui se apresenta foi a indicada por Maria Manuela Alves Dias.

<sup>56</sup>[Auni]a Aranto/[ni f(ilia) Firmo F]irmonis / [f(ilius) f(ec)it m(atri) vel [fec]it m(onumentum) / [h(ic) s(ita) e(st) s(it) t(ibi) t(erra)] l(evis).

possibilidades de interpretação. Do texto que nos chegou até hoje, apenas se registam, com alguma segurança, dois antropónimos. *Arantoni* é um nome que se documenta com alguma frequência na Lusitânia, sobretudo na região dos *Igaeditani* e *Lancienses Oppidani*. Existe ainda uma relação direta entre este antropónimo e a forma *Arantoniceo*, que surge como epíteto numa divindade indígena, identificada na região de Cascais (Búa & Guerra, 1995-2007). Ao contrário do que avança Manuela Alves Dias, *Firmonis* é nome desconhecido nesta região da Lusitânia, documentando-se aqui pela primeira vez.

Pela paleografia, estamos perante uma inscrição dos finais do séc. I ou inícios do séc. II d. C.

**Nº: 38**

**Tipo:** Placa (?) funerária

**Material:** Xisto

**Descrição:** Desconhece-se a forma do monumento, pois o mesmo foi destruído e incorporado num forno de cozer pão.

**Local e circunstâncias do achado:** Sarzedas. Apareceu, por volta de 1880, quando se procedia a trabalhos agrícolas num olival, junto da Igreja Matriz.

**Paradeiro:** Desconhecido

**Dimensões:** Desconhecidas

VERATIA VERATI(i) F(ilia) / H(ic) . S(ita) . E(st) / [MA vel PA]TER . P(onendum).  
C(uravit)

Aqui jaz Verácia, filha de Verácio. A mãe (ou o pai) mandou colocar (esta memória).

**Bibliografia:** Vasconcelos, 1910: 323; Encarnação & Leitão, 1982: 127-131; AE 1982, n.º. 474; Ferreira, 2004: 56, n.º. 10.

**Comentário:** As primeiras referências que encontramos sobre esta inscrição dão-nos conta de um texto forjado, fazendo remontar a origem da vila de Sarzedas à época de Viriato.

Dizia assim o letreiro: VERATIA VERATI FILIA REEDIFICAVIT HOC OPPIDVM SARZEDENSAE ET CONCESSIT EI PREVILEGIVM CIVITATIS. O texto queria pois dizer, em português: “Viriata, filha de Viriato, reedificou este castelo de Sarzedas e concedeu-lhe o privilégio de cidade”. Interpretado assim, estaríamos perante um letreiro de extrema importância, porquanto fazia remontar a origem de Sarzedas ao tempo de Viriato, o glorioso caudilho lusitano, que de outro não se trataria, certamente. Mas a inscrição lida e interpretada desta forma é claramente falsa, como aliás já Leite de Vasconcelos (1910) tinha notado. Sobre ela nos debruçamos em 1982, considerando-a verdadeira, mas mal interpretada (Encarnação & Leitão, 1982).

Assim, não subsistem dúvidas que estamos perante um epitáfio, onde apenas se conseguem interpretar dois antropónimos. *Veratia* / *Veratius* são nomes pouco frequentes na Península Ibérica (CIL 3433 e 4972), surgindo associado, por vezes, a nomes latinos (Abascal Palazón, 1994).

Pelo formulário, é texto que poderá ser datado do séc. I d. C.

### 3.4. Instrumentum domesticum

**Nº: 39** (Figura 45)

**Tipo:** Peso de Tear

**Material:** Cerâmica. Pasta cor vermelha, com abundante material desengordurante mal calibrado (grande e médio).

**Descrição:** Peso em forma de pirâmide com faces trapezoidais e arestas boleadas. Na parte superior, apresenta orifício cilíndrico.

**Figura 45 - Peso de tear com a marca PRO**



(Fonte: Garcia, 1984)

**Local e circunstância do achado:** Mata. Desconhece-se as condições do achado. Sabe-se que provem da estação romana da Fonte da Bica, tendo sido oferecido ao Museu Francisco Tavares Proença Júnior por José Lopes Burgos, em 1916.<sup>57</sup>

**Paradeiro:** Museu Francisco Tavares Proença Júnior (Nº. Inv. 10.438).

**Dimensões:** 10,7 x 6 x 4

PRO

Proculo (?)

**Variantes:** PRF *vel* P (Batista)

**Bibliografia:** Batista, 1980: 121-122, nº. 7; Garcia, 1984: 184.

**Comentário:** Marca elaborada com recurso a carimbo e impressa em cartela, com o nome do oleiro, gravada numa das faces. Batista não consegue interpretar a terceira letra, avançando mesmo para um possível *F* ou *P*. Observamos o peso de tear e parece-nos, salvo

---

<sup>57</sup>Livro suplementar de ofertas, nº. 1, oferta nº. 50

melhor interpretação, que se poderá tratar de um O, o que nos leva a poder avançar, ainda que com algumas reservas, para o nome *Proculo* e que se documenta numa inscrição funerária de Belmonte, distrito de Castelo Branco (Garcia, 1984: 93, nº. 23).

**Nº: 40** (Figura 46)

**Tipo:** Tégula

**Material:** Cerâmica de pasta alaranjada, grosseira, apresentado núcleo de cor vermelho e com bastantes elementos antiplásticos de tipo quartzítico.

**Descrição:** Fragmento de tégula, com cartela retangular incompleta e mal impressa, apresentando apenas uma letra, devido à fratura.

**Figura 46 - Marca A sobre tégula**



(Fonte: Salvado, 1981)

**Local e circunstâncias do achado:** Castelo Branco. Recolhido à superfície, em 1975, na encosta sul do Monte de São Martinho.

**Paradeiro:** Museu Francisco Tavares Proença Júnior (10.664).

**Dimensões:** (7,6) x (6,2) x (2,9).

A [...]

**Bibliografia:** Salvado, 1981: 7.

**Comentário:** Apresenta apenas a letra A, inscrita numa cartela retangular de cantos arredondados, com recurso a carimbo e que poderá corresponder, muito certamente, ao nome do oleiro.

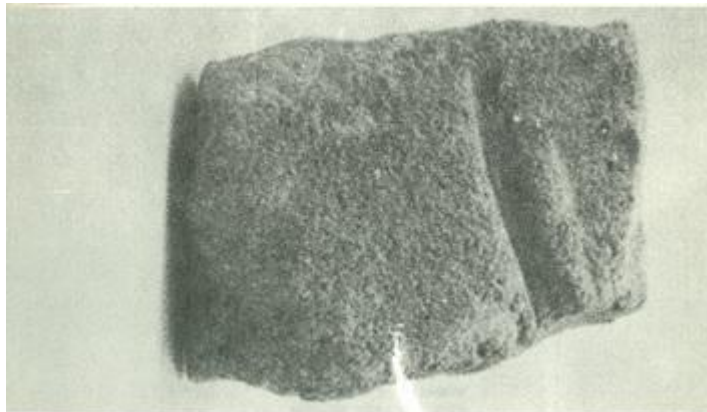
**Nº: 41** (Figura 47)

**Tipo:** Tégula

**Material:** Cerâmica. Pasta de cor acastanhada, com alguns elementos de quartzo de médio calibre.

**Descrição:** Fragmento irregular de tégula, com cartela retangular. Marca produzida com recurso a carimbo, apresentando apenas uma letra, devido ao reduzido tamanho do fragmento.

**Figura 47 - Fragmento de tégula com a marca D**



(Fonte: Salvado, 1981)

**Local e circunstâncias do achado:** Castelo Branco. Encontrada à superfície, a 500 metros para sul da ermida de Sant'Ana.

**Paradeiro:** Museu Francisco Tavares Proença Júnior (Nº. Inv. 80.355).

**Dimensões:** (5,9) x (8,6) x (2,5).

D [...]

Damo(?)

**Bibliografia:** Salvado, 1981: 8; Garcia, 1984: 185.

**Comentário:** A existência apenas de uma letra não nos permite tecer algumas conclusões. Contudo, dado se tratar de um *D*, é possível que se esteja na presença da marca *DAMO*, identificada em uma outra tégula, também do mesmo local.

**Nº: 42**

**Tipo:** Tégula

**Material:** Cerâmica.

**Descrição:** Fragmento de tégula.

**Local e circunstâncias do achado:** Castelo Branco. Recolhida por Tavares Proença Júnior durante escavações realizadas no “triângulo” arqueológico entre as capelas de Sant’Ana, Sr<sup>a</sup> de Mercoles e S. Martinho.

**Paradeiro:** Desconhecido

**Dimensões:** 35 x 30<sup>58</sup>

DĀMO

**Bibliografia:** Vasconcelos, 1903: 318; Proença Júnior, 1903: 13; Proença Júnior, 1907: 172; Salvado, 1980: 6-7

**Comentário:** Desconhecemos o paradeiro do fragmento da tégula, pelo que os dados apresentados foram tomados com base nos trabalhos publicados desde Tavares Proença Júnior. Relativamente à marca *Damo*, encontramos referências num prato de *terra sigillata* proveniente do Monte Mozinho (Penafiel) (Carvalho, 1993-94), correspondendo ao oleiro *Damonus*, não se tratando seguramente do mesmo oleiro.

**Nº: 43** (Figura 48)

**Tipo:** Tégula

---

<sup>58</sup>As medidas aqui apresentadas são as registadas por Tavares Proença Júnior.

**Material:** Cerâmica. Pasta de cor vermelha ocre, apresentando algumas impurezas.

**Descrição:** Fragmento de telha, apresentando uma cartela irregular de cantos arredondados e à qual lhe falta o canto superior direito. Marca com recurso a carimbo.

**Figura 48 - Fragmento de tégula com a marca Tongi**



(Fonte: MFTPJ)

**Local e circunstâncias do achado:** Castelo Branco. Recolhida em 1905 por Tavares Proença Júnior, durante a realização de escavações arqueológicas no “triângulo” arqueológico nas proximidades da ermida de Sant’Ana.

**Paradeiro:** Museu Francisco Tavares Proença Júnior (Nº. Inv. 10.468)

**Dimensões:** (21,5) x (18,5) x 3,1

TONGI

**Variantes:** DIVOI; IONCI (Proença Júnior).

**Bibliografia:** Proença Júnior, 1907: 175; Salvado, 1980: 7; Cristóvão, 2004: 186, nº. 107.

**Comentário:** Estamos perante a marca de um nome bem conhecido na epigrafia da região. *Tongi* é antropónimo indígena de origem celta e que aqui identifica, certamente, a oficina de um oleiro.

### 3.5. Diversas

**Nº: 44** (Figura 49)

**Tipo:** Marco divisório de propriedade (?)

**Material:** Granito de grão grosso

**Descrição:** Monólito de forma cilíndrica em mau estado de conservação, o que dificulta uma leitura segura.

**Local e circunstâncias do achado:** Castelo Branco. Nas proximidades do monte de S. Marinho, em propriedade de Manuel Antunes, conjuntamente com outros materiais da época romana.

**Figura 49 - Marco de propriedade (?)**



(Fonte: Curado, Moreira & Salvado, 2004b)

**Paradeiro:** Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Castelo Branco.

**Dimensões:** 50 x 25 (diâm.)

CALAITI (?) / CALVI F(ili)

De Calaito, filho de Calvo

**Bibliografia:** Curado, Moreira & Salvado, 2004b, n.º. 334; HEp 13, 2003-2004, n.º. 870; AE 2004, n.º. 719.

**Comentário:** Estamos, provavelmente, perante um marco de divisão de propriedade, certamente como símbolo de domínio territorial, à semelhança de outros identificados em território português.<sup>59</sup>

É difícil a sua leitura, pelo que seguimos, na generalidade, a que nos é apresentada pelos autores e onde não consideram o *F*, mas que nos parece ser de incluir, já que o mesmo é visível na inscrição.

Pelo que se pode observar da leitura, estamos perante o antropónimo indígena *Calaetus* / *Calaitus*, seguramente de origem celta (Velaza, 1998), documentado no norte e centro da Península Ibérica (Untermann, 1965: 84, mapa 25). Em Portugal, para além deste testemunho, está também identificado na *Civitas Igaeditanorum* (AE 1967, 154) e no *Conventus Scallabitanus* (Fernandes, 1998-99). O cognome *Calvus*, embora conhecido, é raro no atual território português,<sup>60</sup> correspondendo a um nome etimologicamente latino e que nos surge aqui como patronímico.

### 3.6. Tipologia dos monumentos epigráficos

Dentro do conjunto epigráfico em estudo, podemos agrupar os diversos monumentos pela sua tipologia, tendo em conta, também, as características funcionais dos mesmos.

O material em análise divide-se em quatro categorias; aras, placas, régulas e pesos de tear, apesar de alguns apresentarem dificuldades de classificação, tendo em conta que os mesmos se encontram em contexto de reutilização, embutidos em paredes de edifícios.

#### 3.6.1. Aras

Na epigrafia da região, documenta-se um tipo de altar onde sobressai, na quase totalidade, a estrutura normal de uma ara (base, fuste e capitel), definindo-se assim o que se pode

---

<sup>59</sup>Encontramos semelhanças da nossa peça, com uma proveniente da Ribeira das Bias, em São Brás de Alportel (Silva, 2002) e outra identificada em Alandroal (Vasconcelos 1917).

<sup>60</sup>Em Portugal apenas se conhecem três testemunhos: Bragança (CIL II 5658), Lisboa (CIL II 254) e Faro (Encarnação, 1984: 54, n.º. 10).

designar por modelo clássico. Dentro destas características gerais, observam-se algumas variantes, tendo em conta não só as suas dimensões, como também a sua estrutura formal.

Dentro do conjunto em estudo destacamos diversos monumentos que, pelas suas características, sobressaem do restante material. As ámulas a *Iovi* (nº. 21) e a *Victoria* (nº. 20), que pelas suas reduzidas dimensões, fáceis de transportar, nos fazem pensar que podemos estar perante dois altares associados ao culto doméstico,<sup>61</sup> a serem colocados em torno do *lararium* (Pérez Ruiz, 2012). O altar a *Asidia*, mandado erguer pela gentilitas dos *Polturicíos*, que atendendo ao seu tamanho e apesar de estarmos perante a dedicatória de uma unidade familiar, deveria estar destinado a ser colocado em algum santuário, neste caso dedicado a *Asidia*. Afastam-se um pouco das características formais das aras desta região, a inscrição a *Trebaruna* de Lardosa (nº. 11) e a *Iovi* de Freixial do Campo (nº. 15), esta última apresentando um capitel de grandes dimensões, pouco usual nas aras da região de Castelo Branco.

### 3.6.2. Placas funerárias

No que respeita à epigrafia funerária, podemos verificar que não existe uma riqueza de conjunto a idêntico do que acontece com a epigrafia votiva. Ainda assim, os 13 monumentos que se conhecem, constituem fonte importante para o estudo da sociedade e das práticas funerárias nesta região, durante o império romano.

A observação de cada uma das peças permite-nos verificar uma uniformidade dentro do conjunto em estudo, onde predominam as placas de formato retangular, com campo epigráfico rebaixado e delimitado por uma moldura simples ou de duplo filete. Afastam-se deste grupo as duas inscrições da Lousa (nºs 32 e 43) por apresentarem uma forma quadrangular e que poderão indiciar uma cronologia mais antiga, certamente da primeira metade do Séc. I d. C e a inscrição nº. 28, que pelo material, do qual falaremos no ponto 3.7, e pela decoração, não se enquadra nas características da epigrafia funerária da região de Castelo Branco.

Assim, a análise detalhada da epigrafia funerária permite-nos observar, dentro deste conjunto, dois subtipos de inscrições:

---

<sup>61</sup>Estes cultos não se realizavam apenas às divindades domésticos (*Lares, Genius, Penates, Vesta*), conforme sublinha Porrúa Martínez (2006), mas também a divindades características da *sacra publica*, ou seja do panteão latino.

- a) Placas de maiores dimensões que provavelmente deveriam ser colocadas nas fachadas dos sepulcros;
- b) Placas de dimensões mais reduzidas, que segundo Vaquerizo Gil & Sánchez Madrid (2008), poderiam servir como tampa dos *loculi*, locais destinados a receberem as cinzas do rito de cremação. Enquadramos neste grupo, 5 das inscrições funerárias identificadas no concelho de Castelo Branco.

Ficaram de fora as inscrições n.ºs. 35 e 38, por não termos referências quanto às suas dimensões, uma vez que as mesmas estão desaparecidas, tornando-se, por isso, difícil de as enquadrar num destes dois grupos.

Desconhece-se, até ao momento, o aparecimento de estelas funerárias no concelho de Castelo Branco, ao contrário do que sucede em outras regiões da Beira Interior.

### **3.7. Os materiais em que foram construídos**

No que respeita aos materiais utilizados, as inscrições aqui em análise acompanham o mesmo esquema para a maioria da epigrafia romana da Península Ibérica, o material usado é maioritariamente local.

Assim, temos a quase totalidade das inscrições de Castelo Branco em granito da região. A inscrição de Sarzedas (n.º. 38), em xisto, é provável que tenha sido fabricada com materiais da região, se tivermos em conta que se trata de uma zona xistosa. Como não vimos a pedra, pois ela acabou por ser partida e incorporada num forno de cozer pão, o que aqui se apresenta não passa de uma simples hipótese, tendo em conta a notícia do primeiro autor que a ela se refere.

O epitáfio de *Camira* (n.º. 28), construído em mármore, é evidentemente uma peça importada, até pela decoração que apresenta, afastando-se assim do tipo de material e decoração das restantes inscrições do concelho de Castelo Branco.

No que respeita à epigrafia em *instrumentum domesticum*, surge-nos toda ela fabricada sobre cerâmica.

### **3.8. Os monumentos e seu contexto**

Todos os monumentos aqui apresentados surgiram em contexto de reutilização. Assim, as peças estudadas foram identificadas isoladas e fora de qualquer contexto arqueológico

direto. Elas apareceram colocadas nas paredes de igrejas, muros de vedações, reaproveitadas como suporte de altares, abandonadas pelos terrenos de cultivos e até mesmo em quintas, servindo de materiais de decoração, à semelhança de tantas outras por este Portugal fora (Encarnação, 2013a).

Na maioria dos casos, desconhecem-se as condições de achado e muitas vezes os locais exatos da sua descoberta, o que tem levado a forjarem-se lendas sobre os seus conteúdos, procurando outorgar antiguidade às localidades onde foram encontradas (Encarnação & Leitão, 1982).<sup>62</sup>

Contudo, o aparecimento de alguns conjuntos epigráficos no mesmo local poderá, no caso concreto das inscrições votivas, indiciar a existência de locais de culto,<sup>63</sup> como explicitaremos mais adiante, quando tratarmos do capítulo referente à Religião e Sociedade.

---

<sup>62</sup>Encontra-se neste caso, por exemplo, a inscrição funerária de Sarzedas (nº. 38).

<sup>63</sup>Estão nesta situação as inscrições de S. Martinho a *Bandi* e *Iuno*, Alcains a *Asidia* e Escalos de Cima a *Iovi*.



(Página deixada propositadamente em branco)

**CAPÍTULO IV**  
**RELIGIÃO E SOCIEDADE**

(Página deixada propositadamente em branco)

A epigrafia do concelho de Castelo Branco reveste-se de extrema importância para o conhecimento da história da região, durante o período romano, se tivermos em consideração que os dados arqueológicos sobre este período são escassos e casuais, fruto sobretudo de prospeções superficiais e dos trabalhos desenvolvidos por Tavares Proença Júnior, no início do séc. XX. A observação em conjunto de todos os testemunhos conhecidos permitiu uma análise mais global, aliás, como José d'Encarnação já tinha sublinhado ao falar do termo da *Civitas Igaeditanorum* e das suas gentes (Encarnação, 2009b).

Assim, o conjunto das 44 inscrições que aqui se apresentam são o ponto de partida para a análise que nos propomos fazer nas linhas que se seguem, tendo em conta a qualidade da informação que delas se possa retirar.

O maior número de inscrições diz respeito à epigrafia votiva (57%), registando-se 25 testemunhos, a maioria dedicada a divindades indígenas (44%). Neste lote de inscrições votivas, apresentam-se 5 fragmentos de aras onde não é possível identificar qualquer teónimo, mas que não deixam de ser relevantes para o conhecimento do número de monumentos religiosos identificados na região.

A maioria dos testemunhos votivos do concelho de Castelo Branco apresenta uma estrutura comum à epigrafia da Península Ibérica, onde o teónimo surge mencionado, quase sempre, na primeira linha, seguido da identificação do dedicante e da fórmula final. Caso de exceção e inédito na epigrafia da região de Castelo Branco, verifica-se na inscrição a *Iovi* de Freixial do Campo, onde o nome da divindade aparece no meio da fórmula votiva.<sup>64</sup>

No que respeita à epigrafia funerária, a mesma está representada com 13 inscrições, correspondendo a 30% do total do material epigráfico.

A fraca representatividade das inscrições sobre cerâmica, vulgarmente designadas por marcas de oleiro, com 11%, deverá ser consequência, como frisamos anteriormente, dos fracos estudos sobre os espaços de ocupação romana no concelho, mormente com recurso a escavações arqueológicas, praticamente inexistentes nesta parte do território nacional.

De registar ainda uma inscrição em bloco cilíndrico, cuja função se desconhece, supondo-se que possa corresponder a um marco de propriedade, com base nas semelhanças

---

<sup>64</sup>votum iovi l(*ibens*) m(*erito*)

encontradas com os marcos de Ribeira das Bias e Alandroal, conforme fizemos questão de assinalar na página 107.<sup>65</sup>

## **5.1. Religião**

### **5.1.1. Divindades Indígenas**

O estudo da religião indígena ao tempo dos romanos é controverso e suscetível de diferentes interpretações, tendo em conta que os dados disponíveis são apenas provenientes dos documentos epigráficos e datáveis, sobretudo, dos séculos. I e II d. C. Esta complexidade de interpretação dos inúmeros teónimos identificados, não só na região de Castelo Branco, como na parte restante da Península Ibérica deve-se, por um lado, à falta de informação sobre as divindades indígenas nas fontes literárias da época e por outro, à carência de dados iconográficos que nos permitam compreender e estabelecer as características de cada uma das divindades. Associado a estas duas situações, um outro problema se coloca a quem pretende elaborar o estudo do panteão, não só indígena, como também romano e que tem a ver com a descoberta das inscrições em contexto de reutilização e não no seu local original.

Assim, a investigação que se foi realizando ao longo dos anos, sobre os cultos indígenas, baseou-se quase sempre numa análise linguística do nome e epíteto da divindade, bem como numa distribuição espacial, tentando-se compreender, com base nestas duas premissas, as características de cada deidade. Perante esta realidade, a análise às divindades que a seguir se apresenta, teve como base a comparação das diferentes teses desenvolvidas sobre cada uma delas, pelo que também nós nos debruçamos, quando possível, sobre o nome e atributos de cada divindade.

#### **5.1.1.1. Conceito de divindade indígena**

Antes de iniciarmos a análise aos diversos teónimos, importa primeiro compreender o que se entende por divindade indígena.

Desde Leite de Vasconcelos que se tem conferido às divindades não romanas diversas terminologias, de acordo com os investigadores e as epígrafes a que se têm debruçado. Desde “divindade local pré-romana” (Vasconcelos, 1913: 200), passando por “divindade

---

<sup>65</sup>Cf. Nota 59.

hispânica” (Albertos Firmat, 1965: 137) e até mesmo “divindade local” (Lambrino, 1952: 171), o facto é que não se tem chegado a consenso sobre a forma de designar as divindades cultuadas na Península Ibérica e anteriores à vinda dos romanos.

Contudo, foi José d’Encarnação que, em 1971, se debruçou pela primeira vez sobre esta problemática, tentando sistematizar um conceito que, até então, vinha sendo desvalorizado pelos diversos estudiosos do tema e que hoje ainda se mantém atual (Encarnação, 1971).

Este investigador entende que o conceito de divindade indígena é aquele que melhor se enquadra para designar a divindade de uma região ou do local onde era venerada, pois que sublinha “eficazmente a ideia de se tratar dum culto anterior aos romanos, embora persistente sob o seu domínio” (Encarnação, 1971: 348), facto que o levou a optar por esta designação, acentuando ainda o conceito de divindade indígena, referindo-se às deidades de origem pré-romana, como afirma, anos depois, “o que nasce aqui, autóctone, local” (Encarnação, 2010a: 147). Quando a nós, optamos pela terminologia proposta por José d’Encarnação, pois entendemos que se enquadra perfeitamente para as divindades aqui em estudo.

Segue-se a apresentação de cada um dos teónimos, que é feita por ordem alfabética.

#### **5.1.1.2. Breve comentário às divindades indígenas**

##### **Arentius**

São diversos os autores que se têm debruçado sobre a problemática deste teónimo. Para Leite de Vasconcelos, *Arentius* poderia, numa primeira aparência, derivar do participio latino *arens* “seco”, “árido”. Contudo, o mesmo autor realça o facto da terminação do teónimo em *-entius / -entia* corresponder a uma palavra celta e o caso dos dedicantes das aras serem “bárbaros”, permite-lhe rejeitar a possibilidade de ver em *Arentius* uma palavra latina. Por outro lado, o sufixo *-nt-* que nos surge na composição da palavra *Arentio*, é documentado com frequência em diversas línguas indo-europeias, sendo característico de um estrato mais arcaico, segundo adianta A. Tovar (Vasconcelos, 1903: 322).

No que respeita ao nome do teónimo, este surge-nos, por vezes, grafado com a flexão *Arantio*, que para José d’Encarnação se trata de uma situação normal (Encarnação, 1988). É ainda frequente a associação de *Arentio* à forma feminina *Arentia*, o que nos leva a

questionar se estaremos perante duas divindades, ou apenas a mesma divindade, na sua forma masculina e feminina. Jorge de Alarcão vai mais longe, atribuindo a estas inscrições a constituição de um par divino. Assim, *Arentio* “teria a sua paredra ou *Arentia* o seu paredro” (Alarcão, 2001: 304), remetendo-nos para a existência de duas divindades, uma na forma masculina e outra na forma feminina. Não o entende assim José d’Encarnação (2002b), que admite a existência apenas de um deus assumindo, ora a forma masculina, ora a forma feminina, de acordo com o momento e a invocação do seu dedicante. Apesar das diferentes conclusões desenvolvidas em torno de *Arentio* e *Arentia*, baseadas nos diversos documentos identificados, estão ainda por explicar as razões pelas quais estes deuses eram venerados simultaneamente na forma masculina e feminina não sendo, na opinião de José d’Encarnação, uma questão de sexo, mas talvez “uma questão de ideologia e – porque não – de percepção do momento” (Encarnação, 2002b: 521).

A distribuição dos testemunhos desta deidade remete-nos para uma área restrita deste culto, já que todas as inscrições foram identificadas numa área específica da Lusitânia romana, na Beira Interior e província de Cáceres, o que nos permite pensar que podemos estar perante uma deidade característica dessas zonas. Não concordamos com a opinião de Collado Cenzano (2003) que pretende identificar esta divindade com os aranditanos, povo que habitaria muito certamente a Lusitânia<sup>66</sup> e que relaciona com *Arandis*, próximo de Abrantes. Assim, segundo este autor, poderia haver uma estreita relação entre este povo e o deus *Arantio*, hipótese que parece, quando a nós, desprovida de fundamento, porquanto se tem tentado identificar a povoação de *Arandis* / *Arannis* em Santa Bárbara dos Padrões (Castro Verde), portanto localizada em zona afastada dos locais de identificação do deus *Arentio*, todos a norte do Tejo (Bernardes, 2006).

No que respeita ao sentido religioso desta divindade e desde o aparecimento da primeira inscrição, em 1904, que se têm tentado explicar os seus atributos como uma função tutelar. Aliás, tese defendida por José d’Encarnação quando publicou as Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal, tomando como base a restrita área de culto e os epítetos

---

<sup>66</sup>Plínio o Velho, N. H. IV, 118.

das inscrições, o que permite incluí-la como divindade protetora da tribo ou de um grupo étnico.<sup>67</sup>

A descoberta por nós, em 1981, da inscrição a *Arantia Ocelaeca* e a *Arantio Ocelaeco*, no Ferro, concelho de Covilhã (Leitão, 1981), veio reforçar a ideia de que *Arentio* poderia ser o deus protetor, não de um único grupo étnico, mas de um conjunto de *populi*, como aliás defende Jorge Alarcão (2001). Esta nossa interpretação tem a ver com a ligação do epíteto desta divindade ao nome do local *Ocelum*.<sup>68</sup>

Não concordamos com a opinião de Alarcão, quando identifica *Arentio* como uma divindade guerreira, partindo do pressuposto de que a raiz de *Arent-* / *Arant-* significaria “correr, pôr-se em movimento”, tese defendida também por Blanca María Prósper (2002: 99), mas que para esta autora, o sentido de “correr” estaria na base de alguns hidrónimos. Alarcão rejeita essa afirmação, contrapondo que esse teónimo nada teria a ver com água que corre, avançando para uma divindade plurifuncional, podendo ter acentuado a sua função guerreira, explicada pelas guerras entre Lusitanos e Romanos:

“A história poderá ter acentuado a sua função guerreira. Um século de intrépida guerra contra os Romanos, durante o qual o deus *Arentius* terá sido invocado na rapidez das guerrilhas e no estrépito das batalhas campais, pode ter acentuado o que inicialmente seria apenas uma das funções da divindade”

(Alarcão, 2009: 103).

Assim, pelos dados conhecidos, podemos concluir da possibilidade de estarmos perante uma divindade de carácter tutelar, de âmbito privado, vinculada a uma determinada *gentilitas*, de acordo com os epítetos e os locais de culto onde foi venerada.

### **Asidia**

Estamos perante uma divindade documentada pela primeira vez e registada por dois altares no mesmo espaço sagrado, em que as características das duas aras nos remetem para uma área restrita de culto, seguramente de âmbito familiar. Quanto a uma possível análise linguística do nome *Asidiae*, António Assunção, José d’Encarnação e Amílcar Guerra, os primeiros que se debruçaram sobre estas duas aras, apontam para uma semelhança lexical

---

<sup>67</sup>Merece especial destaque a inscrição a *Arentio Tanginiciaeco* (ILER 724), identificada em Rosmaninhal, concelho de Idanha-a-Nova, cujo epíteto se identifica com o antropónimo *Tangini*, bastante documentado nesta região.

<sup>68</sup>*Ocelum* é uma cidade mencionada por Ptolomeu (2, 5, 7) e Plínio (*Nat. Hist.* 4, 118).

entre o epíteto *Aseddiago*, registado numa ara à divindade *Nimmedo* (AE 1935, 11), proveniente de Mieres, Asturias e o nome da divindade identificada nas inscrições de Alcains. Contudo, a ausência do culto a *Nimmedo* em toda a Beira Interior não nos permite aceitar este argumento, apesar das semelhanças que possam existir entre o epíteto da divindade, cultuada na zona de Astúrias e a divindade aqui em análise.

Além do interesse destas duas inscrições em documentarem uma nova divindade indígena na Península Ibérica reside, como referimos anteriormente, na particularidade de uma destas aras apresentar o antropónimo *Poltúrio* e o epíteto de uma das divindades, foneticamente identificado com a *gentilitas*. Esta semelhança permite reconhecer, segundo José d'Encarnação, o fundador da *gentilitas* (Encarnação, 2011c), cujos membros seriam designados de *Polturícios*.

### **Bandue**

O teónimo *Bandue*<sup>69</sup> encontra-se largamente documentado na Península Ibérica e amplamente estudado, constituindo mesmo uma das mais emblemáticas divindades cultuadas na Lusitânia (Encarnação, 2000a). Ainda assim, tem levantando inúmeras questões relativas não só quanto à sua função, como também à interpretação do nome, que nos permite questionar se estaremos perante o próprio nome da divindade, ou se o mesmo corresponde a um mero apelativo indígena e em que o epíteto seria o próprio nome da divindade, como referimos quando estudamos a inscrição a *Bandu Pico*, de S. Vicente da Beira (Curado *et al.*, 2003).

Para José d'Encarnação e pese embora as diferentes formas com que é documentado o nome da divindade, entende que estamos perante uma única divindade “com epítetos variáveis de lugar para lugar e formas linguísticas diferenciadas” (Encarnação, 1975: 141), podendo ser característico de uma determinada região. Assim, as distintas grafias em que aparece o nome da divindade: *Banda* (dativo *Bande* e *Bandei*); *Bandis* (dativo *Bandi*) e *Bandua* (dativo *Bandue*), não são mais do que variantes dialetais da mesma deidade, podendo até corresponder a dificuldades de adaptação ao uso da língua latina.

---

<sup>69</sup>Por questões de uniformização, optamos por utilizar a forma *Bandue*, uma das variantes em dativo do nome da divindade.

Apesar das várias questões levantadas em torno do nome *Bandue*, não subsistem dúvidas que estamos perante um nome indo-europeu e que alguns autores tentam comparar com a forma *\*bhendh-*, “atar, ligar”, podendo, por esta via, entender-se que o deus estaria ligado a uma povoação ou tribo, reforçando, assim, a ideia de uma divindade tutelar (Encarnação, 1975).

Olivares Pedreño (1997) procura explicar a semelhança do culto a esta divindade com o culto ao touro tendo em conta a área de distribuição do teónimo a *Bandue* e o culto a esse animal. Procura ainda, dentro da mesma linha de ideias, fazer uma aproximação da deidade *Bandue* ao deus *Cosus* e *Marte* indígena, avançando mesmo para uma única divindade e relacionadas igualmente entre si, pelo culto ao touro. Não concordamos com Olivares Pedreño no que respeita à interpretação de *Bandue* para a nossa região em estudo. Desconhecemos na Beira Interior o culto ao touro e não se documenta qualquer testemunho de culto à divindade *Cosus*.<sup>70</sup> Por outro lado, associar *Bandue* a *Marte* indígena, estaria longe de ser consensual e difícil de relacionar, tendo em conta o reduzido número de epígrafes a este deus latino, identificadas na Beira Interior.<sup>71</sup>

Para Blanca María Prósper (2002), *Bandue* poderá corresponder a uma divindade da paisagem, associada sobretudo a locais altos, montanhas.

No que respeita à forma feminina da divindade, Narciso Santos Yanguas (2014) entende que *Banda* ou *Bandue* poderá ter paralelos com a deusa romana *Fortuna*, aliás, tese defendida anos antes por Blanco Freijeiro (1957), com base na descoberta de uma pátera onde se representa *Bandi Araugel(ensi)* como figura feminina,<sup>72</sup> contrariando, assim, os inúmeros epítetos na forma masculina da divindade (Alarcão, 2009). Também Blázquez Martínez, citado por Virginia Muñoz entende que *Bandue* terá a mesma afinidade com a deusa *Fortuna*, chegando mesmo a afirmar que “todas las deidades indígenas hispanas en cuyo nombre entra el radical *Band-* son deidades asimiladas a *Fortuna* y que son protectoras de la familia o de la *gens*, al igual que las *Tutelae*” (Muñoz Llamosas, 2005: 148). Discordamos em parte da opinião de Blázquez Martínez, reiterando apenas a

---

<sup>70</sup> Até hoje, a inscrição mais próxima da nossa área de estudo, dedicada a *Cosus*, foi identificada em Aguada de Cima, Águeda (AE 1989, 283).

<sup>71</sup> Apenas se conhecem três inscrições a Marte: Alpedrinha (AE 1967, 141) e Idanha-a-Velha (AE 1967, 138; AE 1992, 953)

<sup>72</sup> Trata-se do único elemento iconográfico conhecido sobre esta divindade.

existência de alguns epítetos, de cariz toponímico, que poderão reforçar a ideia de estarmos perante uma deidade protetora de determinados lugares.

Pelas características dos epítetos, partilhamos a opinião de José d’Encarnação (Encarnação, 1987) que sugere estarmos perante uma divindade masculina.<sup>73</sup>

Em jeito de uma breve conclusão sobre esta deidade, podemos avançar para algumas questões que, apesar e se mostrarem ainda com grandes reservas, nos permite apontar para uma divindade de características tutelares:

- A particularidade dos seus epítetos, que poderão estar relacionados com os locais onde a divindade é cultuada e que nos pode remeter para epítetos “tópicos característicos do seu território ou espaço privado”, na opinião de Ângelo & Encarnação (2008: 181), considerados mesmo como epítetos de âmbito local;
- A vasta área em que se registam os teónimos, permite-nos avançar para uma divindade de culto alargado;
- Por último, de referir o género masculino da divindade, concordando com os epítetos que lhe estão ligados.

### **Marati Boro**

Se entendermos que na leitura da epígrafe da Quinta da Polida<sup>74</sup> estamos perante a divindade indígena *Marati*, então temos registado aqui a segunda ara dedicada a esta deidade, na região da Beira Interior.<sup>75</sup> Poderá ainda estar associado a este teónimo, uma outra inscrição identificada na região de Viseu (Fernandes; Carvalho & Figueira, 2009), apesar de serem colocadas grandes reservas na sua interpretação.

Para Cardim Ribeiro, o radical *Mar-* tem paralelos com a palavra *maros*, “grande”, sendo frequente não só na onomástica gaulesa, como também na onomástica pré-romana da Península Ibérica. Quanto ao sufixo *-tis*, este repete-se muitas vezes nas línguas célticas do mundo romano (Ribeiro, 2002b).

---

<sup>73</sup>Excetua-se, neste caso, a inscrição a *Bandi Isibraia* identificada em Bemposta, concelho de Penamacor (AE 1967, 133), cujo epíteto se apresenta na forma feminina.

<sup>74</sup>Inscrição n.º 8 do nosso catálogo.

<sup>75</sup>A outra ara a esta divindade diz respeito à inscrição de Monsanto, concelho de Idanha-a-Nova, cuja interpretação se divide entre *Marati* ou *Mars Borus*. A leitura da ara de Monsanto permite-nos verificar que estamos perante a divindade *Marati* e não *Marti* ou *Mars*, como é apontado pela maioria dos autores que a ela se referem (HEp 12, 623).

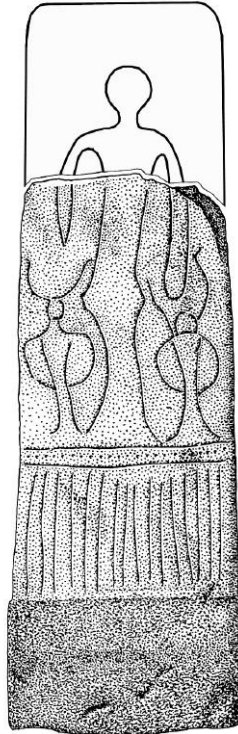
No que respeita ao seu epíteto, podemos estar perante um derivado do componente ilírico \*bora, associado por Francisco Villar (2000) a nomes de rios, não só em Hispânia, como também no centro da Europa. Maria de Lourdes Albertos Firmat (1966) relaciona o epíteto *Boro*, com “montanha”, “montanhês” e cujo relacionamento poderá ser evidente se tivermos em conta que a inscrição de Monsanto é originária de um local montanhoso.

### Oipaegia

Teónimo desconhecido até à descoberta de uma ara no Ladoeiro (Amaro, 1993), o que veio permitir corrigir, na inscrição de Castelo Branco, o nome da divindade, que até então estava identificada como *Dipainciae*.

O primeiro a debruçar-se sobre a inscrição de Castelo Branco foi Manuel de Paiva Pessoa que teria lido DII AINCIAE e que a interpretaria como *Dea Inciae*. Em 1984, José Manuel Garcia avançava com o teónimo *Dipainciae* e todos os outros autores que lhe seguiram, adotariam a leitura apresentada por Garcia, até à publicação, em 1993, da ara do Ladoeiro.

Figura 50 - Estela do Bronze Final - Monte de S. Martinho



(Fonte: Alarcão 2001: 334)

Perante estas duas aras, e até que novos dados não surjam, podemos dizer que estamos perante um culto localizado, correspondendo a uma área restrita e bem demarcada, o que levou Maria João Amaro a avançar para a existência de um santuário no local. Como as duas inscrições não procedem, ao contrário do que se tem avançado, do mesmo lugar, é precoce tentar relacionar o local com a existência de um templo a *Oipaegia*.

Ainda sobre esta divindade, Jorge Alarcão (2001) tece algumas considerações em torno do que seria as características de *Oipaegia*, chegando mesmo a comparar uma hipotética figura central da Estela do Monte de São Martinho (Castelo Branco) e datável do Bronze Final, com esta divindade (Figura 50).

Não concordamos com a interpretação apresentada por Jorge Alarcão, tendo em conta que a reconstituição da estela é meramente hipotética, podendo o objeto do lado direito da estela corresponder a uma espada (Correia, 2010), caindo assim por terra a hipótese de Jorge de Alarcão em ver os braços do que seria a figura central da estela. Por outro lado, é provável que a peça tivesse funções funerárias e não religiosas.

## Reve

Estamos perante mais uma divindade amplamente documentada no ocidente da Península Ibérica e que tem, como aconteceu com *Bandue*, levantado inúmeras questões quanto aos seus atributos e à interpretação dos epítetos que a acompanham. Aqui, também o nome aparece grafado de diferentes formas, o que tem proporcionado distintas interpretações.

São vários os autores que tentam ver, no nome do teónimo *Reve*, a ligação com os rios, constituindo mesmo um tema dado como seguro pelos investigadores espanhóis. O primeiro a desenvolver a ideia de atribuir a *Reve* o significado de rio, foi Fidel Fita, que tomando por base as duas aras identificadas no distrito de Castelo Branco,<sup>76</sup> propõe a decomposição do teónimo em *Reve Langanitaeco*, avançando para uma comparação dos atributos desta divindade, com a proteção dos rios, chegando mesmo a comparar a localização das inscrições com o rio Ponsul, curso de água que banha a *Civitas Igaeditanorum*: “el dios Reva no sólo fué adorado cerca del río Ponsul, em Idanha, sino también cerca del Miño, en Galicia” (Fita, 1914: 311). Posteriormente, outros

---

<sup>76</sup>[Re]ve Langanitaeco / [es?]t hostia · deliganda / [L]ucanus Adiei · f(i)lius), de Proença-a-Velha (AE1909, 246) e Rectus / Rufi f(i)lius) / Reve / Langa/nidaei/gui v(otum) s(olvit), de Medelim (AE 1909, 245).

investigadores partilharam da mesma opinião que Fidel Fita ao verem em *Reve* uma divindade fluvial ideia igualmente proposta por Florentino López Cuevillas e Rui Serpa Pinto (López Cuevillas & Pinto, 1933). Blázquez Martínez inclui esta divindade dentro das deidades aquáticas, tomando como suporte a inscrição do Mosteiro de Ribeira (Orense),<sup>77</sup> afirmando que “quizá la deidad tuviera un carácter acuático, ya que por el territorio de los arévacos celtiberos (Plin. *NH III*, 27) pasa un río llamado *Areua*, que tal vez sea el mismo nombre que se lee en la ara hallada en Mosteiro de Ribeira” (Blázquez Martínez, 1962: 185).

Em 1996, F. Villar tece algumas considerações sobre as características do teónimo *Reve* e a ligação com os seus epítetos, tendo em conta a inscrição a *Reve Reumiraego*, decompondo o epíteto em Reu + Mira, originando assim uma dedicatória ao deus do rio Mira (Villar, 1996).<sup>78</sup>

Por outro lado, Antonio Tovar (1966-67) procurou fazer uma comparação entre *Reve* e a divindade *Ceres*, tendo como base a inscrição rupestre do Cabeço das Fraguas, atribuindo uma função ligada ao campo e à planície.

Para Cardim Ribeiro, os epítetos da divindade parecem derivar não só de hidrónimos, como também de orónimos, não querendo dizer, na opinião deste investigador, que estejamos perante uma divindade ligada aos rios ou às correntes fluviais, podendo corresponder apenas a “simples definidores de território. Isto é, indicam — através de explícitas referencias a acidentes geográficos paisagisticamente marcantes no âmbito de um determinado microcosmos — a área de influência a qual se circunscreve aquela específica invocação do deus” (Ribeiro, 2010: 42).

Para José Manuel Garcia, o epíteto *Langanidaeco*, documentado nas três inscrições identificadas no distrito de Castelo Branco, poderá apontar “para um grupo de Lusitanos com esse nome e que viveria nas regiões de Alcains, Medelim e Proença-a-Velha, locais onde apareceram essas expressões que supomos relacionadas com entidades gentílicas” (Garcia, 1984: 69). A ideia de José Manuel Garcia é, em parte, uma teoria a ter em conta, se tivermos em atenção que muitos dos epítetos das divindades indígenas correspondem a

---

<sup>77</sup>Peregrinus / Apri f(*ilius*) Reve / Veisuto (HEp 2, 1990, 541).

<sup>78</sup>Mira é o nome de um rio da província de Cuenca (Espanha) e que segundo F. Villar, dá também nome à Serra de Mira e a uma localidade, nas proximidades desse rio. Em Portugal, o nome Mira está associado a diversos hidrónimos, topónimos e orónimos.

gentilidades, caso bem documentado, por exemplo, pelas inscrições a *Asidia*, identificadas em Alcains<sup>79</sup> e a *Arentio Tanginiciaeco* descoberta no Rosmaninhal, concelho de Idanha-a-Nova (AE 1941, 120).

Para a ara a *Reve Langanidaeco*, de Alcains, dificilmente entenderemos que os atributos da divindade possam estar relacionados com os rios. Inclina-mo-nos, sobretudo, para a possibilidade de estarmos perante uma divindade cujas características possam estar relacionadas com a *gens* que a cultuava, seguindo assim a ideia de José Manuel Garcia.

Pelo atrás exposto, fica demonstrado a complexidade da problemática relativa à interpretação das características desta divindade. Novas perspetivas se poderão abrir com a descoberta de outros testemunhos, que poderão contrariar, ou reforçar, algumas das hipóteses aqui apresentadas.

### **Trebaruna**

Põe-se, em relação a esta divindade, o mesmo problema de *Bandue* e *Arentio*, em que o teónimo apresenta diferentes grafias: *Trebarune*, no Fundão (Vasconcelos, 1895) e Sabugal (Rodrigues, 1959); *Trebaroni*, em Cória (Callejo Serrano, 1965); *Trebaronne*, na Lardosa (Pessoa, 1930-31); *Trebaronna*, em Penha-a-Garcia (Ribeiro, 1976: 137) e *Triborunnis*, em Cascais (Encarnação, 1985). A interpretação para estas diferentes formas de escrita do teónimo é, para José d'Encarnação, resultado de variantes dialectais que iam ficando por explicar ao longo das diversas publicações que se debruçaram sobre as diferentes epígrafes (Encarnação, 1988). Contudo, devemos ter em conta que todos os testemunhos identificados até agora se inscrevem na Lusitânia, sendo a maior parte provenientes da Beira Interior, facto que nos permite pensar que poderá ter sido aqui o centro de expansão deste culto. Desta forma, as diferentes grafias apresentadas poderão ser o resultado de um culto de carácter pessoal, tendo em conta a zona onde era venerada. Assim, acreditamos que, apesar dos diferentes nomes atribuídos, estamos perante a mesma divindade e não diferentes divindades.

A descoberta do primeiro monumento a esta deidade, em 1892, na região do Fundão (AE 1896, 2),<sup>80</sup> veio suscitar diversas interpretações quanto à origem do nome e atributos da

---

<sup>79</sup>Incrições n.º 2 e 3 do nosso catálogo.

<sup>80</sup>*Ara(m) pos(uít) // Tongius / Tongetami / F(i)lius . Igaedit(anus) / milis / Trebarune / L(ibens) M(erito) . V(otum) . S(olvit)*

divindade. Para José Leite de Vasconcelos, servindo-se da opinião de alguns linguistas, atribui ao nome *Trebaruna* uma origem céltica e decompondo o mesmo em *Trebo-*, “casa” e *-runa*, “segredo” que seria portanto, o “segredo da casa”. Com base nesta observação, Leite de Vasconcelos afirma que “a nossa deusa teria não só origem céltica, mas seria, pelo menos originariamente, um *penate*, um *genio domestico*” (Vasconcelos, 1895: 230).

Contudo, a identificação no mesmo local e na mesma data, de uma ara à deusa romana *Victoria* (AE 1896, 1),<sup>81</sup> mandada erguer pelo mesmo cidadão da ara a *Trebaruna*, um soldado natural da *Civitas Igaeditanorum*,<sup>82</sup> permitiu a Leite de Vasconcelos definir um alargamento dos atributos desta deidade, passando de divindade caseira a divindade guerreira, vendo assim um sincretismo do culto entre a deusa romana *Victória* e à divindade indígena *Trebaruna*. Aliás, o mesmo sincretismo que José Manuel Garcia defenderia em 1984, indo mais longe ao comparar a área de distribuição dos dois cultos que, segundo aquele investigador, seria praticamente a mesma (Garcia, 1984). Esta questão é ainda reforçada por Teodora Olteanu, tendo em conta a frequência dos cultos a *Victória* e *Trebaruna* entre os Lusitanos, testemunhados na mesma área geográfica (Olteanu, 2008).

Jorge Alarcão (1988) admite a possibilidade de a divindade indígena *Trebaruna* se assemelhar à deusa romana *Victória*, tendo em conta, igualmente, a quantidade de testemunhos das duas divindades no mesmo espaço de culto. Contudo, não se dispõe, até ao momento, de dados sólidos para confirmar a existência do mesmo *interpretatio* para estas duas divindades.

Contudo, já anos antes, Scarlat Lambrino teria contestado a teoria de se ver um sincretismo entre estas duas divindades, entendendo que o culto à divindade indígena *Trebaruna* poderia representar antes um génio tutelar, ligado ao povo da *Civitas Igaeditanorum* (Lambrino 1957).

Outra das características da divindade *Trebaruna* poderá ser a de uma divindade aquática, cujo nome possui, para Manuel Alberro (2007), elementos relacionados com alguns hidrónimos e aquíferos locais. Marta González Herrero chega mesmo a relacionar *Trebaruna* com os cursos de água, ao ponto de afirmar “que es indiscutible, puesto que en

---

<sup>81</sup>[T]ongius / [T]ongetami / F(*ilius*) V(*eteranus*) miles signifer / coh(*ortis*) . II . Lus(*itanorum*) / Viqtoriae (sic) / V(*otum*) . S(*olvit*) . L(*ibens*) . M(*erito*) // Ardunnus / Comini . F(*ilius*) . F(*ecit*)

<sup>82</sup>Toncivs Toncetami f(*ilius*).

la formación del teónimo está presente como apelativo un elemento paleoeuropeo con ella relacionado. Trebaruna podría traducirse como «que tiene una corriente o río por morada» o «río del Pueblo»” (González Herrero, 2002: 426).

Para a ara de Castelo Branco, não partilhamos a ideia de ver em *Trebaruna* uma deusa ligada aos cursos de água, mas antes uma divindade protetora do núcleo populacional onde era venerada, no seguimento da hipótese levantadas por Scarlat Lambrino ao ver *Trebaruna* como um génio tutelar, quem sabe até, protetor dos Igeditanos (Lambrino, 1957).

### 5.1.1.3. Os rituais

A análise dos diversos teónimos identificados no concelho de Castelo Branco e proveniente do estudo das 25 inscrições votivas, 11 das quais dedicadas a divindades indígenas e 9 a divindades romanas, permite-nos reconstituir, ainda que com algumas reservas, a história da religião nesta região, ao tempo dos romanos, assim como os aspetos sociais e culturais ligados às diferentes manifestações de âmbito sagrado. Desconhece-se, até ao momento, qualquer culto a divindades orientais na região de Castelo Branco.

A divindade mais representativa do panteão indígena é sem dúvida *Bandue*, que se documenta por 3 vezes, correspondendo a 27% das deidades identificadas, pertencendo a um teónimo de âmbito genérico, largamente documentado na Península Ibérica, conforme descreveu Daniela de Freitas Ferreira (2012). Com menos de três testemunhos temos *Asidia*, com duas aras, correspondendo a um teónimo restritamente de âmbito local. As restantes divindades (*Arentio*, *Cairiensibus*, *Marati*, *Reve*, *Oipange* e *Trebaruna*) apenas se registam uma única vez no concelho de Castelo Branco, sendo algumas delas exclusivas da Beira Interior<sup>83</sup> e outras, apesar de surgiram aqui apenas uma vez, documentam-se com frequência na Península Ibérica.<sup>84</sup>

As características dos teónimos e respetivos epítetos aqui analisados permitem-nos realçar a importância da investigação desenvolvida por José d’Encarnação ao estabelecer um certo padrão geográfico, relacionando as divindades indígenas com “determinados estratos étnicos ou *populi*” (Encarnação, 1990: 444). Para José d’ Encarnação, esta análise é feita

---

<sup>83</sup>*Cairiensibus*, *Marati*, e *Oipaegia*, são teónimos identificados no concelho de Castelo Branco e exclusivos da Beira Interior.

<sup>84</sup>Referimo-nos às divindades *Reve* e *Trebaruna*.

tendo como base os epítetos das divindades, que nos remetem para a esfera local e muitas vezes associados igualmente a antropónimos.<sup>85</sup>

Reforça esta teoria, a inscrição a *Asídia* que, como vimos, se trata de uma dedicatória pela *gentilitas* dos Polturícios, cujo fundador teria sido Polturio, filho de Cenão, adotando-se para a divindade o epíteto da *gentilitas*.

No que respeita a locais de culto, a descoberta de um número significativo de inscrições votivas no Monte de São Martinho, levou-nos a admitir, em 1982, de que o local deveria ter sido reservado a lugar culto, depois do seu abandono pela população e fixarem-se na planície, onde existem abundantes vestígios da época romana e que poderão corresponder a um tipo de *habitat* disperso (Garcia & Leitão, 1982). Não concordamos com a opinião de D. Fernando de Almeida quando refere a possível existência de um templo a *Mercúrio*, no local onde hoje se situa a Ermida de Nossa Senhora de Mércules (Almeida, 1956). Deste sítio apenas se documenta uma única inscrição votiva (n.º. 23), cujo teónimo não se conseguiu identificar, pelo grande desgaste da pedra.

A identificação das duas inscrições a *Asidia*, em Alcains, remete-nos igualmente para a possibilidade da existência de um lugar de culto a esta divindade, no local onde hoje se situa a capela de S. Domingos (Encarnação 2013b).

Por outro lado, as fontes literárias contemporâneas falam-nos de cultos e rituais religiosos, praticados pelos povos que habitavam a Península Ibérica, à chegada dos romanos. Estrabão, falando dos Lusitanos, relata que “fazem sacrifícios, observam as entranhas sem as arrancarem, examinando também as veias do peito, e adivinham pela simples apalpação. Fazem também augúrios, observando as entranhas dos prisioneiros, depois de os cobrirem com capas. Depois, quando as entranhas são feridas pelo arúspice, fazem uma primeira predição pela maneira como a vítima cai. Cortam a mão direita aos prisioneiros e oferecem-na aos Deus... Comem sobretudo carne de bode e sacrificam bodes, prisioneiros e cavalos a Ares” (Alarcão, 1988: 153), o que nos permite deduzir da existência de locais reservados a culto, certamente ao ar livre. A inscrição de Ninho do Açor (n.º. 22) representa

---

<sup>85</sup>Um exemplo concreto é também a inscrição a *Arantio Tanginiciaeco* de Rosmaninhal, concelho de Idanha-a-Nova. Aqui o epíteto da divindade é perfeitamente identificável com o antropónimo *Tanginus*, largamente documentado na região da Beira Interior. Assim, *Arentius* seria a divindade protetora deste núcleo familiar, à semelhança com o que sucede com a inscrição de Alcains a *Asidiae Polturiciorum*.

o que poderá ser um desses sacrifícios com a intervenção de sacerdotes e onde seria, certamente, sacrificado um animal.

### 5.1.2. Divindades romanas

Da reduzida lista de divindades clássicas, cultuadas na região de Castelo Branco, verifica-se uma clara predominância do culto a Júpiter Ótimo Máximo.

Como referimos anteriormente, a difusão do culto ao deus romano poderá encobrir uma divindade indígena, cujas características poderiam ser semelhantes. Das restantes divindades, observa-se um reduzido número de testemunhos a Vitória (1), Tutela (1) e Juno(1), esta última divindade com epíteto de cariz indígena.

Segue-se um breve comentário a cada divindade latina, documentada no concelho de Castelo Branco.

#### Juno

Juno é uma das três divindades que constituíam a Tríade Capitolina. Como Júpiter, a sua invocação não terá tido o sentido de divindade de carácter político, associada ao poder de Roma. Juno é, sobretudo, a deusa protetora das mulheres e das funções femininas (Encarnação, 1984: 793). Ela aparece como figura feminina e desprovida, quase sempre, de epítetos que a possam relacionar com outro tipo de evocação (Delgado Delgado, 1993).

O culto a esta deusa está documentado em Portugal apenas com oito inscrições.<sup>86</sup> Muito pouco, se compararmos com o culto a Júpiter, em todo o território nacional. Dos oito testemunhos identificados, 2 são provenientes da região da Beira Interior; Castelo Branco<sup>87</sup> e Monsanto, no concelho de Idanha-a-Nova (AE 1909, 242).<sup>88</sup>

A inscrição de Castelo Branco é uma das poucas em que Juno aparece com epíteto. Quando publicamos pela primeira vez a inscrição, entendemos que o epíteto *Linteicae* poderia derivar da palavra latina *lineum* “linho”, o que nos levou a pensar que esta

---

<sup>86</sup>São Miguel das Caldas (CIL II 2407), uma das poucas inscrições em território português onde se documentada a Tríade Capitolina; Felgueiras (CIL II 2409a); Castelo Branco (RAP 209); Condeixa-a-Velha (RAP 376); Freixo de Numão (CIL II 430); Monsanto (RAP 377); Santarém (RAP 162); Beja (IRCP 229).

<sup>87</sup>Inscrição nº 12 do nosso catálogo.

<sup>88</sup>Iuno/ni Ca/bura / [---]

divindade poderia ser invocada como protetora dos campos (Garcia & Leitão, 1982). Hoje rejeitamos a hipótese levantada em 1982. Não nos parece possível relacionar o epíteto *Linteicae* com o latim *lineum* pelo simples facto de ser estranho associar-se um epíteto indígena a um substantivo latino. Partilhamos a opinião de Blanca María Prósper (2002) ao atribuir ao epíteto *Linteicae* uma origem toponímica, a idêntico de muitos outros epítetos das divindades indígenas cultuadas nesta região.

Ainda sobre esta questão, Jorge de Alarcão apresenta-nos uma outra interpretação relacionada com opção de não existir um nexa em *TE*. Assim, este arqueólogo procura ver no epíteto *Lineicae*, a possibilidade de estarmos perante o povoado *Lennium*, citado em *De Bello Hispaniensi* (Alarcão, 2004). Não concordamos com a proposta de Alarcão em ver, no Monte de S. Martinho, o que poderia ser o povoamento *Lennium*. Voltámos a observar a inscrição e apesar de ser pouco visível o nexa *TE*, o mesmo parece-nos ser de considerar, já que existem vestígios do que poderá ser um travessão na parte superior do traço vertical do *E*, pelo que a leitura mais verosímil é a que apresentamos quanto estudámos pela primeira vez a inscrição, ou seja, *Linteicae*. Ainda assim, interpretamos *Linteicae* como possível derivado de um topónimo, conforme afirma Blanca María Prósper, “lo más probable es que estemos como es habitual ante el derivado de um topónimo, en este caso *\*lent-ya*, derivado de IE *\*lento-* “flexible, que se comba” [...]. Su paralelo más cercano es evidentemente la ciudad austríaca de *Lentia*, hoy Linz” (Prósper Pérez, 2002: 315).

Mediante esta análise, é provável que estejamos perante uma divindade tópica, protetora de um núcleo populacional, mas não *Lennium*, como Jorge de Alarcão aponta para a interpretação do epíteto.

### **Júpiter**

*Júpiter* é a divindade mais cultuada na região, mesmo tendo em conta as deidades indígenas.

A existência de um elevado número de inscrições a *Júpiter*, em zonas menos romanizadas e onde existe uma maior concentração de divindades indígenas, aponta para uma quase exclusividade do seu culto, em prejuízo das outras divindades do panteão latino (Olivares Pedreño, 2009), ou ainda para o encobrimento de uma divindade indígena, apresentando

assim um sincretismo religioso, defendido por alguns dos investigadores que se têm dedicado a esta problemática. Leite de Vasconcelos alude a esta situação, tendo em conta que as zonas onde surgiram mais inscrições, dedicadas a Júpiter, podem corresponder a locais onde a romanização se fez sentir mais lentamente. No entender deste arqueólogo, “nem em todas as inscrições consagradas a Juppiter se adoraria pura e simplesmente a luminosa deidade do Capitólio; em algumas d’ellas é muito provável que o formulário romano encobrisse uma devoção pré-romana” (Vasconcelos, 1913: 228).

A grande quantidade de testemunhos ao deus supremo dos romanos poderá indiciar uma melhor adaptação deste deus, ao sistema religioso dos povos desta região. Aliás, facto também observado por Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Eugénio dos Santos, ao estudarem as inscrições a Júpiter do Castro de Fiães, avançando mesmo que ao tratar-se de um deus máximo, “era o que melhor poderia substituir os deuses tópicos” (Almeida & Santos, 1971: 159).

Esta divindade faz parte da tríade capitolina conjuntamente com Juno e Minerva. Na região de Castelo Branco apenas se identificou uma inscrição a Juno e desconhece-se, até ao momento, qualquer dedicatória a Minerva, o que nos leva a pensar que não estaremos perante o culto a Júpiter com sentido da Tríade Capitolina, mas sim como uma divindade cujo sentido se afasta do que poderia ser a sua função de elemento destacado da teologia imperial, como expõe Antonio Romero Pérez (1994).

A quantidade de documentos epigráficos identificados no concelho de Castelo Branco demonstra a importância que teve o culto a esta divindade, dentro do contexto indígena da região. Das seis inscrições conhecidas, duas apresentam-no como Júpiter Ótimo Máximo Conservador, outras duas como Júpiter Ótimo Máximo e as restantes duas apenas como Júpiter, desprovido de qualquer epíteto.

Por outro lado, se analisarmos os locais de proveniência das epígrafes, podemos observar que as mesmas se distribuem numa linha que parece corresponder à via romana que vinha da *Civitas Igaeditanorum* e que certamente ligaria com a estrada romana de *Emérta* a *Brácara*, entrando no concelho de Castelo Branco no local onde hoje se situa a Ponte da Munheca<sup>89</sup> e que passava nas proximidades da Mata, seguindo por Escalos de Baixo e

---

<sup>89</sup>Junto da Ponte da Munheca existem restos do que poderia ser uma ponte de origem romana.

Escalos de Cima, com direção a São Vicente da Beira.<sup>90</sup> Fora deste itinerário, apenas se documenta a inscrição de Freixial do Campo. Esta distribuição espacial do culto a Júpiter, na região de Castelo Branco, poderá estar em concordância com a teoria avançada por Jorge de Alarcão, em 1988, ao apontar a distribuição do culto a esta divindade em zonas militarizadas, o que nos levou a afirmar, quando estudámos a inscrição da Mata, que o “culto a esta divindade poderia corresponder à zona militarizada da *Civitas Igaeditanorum*” (Leitão, 1985: 163). Olivares Pedreño partilha a opinião de que o culto a esta divindade, em zonas rurais, ou nas cercanias das cidades mais importantes, poderá refletir o “culto a la divinidad como símbolo del estado romano, de su cultura, de modo semejante al fenómeno que se produce en las ciudades y en las áreas con destacamentos militares” (Olivares Pedreño, 2009: 339).

Contudo, a descoberta de testemunhos do culto a Júpiter, em contexto rural e muitas das vezes isolados, quase sempre afastados dos centros urbanos e das capitais das *civitates*, permite-nos rejeitar, em parte, esta teoria e pensar que podemos estar perante lugares sagrados onde, muito provavelmente, não teriam existido edifícios destinados a culto, facto que se identifica conformemente para os testemunhos recolhidos no concelho de Castelo Branco.

É frequente, devido à quantidade de testemunhos do culto a Júpiter, em zonas com forte componente indígena, apontar-se para a existência de um sincretismo entre o deus romano e alguma divindade indígena. Contudo, esta associação é ainda pouco esclarecedora, como afirma Olivares Pedreño, já que são escassos os testemunhos iconográficos disponíveis que possam identificar uma divindade indígena associada ao teónimo romano, como sucede, por exemplo, em território galo (Olivares Pedreño, 2000).

## **Tutela**

As dedicatórias a Tutela em território português são escassas. Apenas conhecemos seis testemunhos do culto a esta divindade e todos a norte do rio Tejo.<sup>91</sup> A inscrição de Alameda é a única documentada, até ao momento, na Beira Interior.

---

<sup>90</sup>Nas proximidades da Vila de São Vicente da Beira, na vertente sul da Serra da Gardunha, ainda são visíveis vestígios da antiga via romana.

<sup>91</sup>Três provenientes de Chaves, uma de Carrazeda de Ansiães (ILER 703), outra de Moncorvo (Pereira *et al.*, 2012) e por último a inscrição de Alameda (n.º. 19 do nosso catálogo).

Os poucos testemunhos identificados e o aparecimento desta divindade em zonas de menor romanização e, sobretudo, em contexto indígena, tem suscitado diversas interpretações, no sentido de se ver em *Tutela* o encobrimento de alguma divindade indígena com as mesmas características, se tivermos em conta o caráter genérico desta deidade. Virginia Muñoz chega mesmo a comparar a *interpretatio romana* de *Tutela* com a divindade indígena *Bandue* (Muñoz Llamosas, 2005).

Por outro lado, o aparecimento desta divindade, em alguns locais termais, levou a que diversos autores considerassem *Tutela* como uma deusa protetora das termas (Díez de Velasco, 1985). Entretanto, M. J. Pena ao tratar do culto a *Tutela* na Hispânia relacionou esta divindade com os cursos de águas, charcos ou mananciais (Pena, 1981). Também José María Blázquez Martínez e Maria Paz Garcís-Gelabert (1992: 25) incluem esta divindade dentro dos deuses de caráter aquático. Entendemos que esta hipótese deve ser considerada com bastantes reservas, sobretudo para as inscrições em território português.

No que respeita à inscrição de Alameda, podemos estar perante o encobrimento de uma dedicatória a alguma divindade indígena, aliás tese também defendida por José d'Encarnação, quando diz que “depressa os indígenas haviam adaptado a seu gosto os deuses tutelares que a mitologia romana lhes oferecia: os Lares, as Ninfas, as Tutelas, os Numina, os... Deuses: Lares Caienses, Nymphae Lupianae, Dii Deaeque Coniumbrigensium...” (Encarnação, 2002a: 12).

Assim, este sincretismo poderá estar, de certa forma, relacionado com o culto tutelar, assumindo múltiplas funções que reúnem características de divindades indígenas e romanas, como Olivares Pedreño (1998-99) observou para a deusa *Nabia*.

## **Victoria**

São conhecidos, na Península Ibérica, diversos testemunhos do culto a *Victoria*, cuja maior concentração se pode observar na Lusitânia, a norte do rio Tejo e que corresponde, sobretudo, à zona da Beira Interior (distritos de Castelo Branco e Guarda). Esta concentração de testemunhos permite-nos observar uma preferência do culto a *Victoria* em detrimento de outras divindades do panteão romano, se não tivermos em conta o culto Júpiter.

A interpretação de um maior número de dedicatórias a *Victoria* na Lusitânia, em zona que coincide com o culto à divindade indígena *Trebaruna*, tem permitido pensar numa assimilação entre estas duas divindades (Olteanu, 2008).

Sobre esta problemática, remetemos para as considerações desenvolvidas quando tratámos da divindade indígena *Trebaruna*.

Encobrimo, ou não, uma divindade indígena, o certo é que o culto a *Victoria*, na região de Castelo Branco, teve por parte da população autóctone, uma certa aceitação em relação ao resto das divindades do panteão latino.<sup>92</sup>

Apresentado o elenco das divindades latinas, importa realçar que apesar do diminuto número de documentos identificados, no concelho de Castelo Branco, os mesmos constituem um testemunho importante para o estudo dos processos de assimilação das divindades, que oriundas de um império, não substituíram as divindades locais. Antes pelo contrário, coexistiram pacificamente, resultado de uma vivência conjunta entre conquistado e conquistador, ocorrendo um sincretismo religioso e, por conseguinte, uma aculturação dos dois lados, a qual se verificou ao longo do tempo.

Assim, reconhece-se que houve, por parte de Roma, uma fraca imposição dos seus deuses e da onomástica das populações que os cultuavam, conforme observa igualmente Maria Luz Barberarena, para a parte espanhola do *Conventus Emeritensis* (Nuñez Barberarena, 2005), o que nos leva a concluir que não terá existido uma obrigatoriedade expressa, de culto às divindades do panteão latino.

A descoberta de um significativo número de inscrições a *Iovi*, em Escalos de Cima e S. Vicente da Beira, remete-nos para uma possível existência de templos a este deus romano, nestas duas localidades e onde têm sido identificados inúmeros vestígios dessa época (Vasconcelos, 1918).

Em síntese, podemos organizar da seguinte forma as divindades cultuadas no concelho de Castelo Branco, entre deidades indígenas e romanas:

---

<sup>92</sup>Excluimos desta equação, como referimos anteriormente, o culto a Júpiter em território português.

Tabela 1 - Relação das divindades

Freguesias		Divindades
<b>Alcains</b>	3	Asidia (2), Reve (1)
<b>Almaceda</b>	1	Tutela (1)
<b>Castelo Branco</b>	5	Victoriae (1), Iunoni (1), Marati Boro (1), Bandi (1), Oipaengiae (1),
<b>Escalos de Cima</b>	3	Iovi (2), Diis Cairiensibus (1),
<b>Freixial do Campo</b>	1	Iovi (1)
<b>Lardosa</b>	1	Trebaronne (1)
<b>Mata</b>	1	Iovi (1)
<b>Ninho do Açor</b>	2	Arentiae et Arentio (1), Bande (1)
<b>S. Vicente da Beira</b>	4	Iovi (2), Bande (2),

(Fonte: Própria)

## 5.2. Sociedade

Ao longo do catálogo epigráfico, fomos deixando algumas observações não só sobre cada inscrição, como também breves reflexões sobre a onomástica registada em cada uma delas. É com base nessas considerações que iniciaremos a análise à sociedade que habitava a região de Castelo Branco, ao tempo dos romanos.

Como podemos observar, a maioria dos nomes registados são de proveniência hispânica, “se não mesmo de origem local”, como afirma Ana Paula Ferreira (Ferreira, 2004: 21). Por outro lado, se tivermos em atenção as considerações que José d’Encarnação teceu, para a onomástica do *Conventus Pacensis* (Encarnação, 1984), podemos notar que a antroponímia na região de Castelo Branco passou, também ela, por diversos estádios de evolução, que vai da mais simples até à adoção completa do esquema latino de identificação do indivíduo, como cidadão romano.

A fase mais antiga poderá corresponder àquela em que se regista apenas um nome, seguido do patronímico. Esta identificação do indivíduo, somente com um nome, aparece-nos em contexto indígena, onde a romanização seria ainda incipiente (Encarnação, 2010a).

Encontram-se nesta situação grande parte dos antropónimos identificados na epigrafia romana do concelho de Castelo Branco, sobretudo nas inscrições datáveis do séc. I d. C.

Caso peculiar é o epitáfio de *Cilia e Sunua*, mandado lavrar por *Sunua*, em memória de sua filha e neta, que conserva o mesmo nome da avó materna. Documenta-se assim, três gerações da mesma família, comprovando-se aqui o papel que a mulher deveria ter na sociedade indígena da região e o poder económico, no caso de *Sunua*, ao fazer à sua custa, o presente monumento. Estamos, pois, perante um caso de enterramento coletivo, aliás, frequente na Península Ibérica, mas que na opinião de Maria Pilar Puente apresenta proporções maiores na região de Castelo Branco, tendo em conta os testemunhos epigráficos conhecidos (González-Conde Puente, 1995-97).

Por outro lado, é ainda possível verificar, nos diversos topónimos aqui registados, uma tendência para qualificar, pelo nome, as características físicas dos indivíduos, como José d'Encarnação observou na inscrição funerária do Monte de S. Martinho (Castelo Branco), em que *Pellius* poderia representar no início “um homem peludo” (Encarnação, 2003: 125).

Um segundo estágio corresponde a uma aculturação antroponímica em que o pai usa ainda nome indígena, enquanto o filho optou por um nome latino. Estão nesta condição algumas das epígrafe de Castelo Branco, como por exemplo a inscrição de Ninho do Açor, *Montanus Tangi f.* Documenta-se, assim, a passagem de uma onomástica indígena para latina; o pai apresenta um nome indígena, aliás, característico da região da Beira Interior, enquanto o filho ostenta já um cognome latino.

Por fim, o último estágio corresponde a uma plena utilização do nome romano, omitindo-se em muitos casos a filiação, o que poderá corresponder a indígenas romanizados que quiseram, assim, ocultar a sua descendência. Estão nesta situação um reduzido número de epígrafes; por exemplo duas das inscrições a *Iovi*, uma de Escalos de Cima, em que a oferta do voto é feita por uma mulher que se identifica à maneira romana, com *nomem* e *cognomen*. *Iulia Rufina* aparenta ser uma mulher de condição livre. A outra inscrição provém da Mata e onde *Lucius Marcius Rufus* se identifica, também ele, à maneira romana, com a *tria nomina*, omitindo a filiação.

Reveste-se, ainda, de extrema importância, as inscrições onde encontramos mencionado o nome de duas *gentilitas*. Se em Alcains temos identificada a gentildade dos *Polturícios*, que consagraram uma ara à divindade indígena *Asidia*, no Monte de S. Martinho (Castelo Branco), documenta-se a gentildade dos *Aesúrios* num epitáfio de *Boutio*, filho de *Pélio* e que a própria *gentilitas* se encarregou de mandar colocar.

Assim, é dado a conhecer espaços diferentes onde teriam existido, ao tempo dos romanos, dois núcleos populacionais perfeitamente identificados pelos registos epigráficos. No que respeita à *gentilitas* dos *Aesúrios*, é notório o vínculo de parentesco que unia as gentes desta gentildade. Como referimos, quando apresentamos as epígrafes de Alcains, *Poltúrio* seria o antepassado comum, se não mesmo o fundador da *gentilitas* (Hurtado Aguña, 2003-2004). Para a inscrição do monte de S. Martinho, e enquanto novos dados não surgirem, documenta-se uma nova gentildade, em zona não muito distante da Granja de Belgaios.

Uma outra questão que se tem colocado no que respeita à identificação de unidades familiares indígenas, é saber até que ponto possa existir uma relação de parentesco consanguíneo, entre grupos de indivíduos, cujos nomes se representam pelo genitivo de plural ou *cognationes*, como observa Armando Redentor para a epigrafia da região de Bragança (Redentor, 2002). José d'Encarnação (2004a) entende que, quando o cognome é etimologicamente composto a partir de um topónimo, devemos estar perante um cognome formado com base numa *gens*, ou seja, um nome ligado a um grupo familiar e a que Maria de Lourdes Albertos Firmat designaria de unidades suprafamiliares (Albertos Firmat 1975).

No que respeita à existência de população não livre, apenas se registam dois libertos na epigrafia do concelho (n.º.8<sup>93</sup> e n.º.31). Na ara de Castelo Branco, temos *Cília* liberta de *Vernáculo*. No epitáfio de S. Vicente da Beira temos *Cuteca*, liberta de *Áunia*, como documenta a sua filha, cujo nome se desconhece, devido à fratura da pedra. Aqui, a filha quis fazer questão de sublinhar a condição livre de sua mãe. Estas duas inscrições, apesar da pouca representatividade, permitem-nos, mesmo assim, assinalar uma nova situação jurídica, onde é patente a condição livre de *Cília* e *Cuteca* (Hernández Guerra, 2013), certamente de plena integração na sociedade e onde se deveria restringir apenas à comunidade doméstica, ou, como afirma Joly “quanto muito, ao contato com outros

---

<sup>93</sup>Se entendermos que a leitura por nós proposta para a ara a Marati Boro, seja a correta.

libertos de outras casas” (Joly, 2013). Esta questão remete-nos, seguramente, para a existência de uma comunidade de libertos na região de Castelo Branco.

Conhece-se apenas uma inscrição funerária em que se regista a idade com que os defuntos faleceram. Trata-se de uma placa proveniente das muralhas do castelo de Castelo Branco e hoje desaparecida. Considerando a informação dada pela bibliografia, pois a pedra acabou por se perder, temos aqui registado o epitáfio de três irmãos, mandado lavar por seu pai (*Cilio*) e sua mãe (*Sunua*), constando em cada um deles a idade com que faleceram. Assim, temos *Lucano* que teria falecido aos trinta anos de idade, *Amena* aos dezasseis anos e *Máxima* aos treze anos. Contudo, não se estranha a ausência da idade dos defuntos nas restantes epígrafes, se tivermos em conta que a colocação da idade com que se morre, poderá corresponder a uma questão cultural, ou até mesmo simbólica, conforme expõe José d’Encarnação (2000b).

Esta breve incursão pela onomástica registada na epigrafia de Castelo Branco, permite-nos sublinhar um aspeto importante, tendo em conta a presença maioritária de antropónimos indígenas e a forma como se identificam, também eles, à maneira indígena, facto que nos possibilita verificar o apego das gentes de antanho aos seus laços ancestrais, neste caso aos seus nomes, perante uma nova realidade cultural introduzida pelos romanos.

A observação de cada inscrição permitiu-nos, ainda, averiguar que a sociedade pré-romana girava em torno do indivíduo e do núcleo familiar. Aliás, conclusão a que Leite de Vasconcelos já tinha chegado, em 1905, ao tratar das *gentilitates* no 2º volume das *Religiões da Lusitania* (Vasconcelos, 1905) e reforçada por José d’Encarnação, em 2009, ao referir-se às inscrições da *Civitas Igaeditanorum*, “aqui o que contam são também as pessoas” (Encarnação, 2009b: 168).

Pela análise aos dados disponíveis, podemos verificar que as gentes locais se foram adaptando ao novo sistema onomástico e religioso, integrando-se gradualmente na nova estrutura introduzida pelo povo dominante, não abandonando, contudo, os seus nomes e deuses e convivendo pacificamente através da assimilação por ambos os lados: conquistado e conquistador.

(Página deixada propositadamente em branco)

## CONCLUSÃO

Ao desenvolver-se o presente estudo, houve a preocupação da observação direta de todo o conjunto epigráfico do concelho de Castelo Branco. Só assim foi possível confirmar do paradeiros de algumas inscrições, corrigir lacunas de leitura e constatar a do estado atual do património epigráfico, nesta região do Portugal romano e, desta forma, obter respostas a algumas questões relacionadas com o processo de aculturação sofrido pela população autóctone e as transformações que a chegada dos romanos poderiam ter introduzido na sociedade local. O estudo direto do conjunto epigráfico permitiu, ainda, conhecer um importante número de inscrições votivas e funerárias no território pertencente ao *ager* da *Civitas Igaeditanorum*, a par de se conseguir reunir numa só obra, todas as inscrições dispersas em várias publicações.

Por outro lado, as questões aqui colocadas não se encontram fechadas. Esta dissertação serve, também, para abrir a porta a novos rumos de investigação, permitindo uma tomada de consciência perante novas realidades deste património arqueológico, porquanto a descoberta de novos testemunhos epigráficos poderá reforçar, ou invalidar, algumas das questões aqui avançadas.

Ao observarmos o conjunto epigráfico do concelho de Castelo Branco, três aspetos se nos afiguram importantes:

- Conjunto com alguma homogeneidade, quer no núcleo de inscrições votivas, onde sobressai, na quase totalidade, a estrutura normal de uma ara (base, fuste e capitel), quer no núcleo das inscrições funerárias, quase sempre de forma retangular, com campo epigráfico rebaixado e separado por uma moldura simples, ou de duplo filete. Foge às características deste grupo, a inscrição de mármore (n.º 28) à qual apontamos uma proveniência externa ao concelho de Castelo Branco, pelo tipo de material e concepção da peça, onde sobressai uma decoração não identificada em mais nenhuma inscrição funerária do concelho. São de excluir ainda as duas placas quadrangulares provenientes da Lousa, que provavelmente teriam sido produzidas na mesma oficina lapidar e que fogem, igualmente, às características formais das restantes peças;

- Uma aculturação antroponímica não tão intensa, como a que se verificou em outras regiões do Portugal romano, por exemplo no Sul de Portugal;
- Uma identidade cultural própria, quer das divindades indígenas, algumas delas cultuadas apenas no concelho de Castelo Branco, quer do estrato da população que as venerava, onde podemos observar antropónimos circunscritos apenas à área da nossa região de estudo.

Não deixa ainda de ser notório que a maior concentração de vestígios epigráficos se observa no centro e norte do concelho de Castelo Branco (Anexo II - Figura 50), em zona de maior índice de romanização, conforme documentam os vestígios arqueológicos identificados ao longo dos anos (Leitão, 1994). Esta situação poderá ser um indício de uma maior aceitação dos hábitos culturais romanos, contra um afastamento destas práticas culturais a sul e oeste do concelho.

A inexistência de escavações arqueológicas em locais de ocupação romana, no concelho de Castelo Branco, não permite verificar da existência de relações entre os testemunhos epigráficos e a localização das *civitates* ou *villae*, ficando assim o nosso trabalho órfão de uma adequada análise espacial.

Para concluir, não será de mais acautelar que as questões aqui observadas tiveram como base um conjunto de dados que a todo o momento poderão ter outras interpretações, tendo em conta a descoberta de novos vestígios epigráficos, como já fizemos questão de salientar.

(Página deixada propositadamente em branco)



## BIBLIOGRAFIA

- A -

- ABÁSALO ALVAREZ, José Antonio & CRESPO, Gonzalo Alcalde (2003). Altares funerários en Cildá. Epitafio de Turenia. *Publicaciones de la Institución Tello Téllez de Meneses*. Palencia: Institución Tello Téllez de Meneses, nº. 73, pp. 117-124.
- ABASCAL PALAZON, Juan Manuel (1994). *Los nombres en las inscripciones latinas de Hispania*. Murcia: Universidade de Murcia.
- AE = *L'Année Épigraphique*. Paris: Presses Universitaires de France.
- ALARCÃO, Jorge de (1988). *O domínio romano em Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América, 3ª Edição.
- ALARCÃO, Jorge de (2001). Novas perspectivas sobre os lusitanos (e outros mundos). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, volume 4, número 2, pp. 293-349.
- ALARCÃO, Jorge de (2004). Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – I. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, vol. 7, nº. 1, pp. 317-342.
- ALARCÃO, Jorge de (2009). A religião dos Lusitanos e Calaicos. *Conimbriga*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. XLVIII, pp. 81-121.
- ALBERRO, Manuel (2007). Diosas de Galicia com equivalentes célticos o indoeuropeus. *Anuario Brigantino*. Betanzos: Concello de Betanzos, nº. 30, pp. 89-116.
- ALBERTOS FIRMAT, Maria de Lourdes (1964). Nuevos Antropónimos Hispánicos. *Emerita*. Madrid: Instituto de Lenguas y Culturas del Mediterráneo y Oriente Próximo, vol. XXXII, fasc. 2, pp. 209-252.
- ALBERTOS FIRMAT, Maria de Lourdes (1965). Nuevos Antroponimos Hispánicos. *Emerita*. Madrid: Instituto de Lenguas y Culturas del Mediterráneo y Oriente Próximo, vol. XXXIII, fasc. 1, pp. 109-143.
- ALBERTOS FIRMAT, María Lourdes (1966). *Onomástica personal primitiva de Hispania: Tarraconense y Bética*. Salamanca: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- ALBERTOS FIRMAT, Maria de Lourdes (1975). Organizaciones suprafamiliares en le España antigua. *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueologia*.

Valladolid: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Valladolid, tomo XL-XLI, pp. 5-66.

ALMEIDA, Fernando de (1956). *Egitânia: História e Arqueologia*. Lisboa: Faculdade de Letras.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de & SANTOS, Eugénio dos (1971). O Castro de Fiães. *Revista da Faculdade de Letras do Porto*. Porto: Faculdade de Letras, nº. 2, Série História, pp. 147-168.

ALMEIDA, Justino Mendes de (1975). Ainda acerca do desenvolvimento da sigla verbal numa fórmula de monumentos votivos. *Revista de Guimarães*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, vol. LXXV, pp. 95-108.

ALMEIDA, Justino Mendes de (1983). A epigrafia na exposição de escultura romana do Museu Nacional de Arqueologia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, série IV, vol. I, pp. 337-346.

ALONSO CUEVILLAS, Florentino López & PINTO, Rui de Serpa (1933). Estudos sobre a Edad do Ferro no Noroeste da Península – A relixió. *Arquivos do Seminário de Estudos Galegos*. Santiago de Compostela: Real Academia Galega, vol. VI, pp. 263-293.

ALVES, Rui Manuel Amaro *et al.* (2004). *Revisão do PDM de Castelo Branco*. Castelo Branco: Câmara Municipal.

AMARO, Maria João (1993). Ara votiva do Ladoeiro. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra: de Letras da Universidade de Coimbra, nº. 44, inscrição 198.

ÂNGELO, Maria João & ENCARNAÇÃO, José d' (2008). Epígrafes votivas da Torre dos Namorados (Quinta da Torre, Vale Prazeres, Fundão). *Conimbriga*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. XLVII, pp. 175-183.

ASSUNÇÃO, António; ENCARNAÇÃO, José d' & GUERRA, Amílcar (2009). Duas aras votivas romanas em Alcains. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, vol. 12, nº. 2, pp. 177-189.

**- B -**

BATATA, Carlos *et al.* (2011). Mineração aurífera antiga, a céu aberto, Centro e Sul do distrito de Castelo Branco. In BATATA, Carlos dir. - *Actas do VI Simpósio sobre*

- mineração e metalurgia históricas no sudoeste europeu*. Torres Novas: Gráfica Almondina, pp. 215-246.
- BATISTA, Joaquim (1980). A Estação Romana da Fonte da Bica (Mata). *Estudos de Castelo Branco*. Castelo Branco: Gráfica de S. José, nova série, nº. 6, pp. 118-125.
- BERNARDES, João Pedro (2006). A propósito da localização de Aranni / Arandis. *Conimbriga*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. XLV, pp. 153-164.
- BERNARDINO, Sofia *et al.* (2013). Incêndios florestais e riscos de ignição nos distritos de Coimbra e Castelo Branco, entre 1981 e 2010. In GONÇALVES, António Bento & VIEIRA, António dir., *Grandes incêndios florestais, erosão, degradação e medidas de recuperação dos solos*. Braga: Universidade do Minho.
- BLANCO FREIJEIRO, Antonio (1959). Pátera argêntea com representação de uma divindade lusitana. *Revista de Guimarães*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, nº. 69, pp. 453-458.
- BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, José María (1962). *Religiones Primitivas de Hispania. I – Fuentes Literarias y Epigráficas*. Roma: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, José María (1975). Diccionario de las religiones prerromanas de Hispania. Madrid: Ediciones ISTMO.
- BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, José María (1992). Recientes aportaciones a las religiones prerromanas de Hispania - II. *Gerión*. Madrid: Universidad Complutense, nº. 10, pp. 193-203.
- BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, José María (2009). Teónimos Hispanos. Addenda y Corrigenda-V. *Palaeohispanica*. Zaragoza: Institución «Fernando el Católico», nº. 9, pp. 39-61.
- BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, José María (2010). Nuevos teónimos hispánicos. Addenda y Corrigenda VI. *Ilu. Revista de Ciências de las Religiones*. Madrid: Universidad Complutense, nº. 15, pp. 57-90.
- BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, José María & GARCÍA-GELABERT, Maria Paz (1992). Recientes aportaciones al culto de las aguas en la Hispania romana. *Espacio, Tiempo y Forma*. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, série II, Historia Antigua, tomo V, pp. 21-66.

BÚA, Carlos (2000). *Estudio lingüístico de la teonimia lusitano-gallega*. Salamanca: Universidade de Salamanca. Tese de doutoramento.

BÚA, Carlos (2009). Hidronimia e teonímia. In Kremer, Dieter dir. - *Onimia e onomástica prerromana e a situación lingüística do noroeste peninsular*. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela, pp. 91-156.

BÚA, Carlos & GUERRA, Amilcar (1995-2007). Algunas consideraciones acerca del epígrafe del árula de Madre de Deus, Sinta. *Sintria*. Sinta: Câmara Municipal, vol. III-IV, pp. 79-96.

- C -

CABRERO PIQUERO, Javier – La Visión de Hispania en las fuentes clásicas. In ANDREU PINTADO, Javier *et al.*, dir. – *Hispaniae. Las provincias hispanas en el mundo romano*. Tarragona: Institut Català d'Arqueologia Clàssica, pp. 17-28.

CALLEJO SERRANO, Carlos (1965). Apartación a la epigrafía del Campo Norbense. *Boletín de la Real Academia de la Historia*. Madrid: Real Academia de la Historia, tomo CLVII, pp. 11-82.

CANINAS, João Carlos Pires (2012). *As construções funerárias da Pré-História Recente na região de Castelo Branco no contexto da Carta Arqueológica Regional* [em linha]. Porto: Faculdade de Letras. Dissertação de Mestrado [Consult. 24-01-2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://hdl.handle.net/10216/73508>>.

CARDOSO, J. Ribeiro (1953). *Castelo Branco e o seu alfoz: Achegas para uma monografia regional*. Castelo Branco: Livrarias Semedo e Feijão.

CARDOSO, João Luís (2012). José Leite de Vasconcelos (1858-1941) e Joaquim Fontes (1892-1960) vistos através da correspondência conservada nos Arquivos do Museu Nacional de Arqueologia e do Laboratório Nacional de Energia e Geologia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, série V, nº. 2, pp. 77-187.

CARDOSO, Luiz (1767). *Diccionario geografico ou noticia historica de todas as cidades, villas e lugares e aldeas, rios, ribeiras e serra dos Reynos de Portugal e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontraõ, assim antigas, como modernas*. Lisboa: Regia Officina Sylviana, vol. II.

- CARVALHO, Carlos Neto de (2005). Inventário dos georrecurso, medidas de geoconservação e estratégias de promoção geoturísticas na região Naturtejo. *Actas do Encontro Internacional sobre Património Paleontológico, Geoconservação e Geoturismo*. Idanha-a-Nova: Câmara Municipal, pp. 46-69.
- CARVALHO, Rogério (1989). Um novo documento epigráfico confirma: o culto religioso pré-romano estava bem organizado. *Jornal do Fundão*. Fundão, 3 de março, p. 7.
- CARVALHO, Rogério & ENCARNAÇÃO, José d' (1991a). Ara a Júpiter encontrada em Freixial do Campo. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, n.º. 39, inscrição 175.
- CARVALHO, Rogério & ENCARNAÇÃO, José d' (1991b). Ara votiva de Ninho do Açor. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, n.º. 39, inscrição 176.
- CARVALHO, Rogério & ENCARNAÇÃO, José d' (1991c). Uma placa funerária do Museu de Castelo Branco. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, n.º. 39, inscrição 177.
- CARVALHO, Rogério & ENCARNAÇÃO, José d' (2001). Árula votiva de Escalos de Cima. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, n.º. 66, inscrição 296.
- CARVALHO, Teresa Pires de (1993-94). As marcas de oleiro da sigillata de Mozinho. *Cadernos de Arqueologia*. Braga: Universidade do Minho, série II, n.º. 10-11, pp. 91-112.
- CIL = HÜBNER, Emílio (1869). *Corpus Inscriptionum Latinarum*. Berlim: Academia de Ciências, vol. II.
- CORREIA, António Martino Venhuizen (2010). *Estelas e Estátuas-menires no centro e norte de Portugal e Sudoeste da Meseta Superior*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Dissertação de Mestrado.
- CORTÉS BÁRCENA, Carolina & ALONSO ALONSO, M. Ángeles (2012). Reflexiones en torno de la epigrafía de los *patroni civitatis* em *Hispania* y el Norte de África: los ejemplos de *Baetica* y *Mauretania*. In ZUCCA, Raimondo, dir., *L'Africa Romana*. Roma: Centro di Studi Interdisciplinari sulle Province Romane.
- CORTEZ, Fernando Augusto de Barros Rusell (1957). Picius – divindade pré-romana de S. Pedro de Lourosa. *Viriatis*. Viseu: Museu Grão Vasco, n.º. 1, pp. 52-54.

- CRISTÓVÃO, José (2004). Tégula (Telha). In FERREIRA, Ana Margarida dir., *Arqueologia: Coleções de Francisco Tavares Proença Júnior*. Castelo Branco: Museu Francisco Tavares Proença Júnior, p. 186.
- CUNHA, P. M. R. R. Proença & REIS, R. B. B. Pena dos (1985). A Sedimentologia numa sucessão aluvial intra-cratónica. O Terciário arcósico do sector sudeste da Bacia de Sazedas (Beira Baixa – Portugal). *Memória e Notícias*. Coimbra: Universidade de Coimbra. Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico, nº. 100, pp. 173-191.
- CUPETO, Carlos Alberto et al. (2005). *Diagnóstico para a sustentabilidade: “Castelo Branco Agenda XXI Local”*. Castelo Branco: Câmara Municipal.
- CURADO, Fernando Patrício (1985a). Fragmento de cipo funerário de Penamacor. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, nº. 13, inscrição 58.
- CURADO, Fernando Patrício (1985b). Inscrição funerária de Mós de Mouros (V. N. de Foz Coa). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, nº. 14, inscrição 62.
- CURADO, Fernando Patrício (2003). Epigrafia latina de Castelo Branco. *Reconquista*. Castelo Branco, 24 abr., p. 39.
- CURADO, Fernando Patrício (2008). Epigrafia das Beiras (Notas e correções – 2). *Ebvrobriça*. Fundão: Câmara Municipal, nº. 5, pp. 121-146.
- CURADO, Fernando Patrício (2015). As aras romanas à deidade Asidia Polturicea. *Reconquista*. Castelo Branco, 30 abril, p.35.
- CURADO, Fernando Patrício *et al.* (2003). Ara votiva de São Vicente da Beira (Castelo Branco). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, nº. 74, inscrição 329.
- CURADO, Fernando Patrício; SALVADO, Pedro & MOREIRA, Sílvia (2004a). Placa funerária de Castelo Branco. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, nº. 75, inscrição 333.
- CURADO, Fernando Patrício; MOREIRA, Sílvia & SALVADO, Pedro (2004b). Marco de propriedade (?), Castelo Branco. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, nº. 75, inscrição 334.

CURADO, Fernando Patrício *et al.* (2004c). Ara da Ermida de Nossa Senhora de Mércules (Castelo Branco). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, n.º 75, inscrição 331.

**- D -**

DELGADO DELGADO, José A. (1993). El culto a Júpiter, Juno y Minerva entre las élites béticas durante el alto Imperio Romano. *Gerión*. Madrid: Editorial Complutense de Madrid, n.º 11, pp. 337-363.

DELGADO DELGADO, José A. (2000). Los Sacerdotes de las Ciudades del Occidente latino: Una síntese. *Iberia*. Logroño: Universidad de la Rioja, n.º 3, pp. 35-50.

DIAS, Maria Manuela Alves (1986). Inscrição funerária de São Bento do Cortiço (Estremoz). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, n.º 16, inscrição 73.

DIAS, Maria Manuela Alves (1994). Fragmento de placa funerária romana de Sobral do Campo (Castelo Branco). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, n.º 46, inscrição 209.

DÍAZ, Domingo Fernández (2001). La Epigrafía, un elemento didáctico. *Actas de las II Jornadas de Humanidades Clásicas*. Almendralejo: IES Santiago Apóstol, pp. 1-22.

DÍAZ-GAURDAMINO URIBE, Marta (2010). *Las estelas decoradas en la Prehistoria de la Península Ibérica*. Madrid: Facultad de Geografía e Historia da Universidad Complutense. Tese de Doutoramento.

DÍEZ DE VELASCO, Francisco de P. (1985). Balnearios y dioses de la aguas termales em Galicia romana. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, vol. 58, n.º 151-152, pp. 69-98.

DOPICO CAÍNZOS, María Dolores (1986). Los conventus iuridici. Origen, cronología e naturaleza histórica. *Gerión*. Madrid: Universidade Complutense, n.º 4, pp. 265-283.

**- E -**

EE = *Ephemeris Epigraphica*. Berlin: Instituti Archaeologici Romani.

ENCARNAÇÃO, José d' (1971). O conceito de divindade indígena sob o domínio romano na Península Ibérica. *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*. Coimbra: Junta Nacional de Educação, vol. II, pp. 347-351.

- ENCARNAÇÃO, José d' (1975). *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- ENCARNAÇÃO, José d' (1979). *Introdução ao Estudo da Epigrafia Latina*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- ENCARNAÇÃO, José d' (1984). *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- ENCARNAÇÃO, José d' (1985). Ara votiva a Triborvnnis. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, n.º. 14, inscrição 59.
- ENCARNAÇÃO, José d' (1986). Indigenismo e romanização na Lusitânia. *Biblos*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, n.º. 62, pp. 451-464.
- ENCARNAÇÃO, José d' (1987). Divindades indígenas da Lusitânia. *Conimbriga*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. XXVI, pp. 5-37.
- ENCARNAÇÃO, José d' (1988). Divindades indígenas peninsulares: problemas metodológicos do seu estudo. *Anejos de Archivo Español de Arqueologia*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, vol. IX, pp. 261-276.
- ENCARNAÇÃO, José d' (1990). A religião. In SERRÃO, Joel; MARQUES, António Henrique de Oliveira dir., *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença. vol. 1, pp. 442-461.
- ENCARNAÇÃO, José d' (1994a). A propósito de uma epígrafe de Escalos de Cima. *Jornal do Fundão*. Fundão, 1 Jul.
- ENCARNAÇÃO, José d' (1994b). Uma enigmática inscrição de Escalos de Cima. *Jornal do Fundão*. Fundão, 8 Jul.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2000). Morrer aos 40 anos na Lusitânia romana. In GORGES, Jean-Gérard; ÁLVAREZ MARTÍNEZ, José María, coord., *Sociedad y cultura en Lusitania romana*, Badajoz: Junta de Extremadura, pp. 241-248.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2002a). Das Religiões e das Divindades Indígenas na Lusitânia. In RIBEIRO, José Cardim coord., *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, pp. 11-16.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2002b). O sexo dos deuses romanos. In CRESPO ORTIZ DE ZÁRATE, Santos; ALONSO ÁVILA, Ângels, dir. – *Scripta antiqua in honorem Ángel Montenegro Duque et José María Blázquez Martínez*. Valladolid: Los Coordinadores, pp. 517-525.

- ENCARNAÇÃO, José d' (2003). Da ambiguidade e da certeza. *Conimbriga*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. XLII, pp. 117-128.
- ENCARNAÇÃO, José (2004a). A epígrafe latina como elemento didático (XV). *Boletim de Estudos Clássicos*. Coimbra: Universidade de Coimbra, nº. 41, pp. 43-47.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2004b). Emerita e Civitas Igaeditanorum. Uma relação bem registada na epigrafia. *Ebrobriga*. Fundão: Câmara Municipal, nº. 1, pp. 56-59.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2005). Onomástica, monumento e contexto. *Palaeohispanica*. Zaragoza: Institución “Fernando el Católico”, nº. 5, pp. 767-774.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2008-2009). O monumento epigráfico, um caso sério em Museologia. *Ciências e Técnicas do Património*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. VII-VIII, pp. 185-190.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2009a). A epigrafia do momento: Grafitos... A comunicação sedutora. In *Acti del Colloquio AIEGL*. Borghesi, 2007. Faenzi: Fratelli Lega Editori, 2009. p. 15-28.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2009b). Dos Monumentos Epigráficos da Civitas Igaeditanorum. *Praça Velha*. Guarda: Câmara Municipal, nº. 26, pp. 163-171.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2009c). A epigrafia latina como elemento didático (XXV). *Boletim de Estudos Clássicos*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. 51, pp. 63-67.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2009-2010). A propósito de O Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental. *Forum*. Braga: Conselho Cultural da Universidade do Minho, nº 44-45, pp. 31-51.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2010a). *Epigrafia as pedras que falam*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2ª edição.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2010b). Divindades indígenas sob o domínio em Portugal, 35 anos depois. *Palaeohispanica*. Zaragoza: Institución “Fernando el Católico”, nº. 10: pp. 525-535.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2011a). A disciplina de Epigrafia na Faculdade de Letras de Coimbra. *Biblos*. Coimbra: Faculdade de Letras, Nova Série, vol. IX, pp. 109-123.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2011b). A “Escola Alemã” e os estudos de epigrafia romana em Portugal. In MINGOCHO, Maria Teresa Degado et al., dir., *Miscelânea de Estudos*

- em Homenagem a Maria Manuela Gouveia Delille*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. 2, pp. 869-884.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2011c). Roma e Ibéria Ocidental: Duas mundividências em contato. In ROSA, Claudia Beltrão da [et al.] – *A busca do antigo*. Rio de Janeiro: NAU Editora, pp. 99-118.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2013a). *Introdução ao Estudo da Epigrafia Latina*. 4ª Edição. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2013b). Gentes e Divindades na Lusitânia pré-romana ocidental. *Acta Palaeohispanica*. Zaragoza: Institución “Fernando el Católico”, nº. 13, pp. 209-217.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2013c). A epigrafia latina como elemento didático (XXXII). *Boletim de Estudos Clássicos*. Coimbra: Associação Portuguesa de Estudos Clássicos, nº. 58, pp. 147-151.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2013d). Novidades epigráficas dos Conventus Scallabitanus e Pacensis. *Actes do 1er Congrès Internacional d'Arqueologia i món Antic*. Tarragona: Fundació Privada Mútua Catalana, pp. 125-133.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2015). *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal* [em linha]. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. [Consult. 21-01-2015]. Disponível na Internet: <URL: [http://www.uc.pt/fluc/iarq/pub\\_online/pdfs\\_online/1975\\_Divindades](http://www.uc.pt/fluc/iarq/pub_online/pdfs_online/1975_Divindades)>.
- ENCARNAÇÃO, José d' & GUERRA, Amílcar (2010). The current state of research on local deities in Portugal. In ARENAS-ESTEBAN, J. Alberto dir., *Celtic Religion across space and time*. Castilla-la-Mancha, p. 94-113.
- ENCARNAÇÃO, José d' & LEITÃO, Manuel (1982). A propósito das inscrições de Sarzedas e Sertã. *Conimbriga*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. XXI, pp. 127-133.
- ENCARNAÇÃO, José d' *et al.* (2011). A gestão aurífera e afirmação epigráfica. O caso de Tiberius Claudius Rufus (CIL II 5132) de Idanha-a-Velha. In BATATA, Carlos dir. - *Actas do VI Simpósio sobre mineração e metalurgia históricas no sudoeste europeu*. Torres Novas: Gráfica Almondina, pp. 109-121.

- F -

- FERNANDES, Luís da Silva (1998-99). A presença da mulher na epigrafia do Conventus Scallabitanvs. *Portvgalia*. Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, nova série, vol. XIX-XX.
- FERNANDES, Luís da Silva (2002a). As Virtudes. Seu culto e representação no âmbito da Província da Lusitânia. In RIBEIRO, José Cardim coord., *Religiões da Lustiânia – Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, pp. 165-174.
- FERNANDES, Luís da Silva (2002b). *De svo*: O registo epigráfico da *impensa* na Lusitânia. *Máthesis*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, n.º. 11, pp. 9-41.
- FERNANDES, Luís da Silva; CARVALHO, Pedro Sobral & FIGUEIRA, Nádía (2009). Divindades indígenas numa ara inédita de Viseu. *Palaeohispanica*. Zaragoza: Institución “Fernando el Católico”, n.º. 9, pp. 143-155.
- FERREIRA, Ana Paula Ramos (2004). Epigrafia funerária romana da Beira Interior: inovação ou continuidade? *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, n.º. 34.
- FERREIRA, Daniela F. de Freitas (2012). *Memória coletiva e formas representativas do (espaço) religioso. O contributo da epigrafia votiva para o entendimento das manifestações religiosas no contexto de ocupação romana da Beira Interior*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado.
- FITA, Fidel (1914). Nuevas inscripciones romana y visigótica de Talaván y Merida. *Boletín de la Real Academia de la Historia*. Madrid: Real Academia de la Historia, tomo 64, pp. 304-313.
- FRANCO, Henar Gallego (2001). El nomen Flavius em Lusitania: su inserción en las estructuras onomásticas y sociales provinciales. *Espacio, Tiempo y Forma, Serie II, Historia Antigua* [em linha]. n.º. 14, pp. 69-94. [consult. 18 mar. 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://e-spacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:ETFSerie2-4A235A83-AC42-D490-BE1E-7872CBDFC5FB&dsID=Documento.pdf>>

- G -

- GARCIA, José Manuel (1976). Contributo para a compreensão das divindades do ‘grupo band’ – uma nova ára. *Conimbriga*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. XV, pp. 147-150.

- GARCIA, José Manuel (1979). Epigrafia e Romanização de Castelo Branco. *Conimbriga*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. XVIII, pp. 149-167.
- GARCIA, José Manuel (1984). *Epigrafia Lusitano-romana do Museu Tavares Proença Júnior*. Castelo Branco: Gráfica de São José.
- GARCIA, José Manuel (1991). *Religiões Antigas de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- GARCIA, José Manuel & LEITÃO, Manuel (1982). Inscrições romanas do Monte de São Martinho, Castelo Branco. *Cadernos de Epigrafia*. Castelo Branco: Centro de Estudos Epigráficos da Beira, n.º. 6.
- GODINHO-FERREIRA, Paulo *et al.* (2005). Carta da Tipologia Florestal de Portugal Continental. *Silva Lusitana*. Lisboa: Unidade de Silvicultura e Produtos Florestais, vol. 13, n.º. 1, pp. 1-34.
- GONÇALVES, Flávio (1949). Inscrições romanas de Beiriz. *Revista de Guimarães*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento, vol. LIX, pp. 223-235.
- GONZÁLEZ-CONDE PUENTE, Maria Pilar (1995-97). Inscripciones funerárias colectivas de época romana en el Distrito de Castelo Branco (Portugal). *Lycetvm*. Alicante: Universidade de Alicante, vol. XIV-XVI, pp. 113-118.
- GONZÁLEZ HERRERO, Marta (2002). M. Fidius Fidi f. Quir(in) Macer, benefactor en Capera. *Gerión*. Madrid: Universidad Complutense, vol. 20, n.º. 1, pp. 417-433.
- GONZÁLEZ RODRÍGUEZ, María Cruz & RAMÍREZ SÁNCHEZ, Manuel (2011). Unidades organizativas indígenas del área indoeuropea de Hispania III: Addenda. *Veleia*. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco, n.º 28, pp. 253-267.
- GRUPO MÉRIDA (2003). *Atlas antroponímico de la Lusitania romana*. Merida: Ausonius Éditions.
- Grupo de Trabalho do Atlas do Ambiente (1988). *Carta Administrativa*. Lisboa: Secretaria de Estado do Ambiente e Recursos Naturais.
- GUERRA, Amílcar (2003). Algumas notas sobre o mundo rural do território olisiponense e as suas gentes. In SANTOS, António Ramos dos *et al.* – *O mundo antigo. Economia rural*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 123-150.
- GUERRA, Amílcar (2004a). Ara consagrada ao Deus Maratis Boro. In FERREIRA, Ana Margarida dir., *Arqueologia: Coleções de Francisco Tavares Proença Júnior*. Castelo Branco: Museu Francisco Tavares Proença Júnior, p. 176.

- GUERRA, Amílcar (2004b). Ara consagrada ao Deus Júpiter, por Julia Rufina. In FERREIRA, Ana Margarida dir., *Arqueologia: Coleções de Francisco Tavares Proença Júnior*. Castelo Branco: Museu Francisco Tavares Proença Júnior, p. 177.
- GUERRA, Amílcar (2004c). Monumento funerário dedicado por Sunua à sua filha Cília e a sua neta Sunua. In FERREIRA, Ana Margarida dir., *Arqueologia: Coleções de Francisco Tavares Proença Júnior*. Castelo Branco: Museu Francisco Tavares Proença Júnior, p. 179.
- GUERRA, Amílcar (2007). Sobre o território e a sede dos Lancienses (Oppidani e Transcvdani) e outras questões conexas. *Conimbriga*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. XLVI, pp. 161-206.

**- H -**

- HAE = *Hispania Antiqua Epigraphica*. Madrid: Instituto de Arqueología y Prehistoria Rodrigo Caro.
- HENRIQUES, Francisco *et al.* (1995). *Carta Arqueológica do Tejo Internacional*. Volume 2. Vila Velha de Ródão: Associação de Estudos do Alto Tejo.
- HEp = *Hispania Epigraphica*. Madrid: Universidad Complutense.
- HERNÁNDEZ GUERRA, Liborio (2013). *Los libertos de la Hispania romana*. Salamanca: Ediciones Universidad.
- HOZ BRAVO, Javier de & FERNANDEZ PALACIOS, Fernando (2002). Band-. In RIBEIRO, José Cardim dir., *Religiões da Lusitania: Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, pp. 45-52.
- HURTADO AGUÑA, Julián (2003-2004). Las gentilidades presentes en los testimonios epigráficos procedentes de la Meseta Meridional. *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*. Valladolid: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Valladolid, tomo LXIX-LXX, pp. 185-206.

**- I -**

- ILER = José Vives (1971). *Inscripciones Latinas de la España Romana*. Barcelona: Universidad de Barcelona.

- J -

JOLY, Fábio Duarte (2013). A dupla face da liberdade: o liberto na sociedade romana. *Topoi* [em linha]. vol. 14, nº. 27 [consult. 18 mar. 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v14n27/1518-3319-topoi-14-27-00518.pdf>>.

- K -

KAJANTO, Iiro (1982). *The Latin Cognomina*. Roma: Giorgio Bretschneider Editore.

KELLEY, Amanda (2013). *Glorified Daughters: The Glorification of Daughters on Roman Epitaphs*. Ohio: Kent State University. Dissertação de Mestrado.

KNAPP, Robert (1978). The origins of provincial prosopography in the west. *Ancient Society*. Lovaina: Katholieke Universiteit Leuven, nº. 9, pp. 187-222.

- L -

LAMBRINO, T. Scarlat (1952). Les inscriptions de São Miguel d'Odrinhas. *Bulletin des Études Portugaises et de l'Institut Français au Portugal*. Coimbra: Institut Français au Portugal, Universidade de Coimbra, nova série, vol. XVI, 134-176.

LAMBRINO, T. Scarlat (1957). La déesse celtique Trebaruna. *Bulletin des Études Portugaises et de l'Institut Français au Portugal*. Lisbonne: Institut Français au Portugal, tome XX, pp. 87-109.

LAMBRINO, T. Scarlat (1959). Notes d'épigraphie lusitanienne. *Revista da Faculdade de Letras*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 3ª série, nº. 3, pp. 28-42.

LE ROUX, Patrick (1984). E. Hübner ou le métier d'épigraphiste. In ETIENNE, Robert dir., *Épigraphie hispanique: problèmes de méthode et d'édition*. Paris: Diffusion, E. de Boccard, pp. 17-31.

LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho (1874). *Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, vol. III.

LEAL, Manuel Pereira da Silva (1729). *Memorias para a historia ecclesiastica do bispado da Guarda*. Lisboa: Off. de Joseph Antonio da Sylva.

LEITÃO, João Maria (2010). *Monforte da Beira através dos tempos*. Lisboa: Europress.

- LEITÃO, Manuel (1981). Contributo para o estudo das divindades indígenas da Beira Baixa na época romana – Duas novas aras. *Trebaruna*. Castelo Branco: Centro de Estudos Epigráficos da Beira, vol. I, pp. 51-58.
- LEITÃO, Manuel (1985a). Placa funerária de Escalos de Cima (Conventus Scallabitanus). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, nº. 14, inscrição 60.
- LEITÃO, Manuel (1985b). Ainda sobre a inscrição de Alameda. *Reconquista*. Castelo Branco, 10 de Maio, p. 5.
- LEITÃO, Manuel (1985c). Uma inscrição inédita a Júpiter Ótimo Máximo na Mata – Beira Baixa. *Revista de Guimarães*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, vol. XCV, pp. 159-163.
- LEITÃO, Manuel (1985d). Um novo testemunho do culto a Júpiter. *História*. Lisboa: Edições Projornal, nº. 81, pp. 94-96.
- LEITÃO, Manuel (1994). Vestígios romanos do concelho de Castelo Branco. *Trebaruna*. Castelo Branco: Centro de Estudos Epigráficos da Beira, vol. III, pp. 23-41.
- LEITÃO, Manuel (2012). Uma família indígena em Castelo Branco ao tempo dos romanos. *Açafa on line* [em linha]. nº. 5, pp. 317-323. [consult. 02 mar. 2012]. Disponível na internet: <URL: [http://www.altotejo.org/acafa/docsn5/familia\\_indigena\\_c\\_branco.pdf](http://www.altotejo.org/acafa/docsn5/familia_indigena_c_branco.pdf)>
- LEITÃO, Manuel (2014). A epigrafia romana na obra de Pinho Leal “Portugal Antigo e Moderno”. *Trebaruna*. Castelo Branco: Centro de Estudos Epigráficos da Beira, vol. IV (no prelo).
- LEITÃO, Manuel; & RIBEIRO, António (1986). Uma inscrição inédita a Júpiter Ótimo Máximo na Mata (Beira Baixa). *Mundo da Arte*. Coimbra: Grupo de Arte e Arqueologia do Centro, nº. 17, pp. 37-40.
- LEITÃO, Manuel & MOREIRA, Sílvia (2004). Placa funerária de S. Vicente da Beira (Castelo Branco). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, nº. 75, inscrição 332.
- LOPES, Luís Seabra (1995). Talábriga situação e limites aproximados. *Portugalia*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Nova Série, vol. XVI, pp. 331-343.

- M -

- MACHÁS, Joaquim (1967). Nos tempos que já lá vão – Alameda e outros nomes de lugares desta freguesia: Paiágua, Engarnal, Padrão, Rochas, Ribeira d'Eiras e Valbom. *Estudos de Castelo Branco*. Castelo Branco: Gráfica de S. José, nº. 4, pp. 13-25.
- MANTAS, Vasco Gil (1985). Recensão a José Manuel Garcia, Epigrafia Lusitano-Romana do Museu Tavares Proença Júnior. *Conimbriga*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. XXIV, pp. 216-229.
- MANTAS, Vasco Gil (1990). A rede viária do Convento Escalabitano. *Simposio sobre la red viária en la Hispania romana*. Zaragoza: Diputación de Zaragoza, p. 217-231.
- MAFRA, Francisco & SILVA, J. Amado da (2004). *Planeamento e Gestão do Território*. Porto: SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação.
- MARQUES, Pedro Miguel Correia (s/d). *Os Cultos Romanos no Ocidente da Hispânia* [em linha]. Lisboa: Centro Cultural de Belém [Consult. 14 mar. 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.ccb.pt/sites/ccb/pt-PT/Programacao/Literatura/Documents/PedroMarquesOsCultosRomanosnoOcidente daHispaniaTextosdeApoio.pdf>>.
- MARTÍN VALLS, Ricardo & DELIBES CASTRO, Germán (1981). Hallazgos Arqueologicos en la Provincia de Zamora (VIII). *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*. Valladolid: Universidade de Valladolid, nº. 47, p. 153-186.
- MARTINS, Manuela & JORGE, Susana Oliveira (1992). Substrato cultural das etnias pré-romanas do norte de Portugal. *Complutum*. Madrid: Editorial Complutense, nº. 2-3, pp. 348-372.
- MELENA, José M. (1985). Salama, Jálama y la epigrafia latina del antiguo corregimiento. In *Symbolae Ludouico Mitxelena septuagenario oblatae*. *Anejos de Veleia*. Vitoria: Universidad del País Vasco, vol. I, p. 475-530.
- MENDES, Alexandra Cláudia & CARDOSO, Sousa Teixeira (2008). *Explorações de recursos geológicos na Região Centro*. Lisboa: Direcção dos Serviços de Ambiente.
- MUÑOZ LLAMOSAS, Virginia (2005). La interpretatio romana del dios prerromano Bandue. *Veleia*. Vitoria: Universidad del País Vasco, nº. 22, pp. 145-152.

- N -

NAVARRO CABALLERO, Milagros & RAMÍREZ SÁDABA, José Luis coord. (2003) – *Atlas Antropológico de la Lusitania Romana*, Mérida (Fundación de Estudios Romanos) – Bordeos (Ausonius Éditions).

NUÑEZ BARBERARENA, Maria Luz (2005). Las manifestaciones religiosas en el Conventus Emeritensis (parte española) a través de los documentos epigráficos. *Palaeohispanica*. Zaragoza: Institución “Fernando el Católico”, nº. 5, pp. 709-720.

**- O -**

OLIVARES PEDREÑO, Juan Carlos (1997). El dios indígena Bandua y el rito del toro de San Marcos. *Complutum*. Madrid: Universidad Complutense, nº. 8, pp. 205-221.

OLIVARES PEDREÑO, Juan Carlos (1998-1999). El culto a Nabia en Hispania y las diosas polifuncionales indoeuropeas. *Lucentum*, Alicante: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Alicante, vol. XVII-XVIII, p. 229-241.

OLIVARES PEDREÑO, Juan Carlos (2000). Las oferendas votivas de comunidades rurales a Jupiter en Hispania como testimonios de religiosidad indígena. *Dialogues d'histoire ancienne*. Franche-Comté: Presses Universitaires, vol. 26, nº. 2, pp. 63-75.

OLIVARES PEDREÑO, Juan Carlos (2002). *Los Dioses de la Hispania Céltica*. Alicante: Universidad de Alicante.

OLIVARES PEDREÑO, Juan Carlos (2009). El culto a Júpiter, deidades autóctonas y el proceso de interacción religiosa en la céltica hispana. *Gérion*. Madrid: Universidad Complutense, vol. 27, nº. 1, pp. 331-360.

OLIVEIRA, José Manuel Santos (2002). *Litogeoquímica na área de Sarzedas (Castelo Branco)*. *Contribuição para o estudo de ocorrência de ouro*. Relatório Interno do Instituto Geológico e Mineiro. Lisboa: IGM.

OLTEANU, Teodoro (2008). El culto a Victoria y la interpretatio indígena en el occidente de Hispania, Galia y el Norte de Bretania. *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*. Valladolid: Servicio de Publicaciones de la Universidad, vol. LXXIV, p. 197-224.

**- P -**

PENA, M<sup>a</sup> J. (1981). El culto a Tutela en Hispania. *Memorias de Historia Antigua*. Oviedo: Universidad de Oviedo, nº. 5, pp. 73-88.

- PEREIRA, Félix Alves (1909). Ruina de Ruinas ou Estudos Egeditanos. *O Archeologo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, vol. XIV, p. 169-197.
- PEREIRA, Félix Alves (1913), Os Deuses Igeditanos Arentius e Revelanganitaecus. *Boletim da Associação dos Archeologos Portuguezes*, tomo XIII, nº. 1, pp. 1-15.
- PEREIRA, Félix Alves (1934). Hierologia de um povo da Lusitânia (O deus “Arentius”). *Anuario del Cuerpo Facultativo de Archiveros, Bibliotecarios y Arqueólogos*. Madrid: Imprenta del Colegio Nacional de Sordo-Mudos y de Ciegos, vol. II, p. 279-288.
- PEREIRA, Félix Alves (1936). Hierologia de um povo da Lusitânia (o Deus Arentius). *Memórias da Academia das Ciências Lisboa: Classe de Letras*. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, tomo I, p. 441-449.
- PEREIRA, Sérgio *et al.*, (2012). Ara votiva a Tutela. Cilhares (Felgar, Torre de Moncorvo). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2012, inscrição 446.
- PÉREZ RUIZ, María (2012). El valor del culto en la paisaje doméstico. El caso Hispano. *Antesteria*. Madrid: Universidad Complutense, nº. 1, p. 241-253.
- PESSOA, Manuel de Paiva (1930). Arqueologia: Inscrição funerária inédita. *Terras da Beira*, nº. 14, 1 de Dezembro.
- PESSOA, Manuel de Paiva (1930-31). Ara inédita a Trebaruna. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, vol. XXIX, pp. 163-168.
- PESSOA, Manuel de Paiva (1932). Novas inscrições do concelho de Castelo Branco. *Revista de Arqueologia*. Lisboa: Imprensa Nacional, tomo 1, pp. 119-121.
- PLÁCIDO, Luís (1983). Placa funerária de Orjais (C. Scallabitanus). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, nº. 5.
- PORRÚA MARTÍNEZ, Alfredo (2006). Un árula hallada en el yacimiento de la villa de la raya (San Pedro del Pinatar). *AnMurcia*. Murcia: Universidad de Murcia, nº. 22, pp. 193-202.
- PROENÇA JÚNIOR, Francisco Tavares (1903). *Antiguidades I: Resultado das exploracoes feitas nos arredores de Castelo Branco em Setembro e Outubro de 1903*. Coimbra: Tipographia Franca Amado.

- PROENÇA JÚNIOR, Francisco Tavares (1907). Inscricções romanas de Castello Branco. *O Archeólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, vol. XII, pp. 172-178.
- PROENÇA JÚNIOR, Francisco Tavares (1910a). Inscricções inéditas (simple noticia). *O Archeólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, vol. XV, pp. 39-54.
- PROENÇA JÚNIOR, Francisco Tavares (1910b). Notícias diversas X. Inscricção romana inédita. *Materiaes para o Estudo das Antiguidades Portuguezas*. Leiria: Typographia Leiriense, nº. 2, pp. 62-63.
- PRÓSPER PÉREZ, Blanca María (2002). Lenguas y religiones prerromanas del Occidente de la Península Ibérica. *Acta Salmanticensia*. Salamanca: Ediciones Universidad, nº. 295.
- R -**
- RACKHAM, Horace (1961). *Pliny Natural History*. Cambridge: Harvard University Press.
- RAMÍREZ SÁBADA, José Luis (1992). La demografia del territorium Emeritense (excepto el casco urbano) segun la documentacion epigráfica. *Studia Histórica*. Salamanca: Unversidade de Salamanca, vol. X-XI, pp. 131-147.
- RAMÍREZ SÁBADA, José Luis (2003). In NAVARRO CABALLERO, Milagros & RAMÍREZ SÁDABA, José Luis. [coord.] – *Atlas Antroponímico de la Lusitania Romana*, Mérida (Fundación de Estudios Romanos) – Bordeos (Ausonius Éditions), pp.
- REDENTOR, Armando (2002). Epigrafia romana na região de Bragança. *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- REDENTOR, Armando (2011). *A cultura epigráfica no Conventvs Bracaravgstanvs (Pars Occidentalis). Percursos pela sociedade brácara da época romana*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2º volume. Dissertação de Mestrado.
- REIS, Maria Pilar (2013). Entre Monfortinho e Castelo Branco: sítios arqueológicos romanos ao longo de um projecto rodoviário (IC31). In JIMÉNEZ ÁVILA, Javier; BUSTAMANTE ÁLVARES, Macarena; GARCÍA CABEZA, Miriam dir. – *VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Villafranca de los Barros: Ayuntamiento de Villafranca de los Barros, pp. 1803-1830.

- REPAS, Fernanda Cristina (2001). *Religião na Beira Interior ao tempo dos romanos*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Dissertação de Mestrado.
- RIBEIRO, João (1976). Duas inscrições inéditas do Museu de Castelo Branco. *Conimbriga*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. XV, pp. 135-138.
- RIBEIRO, José Cardim (2002a). Ara consagrada à Tutella, por Severa. In RIBEIRO, José Cardim, dir., *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, p 461.
- RIBEIRO, José Cardim (2002b). Árula consagrada a Maratis Borus. In RIBEIRO, José Cardim, ed. – *Religiões da Lusitânia: loquuntur saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, p. 359.
- RIBEIRO, José Cardim (2010). Algumas considerações sobre a inscrição em “Lusitano” descoberta em Arronches. *Palaeohispanica*. Zaragoza: Institución “Fernando el Católico”, nº. 10, pp. 41-62.
- RIBEIRO, Orlando (1943). Evolução da falha do Ponsul. *Comunicações dos Serviços Geológicos*. Lisboa: Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos, vol. XXIV, pp. 109-123.
- RIBEIRO, Orlando *et al.* (1967). *Notícia explicativa da Carta Geológica de Portugal na escala 1/50.000, folha nº. 24-D – Castelo Branco*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- RICHERT, Elizabeth (2012). *Sacred Place: Contextualizing Non-Urban Cult Sites and Sacred Monuments in the Landscape of Lusitania from the 1st to 4th c. AD*. Edinburgh: University of Edindurg. Tese de Doutoramento.
- RODRIGUES, Adriano Vasco (1959). Inscrição do tipo “porcom” e aras anepígrafes dos Cabeço das Fráguas (Guarda). *Humanitas*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, nº. 1, pp. 71-75.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, António (1997). *Aquae Flaviae: I. Fontes epigráficas da Gallaecia meridional interior*. Chaves: Câmara Municipal.
- RODRIGUEZ HERNANDEZ, José (1966). Dos nuevas ara en Coria a dos divinidades gemelas. *Zephyrus*. Salamanca: Ediciones Universidad, vol. 17, pp. 121-132.

ROMERO PÉREZ, Antonio (1994). El culto a Jupiter Optimo Maximo en el Conventus Emeritensis. *Stvdia Historica-Historia Antigua*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, vol. XII, pp. 35-50.

ROSO DE LUNA, Maria (1904). Nuevas inscripciones romans de la región norbense. *Boletín de la Real Academia de la Historia*. Madrid: Real Academia de História, tomo 47, pp. 60-71.

ROXO, António (1890). *Monographia de Castello Branco*. Elvas: Typographia Progresso.

- S -

SÁ, Ana Marques de (2007). *Civitas Igaeditanorvm: Os Deuses e os Homens*. Idanha-a-Nova: Câmara Municipal.

SALINAS DE FRIAS, Manuel (1993). Problematica Social y Economica del Mundo Indigena Lusitano. In SALINAS FRÍAS, Manuel et al., *El processo historico de la Lusitania Oriental en epoca prerromana y romana*. Merida: Museo Nacional de Arte Romano, pp. 9-36.

SALVADO, Pedro (1980). Marcas de oleiro em tégulas romanas da estação arqueológica do “triângulo – Mércules, Sant’Ana, S. Martinho”. *Estudos de Castelo Branco*. Castelo Branco: Gráfica de S. José, nº. 6, pp. 126-131.

SALVADO, Pedro; ROSA, João Mendes & GUERRA, Amilcar (2004). Um monumento votivo a Arância e Arâncio, proveniente do Castelejo (concelho do Fundão). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, vol. 7, nº. 2, pp. 237-242.

SANTOS OTERO, Sergio – *Santa Mariña de Augas Santas, Culto Milenário. Un protagonista para una historia de más de dos mil años* [em linha]. [consult. 02 mar. 2015]. Disponível na internet em: <URL: <http://www.monografias.com/trabajos-pdf/aguas-santas-culto-milenario/aguas-santas-culto-milenario.pdf>>.

SANTOS YANGUAS, Narciso (2014). Los cultos indígenas en el marco de la religiosidade astur-romana. *Ilu. Revista de Ciencias de las Religiones*. Madrid: Universidad Complutense, vol. XXV, pp. 181-205.

SILVA, Armando Coelho F. da & CENTENO, Rui M. S. (1980). Escavações Arqueológicas na Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira) 1977-1978. *Portugália*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, nova série, nº. 1, pp. 57-78.

SILVA, Luís Fraga da (2002). *A região de São Brás de Alportel na Antiguidade*. Tavira: Edição do Autor.

SILVESTRE, Osvaldo (1976). Uma lápide funerária encontrada em Beojós (Carregal do Sal). *Conimbriga*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. XV, pp. 133-134.

SIMÕES, José Manuel *et al.* (2008). *Beira Interior Sul. Estratégia de desenvolvimento e plano de acção 2007-2013. Relatório Final*. Lisboa: CEDRU – Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano.

STYLOW, Armin U. & GIMENO PASCUAL, Helena (2004). Emil Hübner. In AYARZAGÜENA, M.; MORA, G., dir., *Pioneros de la Arqueología en España del siglo XVI a 1912. Zona Arqueológica*, nº. 3, pp. 333-340.

- T -

Tovar, Antonio (1966-67). L'inscription du Cabeço das Fráguas et la langue des Lusitaniens, *Études Celtiques*. Paris: Institut des Sciences Humaines et Sociales vol. 11, fasc. 2, pp. 237-268.

- U -

UNTERMANN, Jürgen (1965). *Elementos de un atlas antroponimico de la Hispania Antigua*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

UNTERMANN, Jürgen (2001). La toponímia antigua como fuente de las lenguas Hispano-Celtas. *Paleohispanica*. Zaragoza: Institución “Fernando el Católico”, nº. 1, pp. 187-218.

- V -

VALE, Cristina & ENCARNAÇÃO, José d' (2011). Epitáfio de Lucretia Doqira em Alenquer. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, nº. 92, inscrição 414.

VASCONCELOS, José Leite de (1895). Cultos Luso-romanos em Igeditania. Duas inscrições inéditas. *O Archeologo Português. O Archeologo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, vol., vol I, pp. 225-232.

- VASCONCELOS, José Leite de (1903). *Bibliographia. O Archeologo Português. O Archeologo Português*. Lisboa: Imprensa Nacional, vol., vol. VIII, pp. 317-318.
- VASCONCELOS, José Leite de (1905). *Religiões da Lusitania*. Lisboa: Imprensa Nacional, vol. II.
- VASCONCELOS, José Leite de (1910). *Analecta archeologica. O Archeologo Português. O Archeologo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, vol., vol. XV, pp. 321-328.
- VASCONCELOS, José Leite de (1913). *Religiões da Lusitania*. Lisboa: Imprensa Nacional, vol. III.
- VASCONCELOS, José Leite de (1918). *Antigualhas da Beira-Baixa. O Archeologo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, vol. XXIII, pp. 1-8.
- VASCONCELOS, José Leite de (1917). *Coisas velhas. O Archeologo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, vol. XXII, pp. 107-169.
- VAQUERIZO GIL, Desiderio & SÁNCHEZ MADRID, Sebastián (2008). Entre lo público y lo privado. *Indicatio pedaturae en la epigrafía funerária hispana. Archivo Español de Arqueología*. Madrid: Centro de Ciencias Humanas y Sociales, nº. 81, pp. 101-131.
- VELAZA, Javier (1998). Calagorri: cuestiones en torno al nombre antiguo de Calahorra. *Kalakorikos*. La Rioja: Amigos de la Historia de Calahorra, nº. 3, pp. 9-17.
- VELOSO, Leonor (2002). Pedra com inscrições romana. *Jornal do Fundão*. Fundão ,15 Fev., p.6.
- VILAÇA, Raquel (1995). *Aspectos do povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos finais da Idade do Bronze*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- VILLAR, Francisco (1995). *Estudios de Celtibérico y de toponímia prerromana*. Salamanca: Ediciones Universidad.
- VILLAR, Francisco (2000). *Indoeuropeos y no Indoeuropeos en la Hispania Preromana*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.

(Página deixada propositadamente em branco)

## **ANEXOS**

(Página deixada propositadamente em branco)

**ANEXO I**  
**INDÍCES EPIGRÁFICOS**

(Página deixada propositadamente em branco)

## I. NOMINA VIRORVM ET MVLIERVVM

L. Attius Vegetus	3		Iulia Rufina	13
C. Ammius Avitus	28		Licinio	33
Cilo	33	L.	Marcius Rufus	16
Flaus	7		Marcius Rufus	9
Iulia Modestina	21		Polli	33

## II. COGNOMINA ET NOMINA SINGVLARIA VIRORVM ET MVLIERVVM

Ammini	29	Ciliae	8,30	Polturi	2
Amoenae	35	Cilius	35	Quadratus	23
Apanonis	28,35	Cutece	31	Reburrus	15
Arantoni	37	Doquirus	15	Rufino	34
Arco	11,26	Elai	30	Saelgi	19,36
Bealoni	26	Firmonis	37	Severa	19
Bouti	27,33,35	Lancius	32	Sunua	30,35
Boutia	23	Lubaeci	30	Talaius	12
Bovi	17	Lucano	35	Tangi	1,4,20,23,32
Caburi	12	Malgeini	14	Tangina	26
Caenonis	2	Maxima	35	Turacia	36
Callaeci	34	Modestus	34	Turea	24
Camalae	34	Montanus	1	Tureni	26
Camirae	28	Paci	24	Verati	38
Casinae	29	Palarus	23	Veratia	38
Catueni	29	Pelli	27	Vernaculus	8
Caudicus	29	Pisiri	30	Voconus	11

\* A identificação refere-se ao número de ordem de cada epígrafe no catálogo.

### III. DII DEAEQUE ET RES SACRA

#### A. DII DEAEQVE HISPANIARVM

##### ARENTIVS

Arentiae et Arentio 1

##### ASIDIA

Asidia 2

Asidia Polturiceae 3

##### BANDVS

Bandv Picio 4

B(andi) V(orteacicio) S(acrum) 5

[Bandi] Vort[e]aacio 6

##### CAIRIENSIS

Di(is) Cai(riensibus) 7

##### MARATO

[M]arti B[o]ro 8

##### OIPAEGIA

Oipaingiae 9

##### REVE

Reve Langanid(aeco) 10

##### TREBARUNA

Trebaronne 11

#### B. DII DEAEQVE ROMANI

##### IOVI

Iovi Optimo Maximo Conservatori 13,14

Iovi O(ptimo) M(aximo) 16,17

Iovi 15,18

##### IVNO

Iunoni Linteaeae 12

##### TVTELA

Tutell(a)e 19

##### VICTORIA

Victoriae 20

#### C. RES SACRAE

##### ARA

aram pos(uit) 18

##### VOTVM

*a(nimo) l(ibens) v(otum) s(oluit)* 6,14

*ex votum* 2

*v(otum) s(oluit)* 11

##### SACRVM

sacrum(?) 5

*v(otum) s(oluit) l(ibens)* 10,25

*votum* 15

*v(otum) l(ibens) s(oluit)* 3,4,16,17,18

##### SALVS

pro sua salute 18

*votum l(ibens) m(erito)* 15

*v(otum) a(nimo) l(ibens) s(oluit)* 19

## IV. RES MVNICIPALIS

### RES HISPANICAE

#### GENTILITATES

Polturiciorum 2 | Aesuriorum 27

## V. VARIA

### A. LITTERAE SINGULARES NOTABILIORES

faciendum curavit	30,31,33,34,38	hic situs /-a est	26,32
fecit	28	hic situs /-a est siti tib terra leuis	27
hic est	36		

### B. MONUMENTI FORMAE

ara	1,2,3,4,6,8,9,10,11,12,14,15,18,19,21,23,24,25	placa	22,26,27,28,29,30,31,32, 33,34,36,37
arula	5,7,13,20	tegulae	40,41,42,43
pondera	39		

### C. PARENTELA ET NECESSITVDINES

filius /-a	4,5,11,12,19,20,23,24,26,27,28,29,30,32,33,35,36	nepti	30
libertus /a	8,31	patri	28,34,35
Matri	28,31,34,35	vxor	29

### D. INSCRIPTIONUM REPERTARUM LOCA

Alcains	2,3,10	Lousa	32,36
Almaceda	19	Mata	16,39
Castelo Branco	6,8,9,12,20,21,23,24,25,26,27, 28,29,30,35,40,41,42,43,44	Ninho do Açor	1,17,22,34
Escalos de Cima	7,13,14,33	São Vicente da Beira	4,5,18,31
Freixial do Campo	15	Sarzedas	38
Lardosa	11	Sobral do Campo	37





(Página deixada propositadamente em branco)

**ANEXO II**  
**DISTRIBUIÇÃO DAS EPIGRAFES NO CONCELHO**



(Página deixada propositadamente em branco)



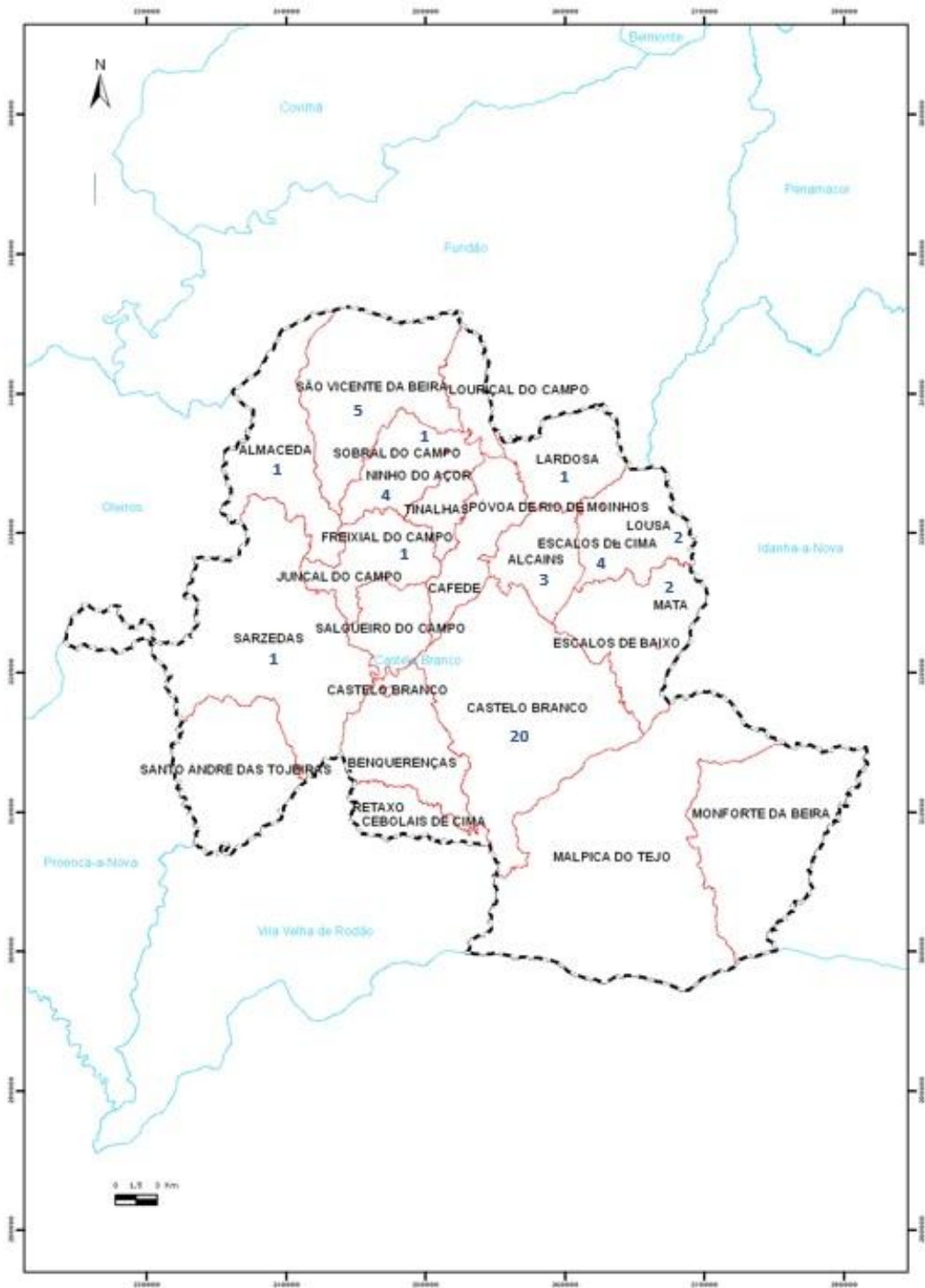


Figura 51 - Distribuição das epígrafes